CANNABIS APESAR DO PRECONCEITO E DA DESINFORMAÇÃO, DECISÕES JUDICIAIS E PROJETOS LEGISLATIVOS AMPLIAM O USO MEDICINAL DO CANABIDIOL, ALÍVIO PARA MILHARES DE DOENTES

STF A DEMORA NA SABATINA DO "TERRIVELMENTE EVANGÉLICO" ANDRÉ MENDONÇA COLOCA EM PÉ DE GUERRA PASTORES MIDIÁTICOS E A BASE ALIADA DE BOLSONARO NO CONGRESSO

EM LIQUIDAÇÃO

NA BOLSA DE APOSTAS DO CENTRÃO, O MINISTRO PAULO GUEDES VALE CADA VEZ MENOS

chego

10 dicas para investir na bolsa.

Seu investimento rendeu desde a sua última visita

R$ 250.000,00

↑ R$ 947,90

CartaCapital

20 DE OUTUBRO DE 2021 • ANO XXVII • Nº 1179

Melhor esperar sentado. Pág. 34

Capa: Pilar Velloso. Foto: Nelson Almeida/AFP

MJSP E LANA PINHO

CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 9 ÀS 18 HORAS, EXCETO FERIADOS SP: 11 3512-9486 / RJ: 21 4062-7183 / MG: 31 4062-7183 / DF: 61 3181-0215 FALE CONOSCO: WWW.ASSINANTECARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez e Mauricio Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Fabíola Vasconcelos, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino
CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
AUXILIAR DE CIRCULAÇÃO: Júlio Maciel
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Lindberg Lima
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica – São Paulo – SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113090

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Assinaturas, sugestões e reclamações
São Paulo: (11) 3512-9486
Rio de Janeiro: (21) 4062-7183
Belo Horizonte: (31) 4062-7183
Distrito Federal: (61) 3181-0215
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados
Fale Conosco: **www.assinantecartacapital.com.br**
Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

AS OPÇÕES ELEITORAIS

Seria até bom que tentasse e fosse humilhado nas urnas, escrachado definitivamente do cenário político nacional, ele e seus apoiadores.
Marcos Freitas

O crescimento deste governo é de suas contas em paraísos fiscais.
Valter Jorge Frank

PANDORA PAPERS

Senhores do *establishment* e da grande burguesia nacional foram descobertos como os depositários de grandes somas de dinheiro em paraísos fiscais pelo mundo, em benefício próprio. Promovem o roubo da nação, enquanto milhões passam fome. Os serviços públicos, por outro lado, são apontados por esses criminosos como os responsáveis pela falência do País.
Pedro Luís Vargas, Porto Alegre, RS

POLITIZAÇÃO EXPLÍCITA

Quanto mais o militar se mete em política partidária, mais revela a sua precária formação e duvidosa capacidade como combatente.
Lourinaldo Nobrega

POBREZA MENSTRUAL E VETO À DISTRIBUIÇÃO DE ABSORVENTES

Ele foi obrigado a vetar, pois não deu tempo de nenhum amigo pessoal abrir CNPJ para ser distribuidor dos absorventes e fazer lavagem de dinheiro em cima desta.
Melina Vasconcelos

Muitas mulheres vivem em situação de rua, não têm o que comer, que dirá ter dinheiro para comprar absorvente.
Ana Paula Félix

A fonte de custeio poderia ser o orçamento milionário do Congresso.
Andrigo Ilana

O cara derruba imposto de arma de fogo e de videogame, mas veta distribuição gratuita de absorvente para mulheres pobres. É isso. Quem apoia pode ainda ser considerado "humano"?
Hanke Hudson

PACTO DE MORTE

As revelações sobre a Prevent Senior são a ponta do iceberg do projeto mortal de salvar alguns CNPJs à custa de milhares de CPFs na pandemia. A ilusão do "Kit Covid" seria a forma de forçar o trabalhador a continuar gerando renda para os capitalistas à custa de sua própria vida. Elementos do morticínio oficial não faltam, mas o impedimento do genocida no poder não anda porque não há interesses imediatos, tanto à direita quanto à esquerda. Infelizmente, o julgamento pela história, se houver, será depois de muito luto e poucos condenados.
Adilson Roberto Gonçalves, Campinas, SP

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

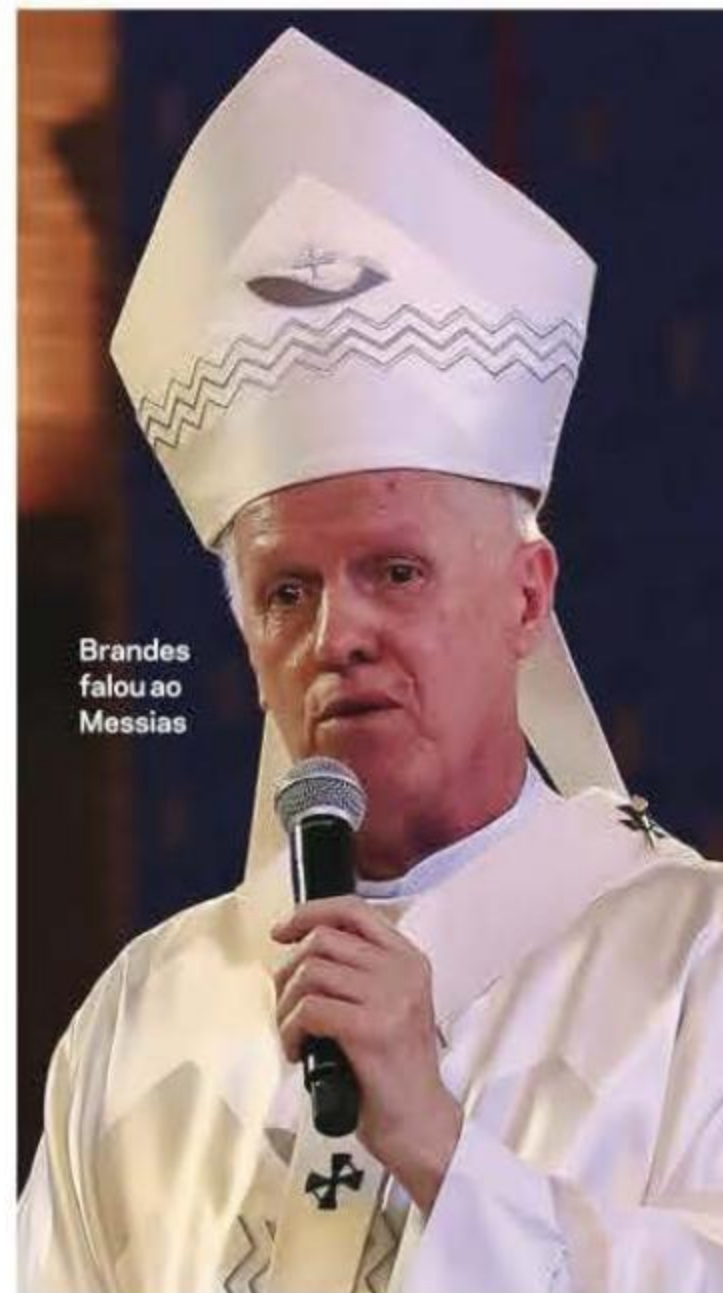
A Semana

Fome

Em dezembro de 2020, 55% dos brasileiros estavam submetidos, em algum grau, à insegurança alimentar, segundo levantamento da Rede Pensam. Cerca de 20 milhões declararam ter passado 24 horas ou mais sem se alimentar. Outros 24,5 milhões disseram não saber se vão comer todos os dias e, por consequência, reduziram a quantidade e a qualidade da alimentação. Outros 74 milhões expressaram o medo de faltar comida. É bem provável que o quadro tenha se agravado, por causa da disparada da inflação ao longo de 2021.

Razão/ O recado do arcebispo

"Pátria amada não pode ser pátria armada"

O proselitismo de Bolsonaro não poupa os brasileiros nem nos feriados. Na terça-feira 12, o ex-capitão, paramentado com uma inusual máscara, caminhou pelo Santuário de Aparecida em busca de um milagre: recuperar a confiança de uma parte do eleitorado, em especial dos católicos. Ouviu vaias e aplausos – os gritos de mito se confundiram com as acusações de genocida. A pregação de Bolsonaro convence cada vez menos gente. Seu rebanho de fiéis ainda é imponente, cerca de 25%, suficiente para esvaziar os movimentos pelo *impeachment*, mas inócuo quando o assunto é o sonho da reeleição. Poucos antes da chegada do Messias, o arcebispo Dom Orlando Brandes fez questão de esclarecer que aquele era um terreno hostil ao presidente. Na principal cerimônia do dia, realizada às 9 da manhã, Brandes poupou os fiéis da sutileza e foi direto ao ponto durante a homilia. "Pátria amada não pode ser pátria armada", afirmou, antes de prosseguir: "Para ser pátria amada, seja uma pátria sem ódio. Para ser pátria amada, uma república sem mentiras e sem *fake news*. Pátria amada sem corrupção. E pátria amada com fraternidade. Todos irmãos construindo a grande família brasileira." Dispensa comentários.

Brandes falou ao Messias

Punição/ FREIO AO ASSÉDIO

JUSTIÇA DO TRABALHO LIMITA AÇÃO DE SÉRGIO CAMARGO

Camargo está impedido de destruir (mais) a fundação

O presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, foi proibido pela Justiça do Trabalho de nomear, contratar e afastar servidores da instituição. "Os elementos iniciais de provas trazidos indicam que, pela ótica dos relatos colhidos no procedimento investigativo prévio a esta demanda, o ambiente laboral sofreu degradação e que ex-trabalhadores narram situações de fobias, de pânico e de abalo emocional", escreve na sentença o juiz Gustavo Carvalho Chehab, que estabeleceu multa diária de 5 mil reais em caso de descumprimento da decisão. O magistrado também proibiu Camargo de usar as suas contas pessoais e os canais da fundação nas redes sociais para atacar desafetos. A medida cautelar pode ser revista, anotou Chehab, mas foi necessária para "coibir eventuais práticas tidas, em princípio, como abusivas".

Segurança/ Violentas e ineficazes

As polícias só esclarecem 44% dos homicídios registrados no País

Mais da metade dos homicídios cometidos no Brasil não são esclarecidos, revela um inédito estudo do Instituto Sou da Paz, divulgado na quarta-feira 13. Apenas 44% das mortes violentas registradas no País em 2018 foram resolvidas, com apresentação de denúncia contra os autores dos crimes, até o fim do ano seguinte. O estado com a pior taxa foi Mato Grosso do Sul, com apenas 11% dos assassinatos esclarecidos. O Rio de Janeiro vem na sequência, com um porcentual de 14%. São Paulo, o estado mais populoso, figura em posição intermediária, com 46% de resolução.

Apesar da baixa taxa de esclarecimento, houve uma sensível melhora. No último levantamento do Sou da Paz, de 2017, o Brasil havia registrado uma taxa de resolução da ordem de 32%. Os vergonhosos indicadores comprovam que as polícias brasileiras são violentas e pouco eficientes. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os policiais foram responsáveis pela morte de 6.416 "suspeitos" no ano passado, o equivalente a 12,8% das mais de 50 mil mortes violentas registradas em todo o País.

Quase 13% dos homicídios são obras de policiais

Justiça feita

O Tribunal de Justiça militar condenou oito integrantes do Exército pelo assassinato do músico Evaldo Rosa e do catador Luciano Macedo. O tenente Ítalo Nunes recebeu uma pena de 31 anos e seis meses de prisão em regime fechado, os demais terão de cumprir, em princípio, 28 anos. Todos serão expulsos da corporação por culpabilidade comprovada. Quatro militares que não dispararam suas armas acabaram absolvidos. O crime chocou o Brasil pela violência e covardia. Em 7 de abril de 2019, os condenados efetuaram 216 disparos de fuzil e pistola em direção ao carro do músico, que levava a família a um chá de bebê. Rosa foi atingido por nove tiros e morreu no local. As balas, disparadas a esmo, também alcançaram Macedo.

Ciência/ DE PIRES NA MÃO

O ORÇAMENTO DA CAPES DESPENCA 39% E O GOVERNO FAZ NOVOS CORTES

O orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para pesquisas despencou 39% nos últimos quatro anos. O valor previsto para investimentos passou de 4,9 bilhões de reais, em 2017, para míseros 3 bilhões neste ano. Diante da asfixia financeira, o número de bolsas de pós-graduação concedidas pela Capes tem diminuído ano a ano. Em 2017, a entidade possuía mais de 101,3 mil bolsistas. Hoje, o número gira ao redor de 95 mil beneficiários de bolsas de mestrado e doutorado.

Não bastasse, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ter sido pego de surpresa com um novo corte de 600 milhões de reais destinados à pesquisa. "Falei até com o presidente sobre isso, ele também foi pego de surpresa", afirmou à Comissão de Educação da Câmara. "Não quero discutir o mérito da utilização dos recursos pelos outros ministérios, mas os recursos para a Ciência e Tecnologia não são gastos, e sim investimentos." Único brasileiro a viajar para o espaço, Pontes parece viver no mundo da lua. Se de fato zela pelo avanço científico, o que ainda faz no governo do negacionista Bolsonaro?

O número de bolsas de mestrado e doutorado não para de encolher

MARCELLO CASAL/ABR, REDES SOCIAIS, GUSTAVO CABRAL/A12/RÁDIO APARECIDA E ISTOCKPHOTO

A Semana

O dragão contra a ilha

Em resposta ao sobrevoo de caças chineses nas cercanias, o governo autônomo de Taiwan comemorou, no domingo 10, o dia nacional com muita festa e um desfile militar. "Ninguém nos pode forçar a tomar o caminho traçado pela China", declarou a presidente Tsai Ing-wen. No dia anterior, o presidente chinês, Xi Jinping, havia declarado que a reunificação é inevitável e tem tudo para ocorrer de forma pacífica. Taiwan é governada por um poder independente de Pequim desde 1949.

Itália/ Tolerância zero

Líderes do extremista Forza Nuova vão parar na cadeia

A exigência do passaporte sanitário em espaços públicos serviu de pretexto para os violentos protestos em Roma, atiçados pela legenda de extrema-direita Forza Nuova. Durante as manifestações na capital, os neofascistas atacaram a Confederação Geral Italiana do Trabalho, uma das principais organizações sindicais do país. Há registros de depredação em outras partes da cidade. A reação das autoridades foi rápida e à altura da gravidade dos acontecimentos. A polícia prendeu 12 manifestantes, entre eles Roberto Fiore, líder do Forza Nuova. Partidos e movimentos sociais prestaram solidariedade à confederação e defenderam a imediata dissolução da agremiação extremista. "Eles não podem nos intimidar, não temos medo", reagiu Maurizio Landini, diretor da CGIL. "Os responsáveis por este ataque estão presos", comemorou o deputado Federico Fornaro, do Partido Socialista Democrático Italiano. "Há muito tempo eles agem para alimentar as tensões e a violência." Andrea Marcucci, do PD, emendou: "A violência fascista deve parar imediatamente. Todas as forças democráticas hoje apoiam a CGIL e a polícia".

Fiore, do Forza Nuova, recorre a velhas táticas

Afeganistão/ HORA DE NEGOCIAR

A UE OFERECE SOCORRO HUMANITÁRIO DE 1 BILHÃO DE EUROS

Talebans, europeus e norte-americanos à mesa

Sob um clima de intensa desconfiança, representantes do Taleban, dos Estados Unidos e da União Europeia reuniram-se em Doha, capital do Catar, na terça-feira 12. Os europeus prometeram repassar 1 bilhão de euros ao Afeganistão, para evitar o colapso humanitário e socioeconômico. "Temos sido claros sobre as nossas condições para qualquer compromisso com as autoridades afegãs, inclusive em relação ao respeito aos direitos humanos", afirmou Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. "Até agora, os relatórios falam por si, mas os afegãos não deveriam pagar o preço das ações do Taleban." Em resposta, Amir Khan Muttaqi, chanceler do país, afirmou que o grupo islâmico busca relacionamentos "positivos" com o mundo. "Acreditamos em relações internacionais equilibradas e que esse relacionamento pode salvar o Afeganistão da instabilidade". Segundo a ONU, em torno de 18 milhões de afegãos, ou cerca de metade do país, dependem de auxílio humanitário, enquanto 93% das famílias não têm comida suficiente.

MICHELLE SPATARI/NURPHOTO/AFP E KARIM JAAFAR/AFP

Não soltem as mãos

▶ Da federação partidária às vaias na Paulista, o árduo caminho da unidade do campo progressista

Há muito se debatem caminhos para garantir um sistema eleitoral com contornos ideológicos mais nítidos entre os partidos. Alguns, equivocadamente, aderiram a uma agenda aparentemente simples: aquela que diminui direitos de legendas com menos votos. Essa agenda não se mostrou, porém, eficaz para minimizar a presença das siglas de aluguel. Há poucos dias, o Congresso Nacional derrubou o veto de Jair Bolsonaro ao projeto das federações partidárias. Isso significa um caminho para que as organizações do nosso campo político possam ter programas debatidos entre si e atuação conjunta por um período mínimo de quatro anos.

Diferentemente das extintas coligações eleitorais, as federações continuam funcionando após as eleições como um só bloco e se submetem às mesmas regras impostas aos partidos, com programa, estatuto e direção comuns. A lei moderniza o marco legal, assegura o pluralismo de ideias e respeita a identidade programática dos partidos, dando mais funcionalidade e eficácia ao Parlamento com a união perene de legendas referenciada em programas comuns. A federação traz qualidade para a política, pois amplia a representatividade. Para que se tenha um exemplo, esse é o instrumento utilizado pela esquerda uruguaia para construir a "Frente Ampla".

O debate sobre federar ou não e com quem federar está vivo dentro dos partidos. Não é simples construir soluções nacionalizadas em um país em que as organizações partidárias são tão diferentes em cada região. Mais do que uma solução eleitoral, mais do que a mera soma de dois ou mais partidos, podemos ter uma nova frente apresentada para a sociedade, com capacidade, quiçá, de organizar mais setores para as lutas que virão.

Essa unidade eleitoral, programática e permanente não pode ser confundida com a unidade de ação mais ampla para lutar contra o governo Bolsonaro. O governo dos assassinatos da Prevent Senior, dos 600 mil óbitos por Covid-19, da insegurança alimentar que atinge metade do povo brasileiro, nos exige capacidade de construir espaços mais amplos, em torno daquilo que nos une: o *impeachment*, o fim imediato deste governo de morte e de ameaças à democracia.

O fim deste governo significa também a retomada de um ambiente democrático de debate sobre diferentes projetos para o País. Não podemos ser nós aqueles que mantêm a interdição do debate construída pela extrema-direita. A lamentável agressão a Ciro Gomes, por exemplo, traduz a incompreensão de uma minoria sobre a possibilidade de construirmos essa ação política mais ampla, tão necessária para derrotar Bolsonaro. Em um país em que as mortes foram consideradas altas médicas, não há espaço para termos dúvida sobre a ampla unidade de ação. •

contato@manuela.org.br

Fora Bolsonaro. Não há espaço para termos dúvidas sobre a ampla unidade de ação

BAPTISTÃO E SERGIO LIMA/AFP

O Brasil é o problema

CASA-GRANDE OU SENZALA, SOMOS REFÉNS DE NÓS MESMOS

por MINO CARTA

Símbolos de uma situação ridícula

O ministro da Economia na capa desta edição está choroso porque, como se dizia em outros tempos, foi pego com a boca na botija. Mas não esperem por arrependimentos por parte de figuras igual a esta, que Jair Bolsonaro gosta de apresentar como o seu Posto Ipiranga. A história do posto está registrada por anúncios variados de publicidade dispostos a se renovar até alcançar o esplendor atual. De início, um pançudo frentista perdido no meio do nada a quem perguntavam o endereço de certas benfeitorias, e ele, implacavelmente, respondia posto Ipiranga.

Com o passar do tempo, o posto finalmente apareceu, lugar de puro encanto servido por frentistas bailarinos, fascinados com a chance de dançarem agarrados às suas bombas e mangueiras. É um espetáculo comovedor, pelo qual se revela a incrível variedade de oportunidades que o posto oferece, sem exclusão da venda de passagens aéreas e de prestimosa atenção a quem surge para encher o tanque. Os fregueses saem de lá cantando ou, antes de chegar, já cantam na certeza de encontrar no posto o que procuram, servidos com cortesia principesca.

O atual Posto Ipiranga, finalmente descobrimos, é uma fonte inesgotável de alegrias variadas, de sorte a justificar a cantoria dos motoristas, a entoar canções improvisadas para deixar bem clara a satisfação de lá se deparar com a realização inevitável, escrita nas estrelas, de ver atendidas todas as suas demandas. Assim progrediu rapidamente o posto tão caro ao ex-capitão, a confirmar a cantoria dos motorizados certos de que "lá tem tudo". Não sei aonde chegou a crença do presidente da República a respeito do seu atual Posto Ipiranga, embora receie que a fé no ministro continua intacta.

Não diremos que no posto há também a disponibilidade de golpes de Estado, embora a dúvida nestas nossas paragens sempre tenha sentido. É certo, porém, que ali viceja a tática do golpe pessoal, aquele praticado pelo simbólico intérprete e gestor da sua própria economia, incompetente na qualidade de ministro, mas tão hábil na ação isolada em seu exclusivo proveito. Tal é o país de Bolsonaro, sinistro também na consagração das piores tradições do assalto patrimonialista aos cofres do Estado.

Seria possível evitar que o Posto Ipiranga assumisse as feições hodiernas? É doloroso constatar a impossibilidade a curto e médio prazos, embora haja quem faça fé no longo, no aguardo das eleições previstas pelo calendário organizado ao sabor da série de golpes a nos conduzirem até Bolsonaro, como a cereja queimada para enfeitar o bolo embatumado. Já se disse muito a respeito, mas nunca é demais repetir. O problema do País é o próprio Brasil, que perdeu o senso, se já o teve.

Diante deste cenário, como se tal fosse a normalidade, só cabe o desalento. E neste mar inconfiável há de navegar a nossa desesperança, acoplada por ora aos maus presságios que a situação suscita. De certa forma, somos reféns de nós mesmos, aqueles da casa-grande e os da senzala. Nossos limites são o Posto Ipiranga e sua tola exibição. Este recanto luzidio, feericamente iluminado, não é o Coliseu, a Torre Eiffel ou o Big Ben. É, contudo, o que temos a oferecer. Realmente, não creio que haja mundo afora postos de abastecimento de combustíveis tão luxuosos e equipados, sem contar os frentistas bailarinos. No fundo, eles me entristecem na função de escravos, ao obedecerem a um roteiro francamente ridículo.

Mas quem se incomoda com isso? Duvido que haja muitos que se condoam. •

YOUTUBE

Do paraíso à frigideira

AS REVELAÇÕES DOS *PANDORA PAPERS* ATIÇAM A FRITURA DE PAULO GUEDES PELO CENTRÃO, QUE DESEJA SUA CABEÇA. O MINISTRO RESISTE?

por ANDRÉ BARROCAL

O ministro Paulo Guedes participou nos últimos dias, em Washington, de reuniões periódicas do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e de autoridades econômicas de países do G-20. Apesar de se sentir em casa nos *States*, ele teve dissabores na viagem. O FMI cortou para 1,5% a previsão de crescimento brasileiro no eleitoral ano de 2022. O Prêmio Nobel de Economia consagrou três pesquisadores e um deles, o canadense David Card, provou que aumentar o salário mínimo não causa desemprego, ao contrário, um golpe na teimosia neoliberal do Posto Ipiranga. De quebra, o *Chicago Old* teve de responder a jornalistas estrangeiros sobre aquela sua empresa no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas revelada nos *Pandora Papers*.

No Chile, outra pátria amada pelo ministro devido ao pinochetismo, o escândalo custou ao presidente Sebastián Piñera, dono de *offshore* nas mesmas ilhas, um pedido de *impeachment* no Congresso. Aqui, o caso dá munição para o tal Centrão governista, senhor do Parlamento, intensificar a fritura de Guedes, com o objetivo último de tirá-lo do cargo. O ministro foi convocado a dar explicações no plenário da Câmara, e os deputados preparam temas indigestos para embaraçá-lo na arapuca. Assuntos que não se limitam aos resultados pífios da economia brasileira, mas também a "negócios ocultos" mantidos por ele no Brasil e comparações com Eduardo Cunha, cassado em 2016 por ter mentido sobre (adivinhe?) uma firma em paraíso fiscal.

O CONGRESSO QUER SABER SE A SUBTRAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA REFORMA DO IR CONTÉM AS DIGITAIS DO POSTO IPIRANGA

Um dos temas à espera de Guedes é a mudança no projeto de nova cobrança do Imposto de Renda enviado em junho ao Congresso. Diante da revelação da *offshore* em nome do ministro, a modificação admite novas interpretações. O artigo 6º do projeto taxava os lucros de empresas em paraísos fiscais controladas por brasileiros. Mais: considerava ganho de capital passível de tributação o lucro com a variação do dólar na hora da prestação de contas ao Fisco. As taxações haviam sido idealizadas pela Receita Federal, em virtude de esforços internacionais contra paraísos fiscais.

As taxações sumiram do projeto quando o relator na Câmara, Celso Sabino, então no PSDB, hoje no PSL, apresentou seu parecer, em 10 de agosto. "Por que *(o presidente)* não fala que o Paulo Guedes intermediou, no projeto sobre o Imposto de Renda, a retirada da taxação de recursos no exterior, para poder aliviar os seus *(do ministro)* rendimentos em dólar?", pergunta o deputado Júlio Delgado, do PSB. Acusação ecoada pelo neoliberal Kim Kataguiri, do DEM, para quem houve "um esquema criminoso de uso de cargo público para enriquecimento ilícito". Questionada sobre a participação de Guedes no sumiço do artigo, a pasta da Economia diz que Sabino nega ter havido pedido do ministro. E que não "faz sentido" supor que o governo proporia a taxação e, depois, pediria à Câmara para derrubá-la. Não faz?

A Lei de Conflito de Interesses, a 12.813, de 2013, diz, no artigo 5º, que há conflito se um ministro "praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe (...) e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão". Se Guedes tentasse impedir que a proposta de taxar *offshore* fosse formulada em sua seara, poderia despertar a atenção de testemunhas à volta. Nessa hipótese, a exclusão no Congresso lhe seria conveniente: passaria como obra alheia. "Se o ministro de fato intercedeu para obstaculizar a taxação periódica de paraí-

A descoberta dos milhões de Guedes em um paraíso fiscal deu ao Centrão de Nogueira e Lira a oportunidade para infernizar a vida do ministro

sos, se autobeneficiou", afirma o advogado Mauro Menezes, presidente da Comissão de Ética Pública de 2016 a 2018. Seria, prossegue, um ato de improbidade administrativa previsto na lei de 2013 e na Lei de Improbidade, a 8.429, de 1992, que fixa como punição a proibição de ocupar cargos públicos por oito anos, ressarcimento ao Erário do dano causado e multa.

A oposição cobrou do Ministério Público Federal que investigue Guedes por improbidade. O procurador-geral da República, Augusto Aras, abriu uma "averiguação preliminar". Os advogados do ministro enviaram à Procuradoria provas, segundo eles, de que seu cliente se afastou da gestão da *offshore* em dezembro de 2018, antes de tomar posse no governo. Detalhe: são os mesmos defensores de Eduardo Cunha no passado, Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso. Afastar-se bastaria? Guedes montou a empresa em 2014 com a filha, Paula, e 8 milhões de dólares, dinheiro guardado em Nova York. Em 2015, sua esposa, Maria Cristina, entrou como sócia e depositou mais 1,5 milhão. Quer dizer, o Posto Ipiranga pode até não ter feito negócios com a *Dreadnoughts*, mas o que o impediria de telefonar para a família e dar umas dicas?

Em 2019, a Comissão de Ética recomendou a Guedes que a empresa não fizesse negócios, enquanto ele estivesse no cargo. Idem ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O banqueiro abriu uma *offshore*, a *Cor Assets*, no mesmo paraíso fiscal, em 2004, com 1 milhão de dólares. Diz tê-la fechado em 12 de agosto de 2020. Curioso: foi uma semana após o BC reduzir a taxa de juros para 2%, a menor da história. Quanto menor a Selic, mais chance de o dólar subir. Outra curiosidade: um mês antes, o Conselho Monetário Nacional, integrado por Guedes e Campos Neto, decidira que movimentações acima de 100 mil reais, se feitas no exterior, deveriam ser registradas no BC.

Campos Neto foi convidado, na compa-

nhia de Guedes, a comparecer ao Senado. A dupla deveria prestar esclarecimentos na segunda-feira 18, mas como será véspera do relatório da CPI da Covid, a "conversa" ficou para mais adiante. Quanto aos deputados, deixaram Campos Neto de lado e miraram em Guedes. A proposta de obrigar o ministro a ir ao plenário partira da oposição. Sem os votos da base governista, porém, não teria sido aprovada, em 6 de outubro, por 310 a 142, placar que por si só foi um sinal para o ministro. Este terá de explicar violações potenciais de duas regras. Do artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, que proíbe uma autoridade de ter investimentos influenciáveis por decisões próprias ou informações privilegiadas, e do artigo 37º da Constituição, que impõe a moralidade como um dos princípios a ser obedecidos no setor público. "É um caso gravíssimo, o ministro já deveria ter sido demitido", afirma o líder da oposição, Alessandro Molon, do PSB.

Na hora de decidir a convocação plenária, houve uma reviravolta entre os governistas que jogou óleo na fritura do ministro. Um movimento liderado pelo PP, a sigla do comandante da Câmara, Arthur Lira, e do chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. O líder do governo, Ricardo Barros, outro pepista, queria salvar Guedes. Sugeriu que fosse convidado (convite pode ser recusado, convocação não) e comparecesse no dia 13. PL, PSD, Republicanos e PP, siglas do Centrão, apoiaram. Mas eis que o líder pepista, Cacá Leão, soldado de Lira, mudou de ideia: "Eu conversava agora com alguns colegas da minha bancada, e há o entendimento da importância da vinda do ministro Paulo Guedes a este plenário, para esclarecer tudo que tem sido falado na imprensa e agir com a seriedade de que este momento precisa".

A convocação, diz um estrategista do Centrão, foi o começo do fim do Posto Ipiranga. O bloco, prossegue o informante,

O orçamento de Pontes foi para o espaço. Cunha acabou cassado, entre outras, por causa de uma *offshore*

odeia o ministro e viu no caso da *offshore* a chance de resolver o conflito. Em algum momento, aposta a fonte, o Centrão dará um ultimato em Bolsonaro: degole Guedes. Mas por que a bronca com o ministro? Eleição. E não apenas em razão da economia do País. O *Chicago Boy, ou Old,* controla os bancos públicos e não aceita entregar diretorias a apadrinhados do grupo, cargos capazes de colocar verba pública a serviço de campanhas. Ciro Nogueira, por exemplo, estaria de olho em indicações na Caixa Econômica Federal. Aliás, Nogueira tenta emplacar o novo chefe do Banco do Nordeste, após a demissão de Romildo Rolim, em setembro. Rolim era apadrinhado do PL e perdeu o cargo após Bolsonaro procurar o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, para reclamar que o banco firmara convênio de cerca de 600 milhões de reais com uma ONG supostamente ligada ao PT.

A sessão da Câmara que convocou Guedes foi presidida pelo vice-presidente, Marcelo Ramos, do PL. Lira tinha viajado na véspera para Roma, de onde chegou na quarta-feira 13. Veja-se a visão de Ramos sobre o Posto Ipiranga: "O governo migra do negacionismo sanitário para o negacionismo econômico", enquanto se "agrava a pandemia do desemprego, da fome, da inflação e dos juros". Seu colega de bancada Altineu Côrtes, chefe do PL no Rio de Janeiro, mandou a colegas, em agosto, um vídeo a pedir a cabeça de Guedes: "Muita gente dentro do governo, que quer o bem do governo Bolsonaro, torce pro senhor sair. Eu acho que o senhor finge que não sabe".

PARA BAJULAR O CENTRÃO, GUEDES RETIRA DINHEIRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

E como torce. Entre ministros de Bolsonaro circulou um vídeo duro sobre Guedes e sua *offshore*, conforme o *site* Poder 360. O vídeo era de um dos fundadores do banco de investimentos Brasil Plural, Eduardo Moreira. Desse banco, registre-se, saiu o atual presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Segundo Moreira, uma pessoa só guarda dinheiro em paraíso fiscal por um de três motivos: "Ou ela quer fugir dos impostos e não pagar em seu país. Ou ela quer ocultar patrimônio, para que ninguém saiba o que ela tem. Ou ela quer se proteger de alguma ruptura econômica que vai acontecer". Qualquer uma das hipóteses, dizia Moreira, é "escandalosa", em se tratando do ministro da Economia.

Quem teria tido a iniciativa de distribuir o vídeo e sugerido pôr na vaga de Guedes o ex-secretário do Tesouro Nacional Mansuetto Almeida? Algum general-ministro, desses que sopram à mídia no escurinho que Guedes é fraco e não aprova nada no Congresso? Ou seria um luminar do Centrão? Quem sabe Ciro Nogueira (Casa Civil), do PP? Ou Flávia Arruda (Secretaria de Governo), do PL? Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), ex-PSDB, que Guedes chama de "ministro fura-teto"? Fábio Faria (Comunicações), do PSD? Algumas horas após a Câmara armar a arapuca, Guedes mandou ao

Congresso um ofício com mimos ao Centrão, baseado em um trabalho concluído por sua equipe às 22h39 daquele dia. Coincidência? Ou uma tentativa de desarmar os ânimos? Dúvidas à parte, quem pagou o pato foi um colega de governo, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Um pato de 650 milhões de reais.

Em agosto, o governo propusera ao Congresso uma lei para aumentar a verba de Pontes neste ano em 650 milhões. O montante sairia do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, recheado com mais de 5 bilhões de reais, quantia bloqueada pela área econômica. A lei liberava parte do fundo. De olho no dinheiro extra, o CPNq lançara um edital para distribuir 200 milhões de reais em financiamento a projetos de pesquisa. Mais de 30 mil interessados estavam inscritos até 30 de setembro. O ofício de Guedes jogou um balde de gelo na galera. Reformulava o projeto para ratear os recursos com outras áreas: 252 milhões para o Desenvolvimento Regional, 120 milhões para a Agricultura, 100 milhões para as Comunicações e 28 milhões para a Cidadania, quatro pastas controladas por indicados políticos do Centrão (Saúde, Educação e política nuclear foram as outras contempladas).

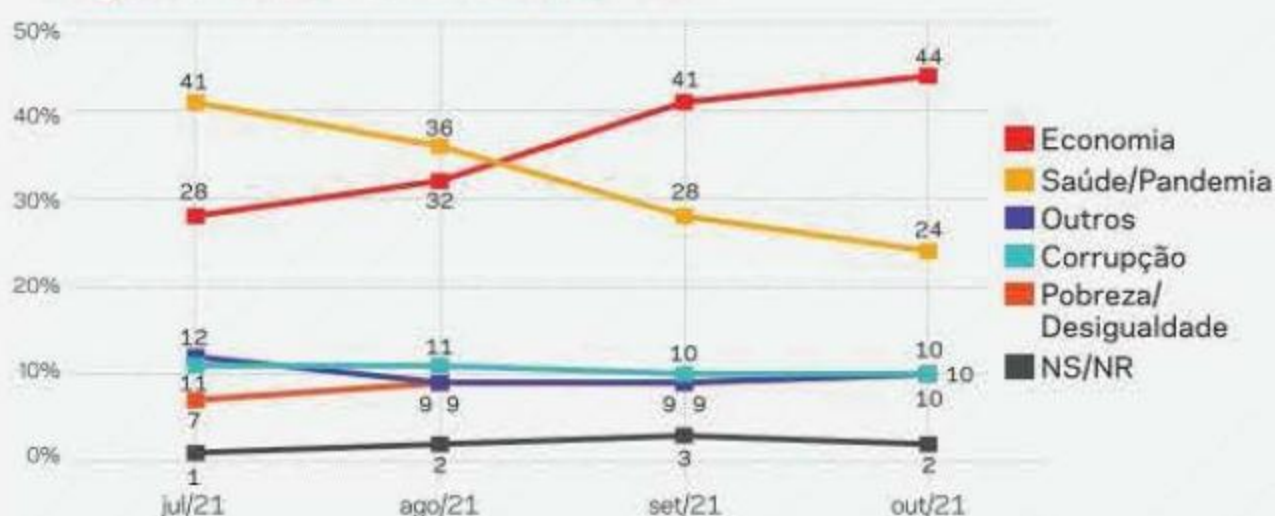
O Congresso aprovou a lei no dia seguinte. Pontes estrebuchou em público. Disse que não sabia de nada e fora "pego de surpresa", que aquilo era "falta de consideração", precisava ser "corrigido urgentemente" e que até havia pensado em se demitir. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência aponta risco de "apagão científico" no País e organizou manifestações para a sexta-feira 15, Dia do Professor. Detalhe: de 2020 para 2021, o orçamento de Pontes perdera 3,3 bilhões.

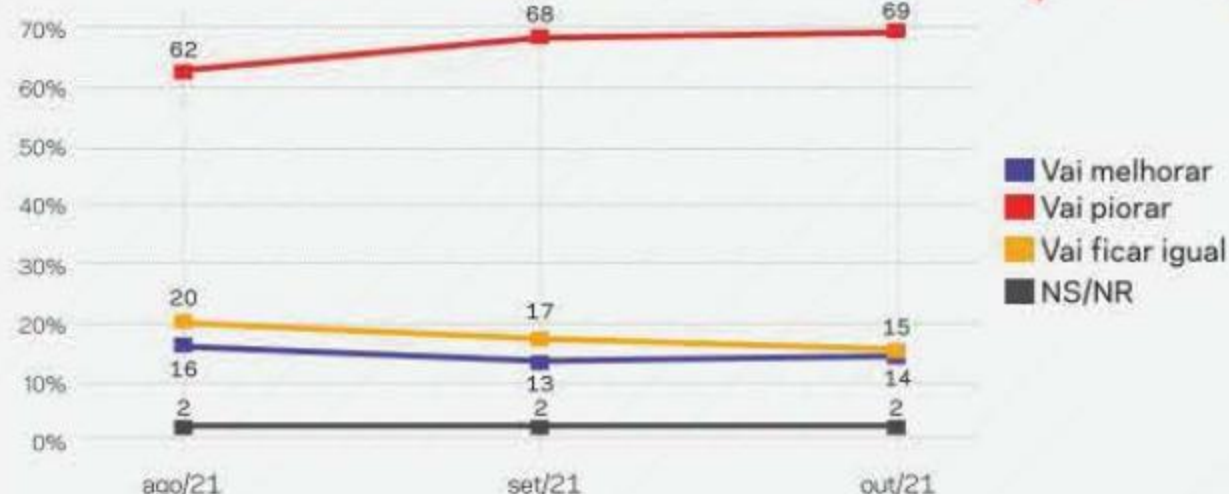
Não foi a única lei em que a interferência de Guedes criou confusão. No dia 6, Bolsonaro vetou um projeto que criava um programa de distribuição gratuita de absorventes para alunas da rede pública, mulheres que moram nas ruas e presidi-

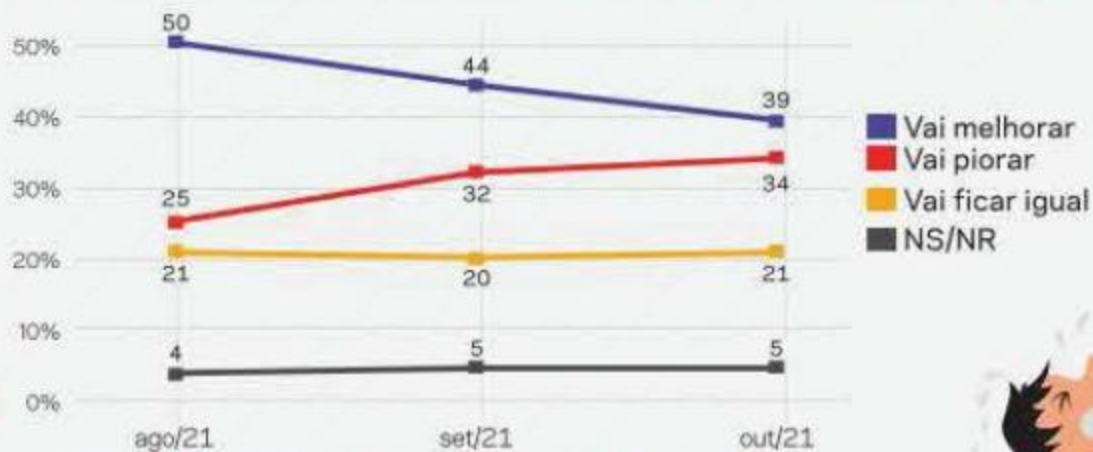
LULA MARQUES/AGÊNCIA PT E ASCOM/MCTI

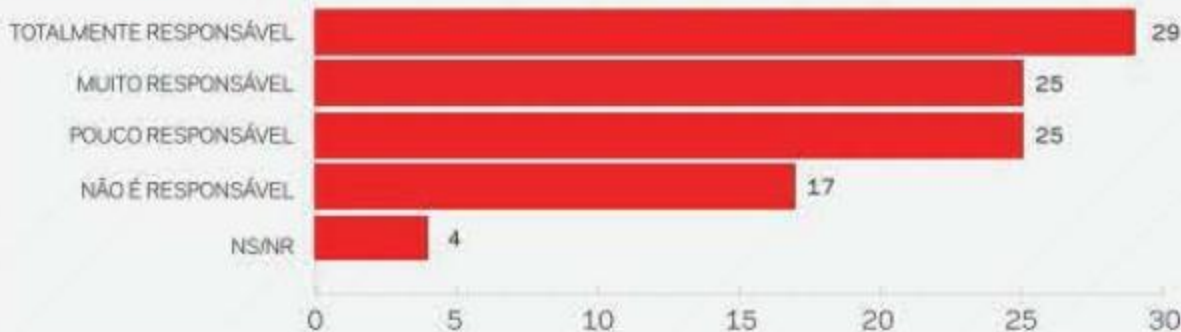
A ECONOMIA CORRÓI A POPULARIDADE DO GOVERNO

O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS

	jul/21	ago/21	set/21	out/21
Economia	28	32	41	44
Saúde/Pandemia	41	36	28	24
Outros	12	9	9	10
Corrupção	11	11	10	10
Pobreza/Desigualdade	7	9	9	10
NS/NR	1	2	3	2

O SENTIMENTO SOBRE A ECONOMIA DE UM ANO PARA CÁ

	ago/21	set/21	out/21
Vai melhorar	16	13	14
Vai piorar	62	68	69
Vai ficar igual	20	17	15
NS/NR	2	2	2

A EXPECTATIVA SOBRE A ECONOMIA NOS PRÓXIMOS 12 MESES

	ago/21	set/21	out/21
Vai melhorar	50	44	39
Vai piorar	25	32	34
Vai ficar igual	21	20	21
NS/NR	4	5	5

A RESPONSABILIDADE DE BOLSONARO PELA SITUAÇÃO

TOTALMENTE RESPONSÁVEL	29
MUITO RESPONSÁVEL	25
POUCO RESPONSÁVEL	25
NÃO É RESPONSÁVEL	17
NS/NR	4

árias. O projeto tinha sido apresentado pela deputada Marília Arraes, do PT, em 2019, originalmente restrito às estudantes. A Câmara aprovou-o em 26 de agosto e o Senado, em 14 de setembro. Entre os deputados estimava-se que 5,6 milhões de mulheres seriam beneficiadas, com oito absorventes por ano, ao custo de 84 milhões de reais, bancados pelo SUS e pelo Fundo Penitenciário Nacional. Depois de ouvir Guedes, o presidente vetou trechos da lei, aqueles que tratavam dos repasses. Logo em seguida, a ministra da Mulher e da Família, Damares Alves, saiu em defesa do chefe: "A prioridade é vacina ou absorvente?" A reação contra o governo foi forte e Damares anunciou um programa federal para substituir a proposta legislativa. Será?

A situação econômica do País, com desemprego e inflação elevados, alimenta a hostilidade do Centrão em relação a Guedes. Nos últimos dois meses, a economia superou a Covid-19 como principal problema apontado pelos brasileiros. São 44% com essa opinião, ante 24% que apontavam o Coronavírus, conforme pesquisa da consultoria Quaest. O otimismo com o futuro encolheu (de 50% para 39% desde agosto), ao mesmo tempo que piorou o mal-estar sobre o que aconteceu de um ano para cá (de 62% para 69%). Resultado: 53% acham o governo ruim ou péssimo, só 20% pensam ser bom ou ótimo.

"O sentimento com a inflação está corroendo a popularidade do presidente", afirma Felipe Nunes, cientista político da UFMG e sócio da Quaest. A alta dos preços em setembro foi a maior desde 1994, início do Plano Real, 1,1%. Em 12 meses, chegou a 10,2%, a pior em cinco anos. Comer ficou mais caro (34% de alta do botijão de gás, 28% no frango, 15% na carne e no ovo), idem assistir à tevê em casa (a conta de luz subiu 28%) e sair de carro (o etanol elevou-se 64% e a gasolina, 39%).

Em Washington, Guedes admitiu à CNN e à Bloomberg que a inflação é um "problema", mas atribuiu-o a um fenômeno "no mundo todo" decorrente dos preços da comida e da energia. Meia verdade. Nos Estados Unidos, a inflação em 12 meses até setembro está em 5,4%, índice que não se via por lá desde os anos 1990. Ponto para Guedes. Contra o ministro joga, porém, a inação resultante da convicção neoliberal. Exceto pelo aumento dos juros do BC, o governo nada faz para segurar a gasolina e os alimentos. Ao contrário, aceita que a petroleira siga o *script* de uma companhia privada em busca de lucro gordo. Ignora medidas de estoques reguladores de alimentos. E deixa o dólar subir à vontade, o que influencia o preço final das *commodities*.

A inflação leva o BC a subir o juro, e essa é uma das razões para o FMI ter baixado de 1,9% para 1,5% sua previsão de crescimento do Brasil em 2022. Uma projeção otimista. O Itaú estima em 0,5%. As vendas do varejo em agosto dão razão aos céticos. Tombaram 3,1% em relação a julho, sinal de que o segundo semestre do ano será pior do que se imaginava. "Tem alguma ligação com o aumento da taxa de juros, mas certamente tem na alta da inflação uma das maiores causas", na visão do economista Paulo Gala, do Banco Fator. Na pesquisa Quaest, Bolsonaro é tido como totalmente ou muito culpado por mais da metade da população (54%). Enquanto Lula é tido como presidenciável mais capaz de arrumar a casa econômica.

"A economia não é uma coisa difícil", disse o petista no dia 8 em Brasília, requer "credibilidade" (que a população acredite no governo) e "previsibilidade" (que não seja surpreendida). "Só podia acreditar no Guedes como economista quem queria destruir o Estado brasileiro. Quem queria vender a Eletrobras, a Radiobras, a Petrobras, vender refinaria. Ele já deu demonstração de que entende de qualquer coisa, menos de economia, de economia social, inclusive. Pobre não existe na vida dele, trabalhador não existe na vida dele."

Mas paraíso fiscal existe. E como. •

A INFLAÇÃO NÃO DÁ TRÉGUA E SEGUE NAS ALTURAS

1,16% foi o índice de setembro, o maior desde 1994

10,25% é a alta acumulada em 12 meses, a maior em cinco anos

ENTRE AS PRINCIPAIS ALTAS DE UM ANO PARA CÁ, TEMOS:

64% no etanol
39% na gasolina
38% no açúcar
34% no botijão de gás
28% na conta de luz
28% no café em pó
28% no frango
24% no tomate
15% na carne
15% no ovo

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Beato Salu, vítima da hipocrisia

▶ O ministro Guedes guarda atualmente relação apenas remota com o ideólogo que chegou em Brasília em 2019

Coube ao Brasil a infelicidade inesperada de ter no comando da economia um profissional ultraliberal. Quem poderia prever? O brasileiro não era dado a extremismos. Os ultraliberais sempre foram raros entre nós. Os economistas nativos, tanto à esquerda quanto à direita, tendiam a certo ecletismo.

Eis que de repente aparece Paulo Guedes. Formado na Universidade de Chicago nos anos 1970, Guedes é um doutrinário. Talvez deva dizer "era", e já explico por quê. Nos anos 1980, quando começou a tomar parte ativa e exaltada no debate público brasileiro, recebeu a alcunha de "Beato Salu", personagem de novela da tevê da época, fanático que vagava pelas ruas a anunciar o fim do mundo. Se não me falha a memória, foi o professor Belluzzo quem lhe pespegou o apelido certeiro.

Nem sempre se percebe, fora dos meios acadêmicos, que a Universidade de Chicago, a pátria do ultraliberalismo, é um ponto fora da curva em termos do *establishment* econômico internacional. Na maioria das principais universidades dos EUA, ensina-se uma versão da economia em que predomina, sim, o liberalismo, mas sem exclusão de elementos keynesianos. No plano da política econômica e em organismos internacionais como o FMI vêm tendo mais influência Harvard, MIT e outros departamentos de economia – que pregam um liberalismo não tão puro e que aceitam alguma presença do Estado, embora concedendo centralidade à ação dos agentes privados e ao funcionamento dos mercados. Nos anos recentes, esse liberalismo mitigado de Harvard e MIT também entrou em crise. Mais do que crise: a agenda liberal sofreu uma sucessão de choques que praticamente a liquidaram. Não é mais aceito nem nos EUA, seu país de origem. Se cruzar na rua com o neoliberalismo, Biden, por exemplo, nem cumprimenta.

Pois bem, justo neste contexto é que chega em Brasília o nosso Beato Salu. O *timing* não poderia ser pior. Com ele, o Brasil colocou-se na contramão das tendências econômicas internacionais, adotando como superministro da Economia um nome que professava o ultraliberalismo exatamente no momento em que até mesmo o liberalismo econômico mitigado batia em constrangedora retirada mundo afora.

O pensamento do nosso Beato Salu foi imediatamente submetido ao efeito corrosivo da realidade política. Esta última é dominada, hoje como nunca, pelo famoso "Centrão", aquele vasto conjunto político sem ideologia, sem doutrina e até sem ideias. Como seria de se prever, domesticaram o novato. Assim, o ministro Guedes guarda atualmente relação apenas remota com o ideólogo que chegou em Brasília em 2019. Para desespero de alguns integrantes menos realistas da turma da bufunfa, pouco sobrou da agenda liberal. O que se tem é uma caricatura, e como toda caricatura algo grotesca. Privatização virou pirataria pura e simples, ou seja, tentativas de comprar ativos públicos na bacia das almas. Reforma tributária virou ocasião para arrancar concessões fiscais e proteger privilégios inconfessáveis, inclusive as brechas da legislação que permitem evadir tributos em paraísos fiscais.

Chego assim ao tema que mais tem mobilizado os críticos impiedosos do ministro da Economia – os chamados Pandora Papers, a descoberta, por jornalistas investigativos estrangeiros, de que Guedes faz parte de uma lista de figurões que mantêm vultosas aplicações *offshore* nas Ilhas Virgens no Caribe. Vamos aguardar as explicações que o ministro dará ao Congresso e à opinião pública. Salta aos olhos, porém, a injustiça de algumas críticas. Convenhamos, o chamado planejamento tributário (nome sofisticado para a evasão fiscal dos super-ricos) é generalizado. Os super-ricos não sonegam. Sonegação é coisa de pobre, no máximo da classe média remediada. Os super-ricos contratam especialistas, advogados, contadores etc. para explorar as brechas da legislação e escapar incólumes à tributação. E se, por acaso, a Receita Federal tenta fechar algumas dessas brechas, inclusive os paraísos, aí estão os *lobbies* para retirar esses dispositivos de projetos de lei.

Foi exatamente o que aconteceu há não muito tempo. A Receita tentou fazer algumas correções, fechar algumas brechas, de contrabando, na reforma do Imposto de Renda. As propostas passaram pelo crivo desatento do ministro e da sua assessoria, mas foram derrubadas no Congresso. Com a concordância, segundo se noticiou, do próprio Guedes. Conflito de interesse? Vamos largar de ser puristas e hipócritas. Por que esperar que Guedes seja luminosa exceção? Como esperar que ele não recorra a paraísos fiscais e outros mecanismos que permitem escapar da opressiva tributação – a opressiva tributação que todo liberal que se preza detesta desde criancinha?

Atire a primeira pedra, aí da Faria Lima, quem nunca teve alguns míseros milhões estacionados num paraíso fiscal. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

Os patronos de Guedes

O MINISTRO DA ECONOMIA REPETE, DE FORMA CANHESTRA, A CANTILENA DE MILTON FRIEDMAN E FRIEDERICH HAYEK, DEFENSORES DO LIBERAL-AUTORITARISMO

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

CartaCapital abre suas páginas para abrigar as façanhas do ministro da Economia, Paulo Guedes. Decisão tempestiva e apropriada dos editores da revista em um momento de desencontros entre as declarações do ministro e o desempenho da economia. O chorrilho de manifestações desencontradas começou cedo. Nos idos de 2019, o ministro Guedes mostrou os dentes escovados com a pasta do liberal-autoritarismo brasileiro: "Não se assustem se alguém pedir o AI-5 contra os protestos". Esse apelo ao Ato Institucional que abriu as portas para o período mais cruel da ditadura brasileira recebeu a adesão dos filhotes do presidente Bolsonaro, aqueles rapazes que também advogaram a convocação de um cabo e um soldado para "fechar o STF".

Em fevereiro de 2020, Guedes aprimorou suas idiossincráticas declarações ao invocar o comportamento, em sua opinião inconveniente, das empregadas domésticas. Ao discursar em um evento em Brasília, o ministro celebrou a caminhada da taxa de câmbio para a casa dos 5 reais por dólar. Em seus peculiares sestros verbais, sapecou: "O câmbio não está nervoso, o câmbio mudou. Não tem negócio de câmbio a 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro de Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear no Brasil, vai conhecer o Brasil. Está cheio de coisa bonita para ver".

Alguém mal-intencionado poderia sugerir que os efeitos da desvalorização cambial não foram negativos para a grana que escapou de ser desperdiçada em viagens para Miami, mas preferiu deambular sobranceira nas veredas dos paraísos fiscais. A dinheirama dos ricos segue as recomendações dos economistas liberais: invariavelmente, seus movimentos são guiados por critérios de eficiência na alocação de recursos. Nos paraísos dolarizados, a dinheirama está protegida dos solavancos que machucam as merrecas circulantes nos infernos (sub)mergentes.

A DEMOCRACIA, PARA ESTA TURMA, ATRAPALHA A LIBERDADE DOS MERCADOS E DEVE SER LIMITADA

Diante de tais virtudes mercadistas, os patronos de Guedes, Friedrich Hayek e Milton Friedman, não se assustariam com o AI-5, muito menos, com a censura às empregadas domésticas que ousam acalentar o desejo de voar para Miami. Sempre empenhados em elevar a desembaraçada troca de mercadorias ao pináculo das liberdades, os dois sabidos economistas recomendavam restrições à democracia, caso a irracionalidade das massas pudesse ameaçar a liberdade dos mercados. A visão hayekiana da economia e da sociedade advoga abertamente a concorrência darwinista: a sobrevivência do mais forte e do mais apto é a palavra de

Friedman e Hayek: o liberalismo extremo precisa ser protegido, com violência se necessário

ordem. Tombem os fracos pelo caminho.

Corey Robin, em artigo sobre as afinidades entre Nietzsche e Hayek, afirma que o economista austríaco admite a necessidade das "decisões de uma elite governante" como antídoto às trapalhadas da malta trabalhadora. Nas páginas do famoso livro *The Road to Serfdom,* Hayek escreve: "O empregador e o indivíduo independente estão empenhados em definir e redefinir seu plano de vida, enquanto os trabalhadores cuidam, em grande medida, de se adaptar a uma situação dada". Robin conclui corretamente que ao indivíduo trabalhador dependente de Hayek faltam responsabilidade, iniciativa, curiosidade e ambição.

Por isso, nos escritos político-jurídicos, Hayek não hesita em escolher o liberalismo diante dos riscos da democracia: "Há um conflito irreconciliável entre democracia e capitalismo – não se trata da democracia como tal, mas de determinadas formas de organização democrática... Agora tornou-se indiscutível que os poderes da maioria são ilimitados e que governos com poderes ilimitados devem servir às maiorias e aos interesses especiais de grupos econômicos. Há boas razões para preferir um governo democrático limitado, mas devo confessar que prefiro um governo não democrático limitado pela lei a um governo democrático ilimitado (e, portanto, essencialmente sem lei)".

No site *Opendemocracy*, Benjamin Selwyn relembra a aprovação de Hayek aos golpe de 1973 do general Augusto Pinochet, no Chile. O general lançou um golpe contra o governo socialista democraticamente eleito de Salvador Allende e instituiu uma ditadura sob a qual milhares de sindicalistas foram torturados e assassinados. Hayek escreveu uma carta infame a *The Times* em defesa do golpe, nos seguintes termos: "Eu não fui capaz de encontrar uma única pessoa, mesmo em um Chile muito caluniado, que não concordasse que a liberdade pessoal era muito maior sob Pinochet do que tinha sido sob Allende". Hayek, mais tarde, descreveu a administração de Allende como o único governo totalitário na América Latina.

O economista austríaco defendeu Pinochet em um contexto mais amplo de apoio à democracia apenas na medida em que contribui para a formação e manutenção de uma ordem de mercado liberal: "Nos tempos modernos, tem havido, naturalmente, muitos casos de governos autoritários sob os quais a liberdade pessoal era mais segura do que sob democracias". Ele oferece como exemplo o "governo primitivo" de António de Oliveira Salazar em Portugal e sugere que existem muitas democracias na Europa Oriental, África, América do Sul e Ásia que não protegem a liberdade pessoal.

A história recente da América do Sul registra episódios singulares entre ditadores e liberais econômicos. Não eram exóticos os carinhos entre o general Augusto Pinochet e os Chicago Boys, as crias de Milton Friedman, no Chile dos anos 1970 e 1980. Tampouco na desditada Argentina o general-ditador Jorge Videla sentiu incômodos diante das políticas ultraliberais e desastrosas do economista Martínez de Hoz. O então celebrado (ou celerado?) ministro enfiou seu país no endividamento externo depois do choque do petróleo, recurso natural que sobrava nos Pampas. Martínez de Hoz argumentava, então, que a abertura da economia ao ar fresco da concorrência externa e à abundância de petrodólares baratos iria levar a economia argentina ao pódio dos países desenvolvidos. Os fatos sugerem que essa esperança não se concretizou.

A peculiaridade dessas inefáveis experiências ditatoriais sul-americanas é o arranjo entre autoritarismo político e "cosmopolitismo" liberal na economia. Nada há de estranho ou estapafúrdio, portanto, no contubérnio Paulo Guedes-Jair Bolsonaro. A dupla promete um novo capítulo na tragicomédia do liberal-autoritarismo periférico. •

L. RAMISHVILI E THE FRIEDMAN FOUNDATION

Não adianta negar a ciência

SAÚDE Enfim, o Judiciário e o Parlamento dão pequenos passos para descriminalizar o uso medicinal da maconha

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Ao julgar o caso de uma pessoa presa "em flagrante" dentro de sua própria casa por possuir oito mudas de maconha, apetrechos e insumos para cultivo, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça deliberou, no fim de setembro, que a posse de plantas de *cannabis*, assim como a de equipamentos e materiais com o objetivo de extrair seu óleo, não podem mais ser enquadrados como tráfico, com base no artigo 34 da Lei de Drogas. Trata-se de importante passo, considerando que uma brecha interpretativa na lei possibilitava que mesmo aqueles que tivessem autorização judicial para o cultivo fossem identificados e presos como "traficantes".

Se comparada a realidade do Brasil com a de outros países, a decisão do STJ representa um tímido avanço em um contexto de criminalização de uso da maconha para qualquer finalidade, com efeitos nefastos na saúde e na segurança pública. Em países como Suíça, Alemanha e Holanda, entre outros, o uso medicinal da *cannabis* é reconhecido e consolidado, e mesmo o uso recreativo foi progressivamente legalizado ao longo dos últimos 30 anos. Nos Estados Unidos, embora alguns estados mais conservadores, a maioria de sulistas, ainda criminalizem completamente o uso, outros 30 já legalizaram a *cannabis* para fins medicinais. Em março deste ano, Nova York foi o 16º estado a legalizar também o uso recreativo.

No Uruguai, desde 2014 é autorizado o plantio e o uso de *cannabis*, inclusive para fins recreativos. A tendência foi seguida pela Argentina, que desde o ano passado descriminalizou o cultivo para fins medicinais e a produção de derivados. No Brasil, esse debate é marcado por idas e vindas no Legislativo e no Ju-

Por trás da oposição dos conservadores, existe o *lobby* de empresas interessadas nos vultosos lucros do canabidiol sintético

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 28
Pobreza menstrual. Uma em cada quatro jovens de 12 a 19 anos falta na escola por não ter acesso a absorventes

Tímido avanço. A posse de mudas de *cannabis* não pode mais ser enquadrada como tráfico de drogas, decide o STJ

diciário, apesar de os benefícios à saúde humana trazidos pelo canabidiol – também conhecido pela sigla CBD – e por outros compostos moleculares da planta, como o CBG e o próprio princípio ativo THC, estarem fartamente documentados na ciência nacional e internacional.

No meio da tormenta legal estão inúmeros grupos e associações que nos últimos anos foram criados por pais, cientistas e usuários para garantir de alguma forma o suprimento dos derivados da *cannabis* no Brasil. Criada há seis meses, a Federação das Associações de Cannabis Terapêutica (Fact) reúne 36 associações, todas formalmente registradas com estatuto e CNPJ, e cerca de 50 mil pacientes associados. Há ainda no País outras dezenas de coletivos atuantes, mas ainda não formalizados.

Cursos para aprender a cultivar, apoio jurídico e venda e distribuição do óleo de *cannabis* estão entre as várias atividades e serviços prestados por grupos de diversos tipos. "Em média, essas associações têm entre 300 a 500 associados. Mas temos também gigantes como a Abrace,

ANGELA WEISS/AFP E GUSTAVO LIMA/STJ

hoje com 26 mil associados, que são, na verdade, integrados por clientes que compram os produtos oferecidos", diz Pedro Zarur, fundador da Associação Brasileira para Cannabis (Abracannabis).

Na Câmara, as tentativas de regulamentação da questão revelam a atuação contrária de deputados movidos por ideais conservadores, mas também por interesses econômicos. Aprovado em junho pela Comissão Especial sobre Cannabis Medicinal, com voto de minerva após um empate de 17 a 17 na votação inicial, o PL 399, que cria regras para plantio e comercialização com fins medicinais, seguiu ao plenário, onde ainda pode ser abatido pelas bancadas da Bíblia e da bala: "Demos um passo importante para atender à demanda da sociedade brasileira pelos medicamentos derivados da *cannabis*. Por força da ação da bancada conservadora, o PL está pendente de recurso no plenário. Nosso esforço é para votá-lo, uma vez que o tema tem amplo apoio no Parlamento", diz o deputado Paulo Teixeira, do PT, presidente da comissão.

Teixeira lembra que a votação só terminou empatada porque o governo substituiu sete deputados na última hora, mas se diz "otimista pela aprovação no plenário". O deputado avalia que, para além do discurso ideológico conservador de alguns colegas, está o *lobby* das empresas interessadas no promissor mercado da *cannabis*. E menciona a paranaense Prati-Donaduzzi, a contar com os apoios dos deputados Ricardo Barros, do PP, e Osmar Terra, do MDB, ambos ex-ministros da Saúde: "A empresa atua para ter o monopólio da produção dos medicamentos".

Notório negacionista da pandemia de Covid-19 e ferrenho opositor da descriminalização da maconha, Terra, curiosamente, atua em favor da empresa desde 2019, quando ainda era ministro do governo Bolsonaro: "A Prati-Donaduzzi está evoluindo na produção de canabidiol sintético. E não precisa plantar maconha para isso", disse o deputado em debate recente. Sobre o plantio, Terra afirma: "Iria abrir um leque incontrolável. Não haverá controle, se o cultivo for liberado em grande escala. Vai se criar o narcoagronegócio e quem vai se beneficiar é o traficante".

Desde abril do ano passado, a Prati-Donaduzzi é a única empresa autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a importar e comercializar produtos derivados da *cannabis* no Brasil. Em decisão contestada por especialistas e associações civis, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) concedeu ao laboratório por 20 anos a patente do canabidiol diluído em óleo. A empresa solicitou outras 18 patentes de derivados da maconha. "Virou uma luta capitalista, onde o proibicionismo é um componente fundamental na formação do preço dos remédios à base de *cannabis*", lamenta Zarur.

Responsável por uma organização que, segundo diz, teve uma rede solidária de produção caseira através da qual eram doados óleos com a mesma concentração apresentada no produto vendido por até 2,1 mil reais pela Prati-Donaduzzi, Zarur condena o *lobby* parlamentar: "Queriam fazer um contrato multimilionário, mais um escândalo, para vender um frasco de 30 ml de um óleo de 200 mg. Quanto o SUS iria gastar com esse óleo do Osmar Terra? Em torno de 400 milhões de reais para atender 2 mil, 3 mil pacientes pelo período necessário. Isso é infinitamente menor do que o público atendido pelas associações".

> A indústria chega a cobrar mais de 2 mil reais por 30 ml do óleo sintético. No mercado informal, o extraído da planta custa até 150 reais

Segundo Zarur, as modernas técnicas de cultivo e a possibilidade de plantio ao ar livre fazem com que cada frasco de 30 ml possa ser vendido no Brasil por 150 reais, valor bem inferior ao cobrado pela empresa. Em pesquisa nas farmácias de todo o Brasil, a reportagem verificou que o preço mais barato do canabidiol produzido pela Prati-Donaduzzi é de 287 reais para o frasco com dosagem de 20 mg, e de 707 reais para a dosagem de 50 mg. O frasco com dosagem de 200 mg é ofertado por valores que variam de 2,1 mil a 2,5 mil reais.

O jogo pela descriminalização da maconha em seus diversos usos é pesado e desigual, avalia o advogado Rogério Rocco, pioneiro na discussão do tema e

Interesses. Teixeira luta pela descriminalização. Terra defende a Prati-Donaduzzi, única empresa autorizada pela Anvisa a importar e vender derivados da *cannabis*

ex-integrante do Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio de Janeiro. Mas os avanços não podem ser ignorados: "A questão do uso medicinal tem produzido uma mudança profunda nas discussões relacionadas à descriminalização e à legalização, que são situações distintas. Os processos estão confirmando uma série de benefícios para portadores de doenças as mais variadas. Isso muda o perfil do hipotético consumidor de *cannabis*, que passa a incluir crianças e idosos. Mudou muito o perfil da discussão".

Rocco comemora o avanço no STJ. "Firmar um entendimento de que o plantio e a produção de maconha para consumo próprio e produção de óleo não se enquadra como tráfico é uma grande vitória. Hoje se tem uma produção caseira muito grande e é evidente que há uma reação dos setores conservadores para que isso se enquadre como tráfico", diz. A aprovação do substitutivo na Câmara também é um sinal positivo: "Com um pouco mais de interesse do Parlamento, pode fazer tramitarem outras medidas para descriminalizar o consumo pessoal, tendo em vista o absoluto fracasso da guerra contra as drogas".

Nem todos pensam da mesma forma. "O PL 399 é um avanço, mas não nos contempla. Os proibicionistas continuam fazendo de tudo para controlar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta. Lutamos pelo direito de plantar e produzir o nosso próprio remédio, ou a nossa própria erva, no caso do uso recreativo e religioso", diz Serginho Monteiro, do Movimento pela Legalização da Maconha, organização fundada em 2010. Quanto à decisão do STJ, ele avalia que o ideal seria abordar a questão a partir do artigo 28 da Lei de Drogas, que prevê penas mais brandas e exclui a prisão de usuários: "Como está, as sentenças de cada juizado ocorrerão de acordo com a cor da pele e o CEP do usuário".

Em 27 de novembro, o MLM promoverá o Dia Nacional da Maconha Medicinal de forma virtual e em pequenos atos organizados em diversas cidades brasileiras, com debates, palestras e distribuição de material informativo. "A data

LUIS MACEDO/AG. CÂMARA, ISAC NÓBREGA/PR E MARCELO CAMARGO/ABR

foi escolhida por ser emblemática para a luta pela legalização da maconha para fins medicinais, pois 27 de novembro é o Dia Nacional de Combate ao Câncer", explica Monteiro. O movimento, que há alguns anos sofria com a prisão de militantes por apologia do crime, agora é alvo de ataques de bolsonaristas nas redes sociais e nas ruas, onde monta barraquinhas. "O retrocesso está aí, mas temos de seguir firmes na luta."

Apesar dos avanços no Judiciário e no Legislativo, a perseguição aos defensores da *cannabis* se dá em diversos níveis. Protagonista do ambicioso projeto "Dez Mil Plantas", que tem como objetivo estabelecer um grande cultivo de maconha e construir um laboratório para a produção de derivados em uma fazenda no município fluminense de Paty do Alferes, a organização Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi), por exemplo, vem sendo travada pelo próprio governo.

Baseado em "um modelo sustentável de cultivo e pesquisa avançada em todas as etapas da cadeia produtiva à base de *cannabis*", o projeto está parado há dois anos, após recurso apresentado pela Anvisa. A Apepi recorreu e o processo deve ter seu desfecho anunciado nas próximas semanas. "Temos em nosso cerne a desobediência civil pacífica e no nosso DNA o desejo de construir um mundo melhor", comunica Margarete Brito, coordenadora-executiva da entidade.

Em julho, a sede da Abracannabis foi alvo de uma violenta ação da Delegacia de Combate às Drogas. Apesar de o plantio no local ser autorizado pela Justiça, a batida aconteceu a pedido do deputado bolsonarista Rodrigo Amorim, do PSL. "O motivo alegado foi uma frase no nosso *site* que diz que defendemos a democratização de todos os usos da *cannabis*. Chamaram a mim e à minha filha de traficantes. Vivemos tempos obscuros, o fascismo está aí e somos a vidraça para esse

Erva Os militantes não são mais presos por apologia, mas a perseguição persiste

tipo de coisa. Todo o movimento tem sofrido com a parcela da população que deu os braços ao atraso", diz Zarur.

Um marco para a proibição das drogas no Brasil deu-se em dezembro de 1968, 13 dias após a decretação do AI-5, com a inserção de um artigo no Código Penal que equiparava o porte para uso pessoal ao tráfico. "Isso aconteceu exatamente para instrumentalizar a ditadura na repressão às manifestações políticas de resistência que se associavam aos movimentos de juventude e contracultura, que de alguma forma levantavam a questão do uso de drogas. Foi mais um elemento para justificar a repressão aos jovens", diz Rocco, autor do livro *O Que É a Legalização das Drogas*.

A ditadura equiparou o porte de drogas ao tráfico em 1968. As consequências são sentidas até hoje

Em 1971, foi aprovada uma lei bastante severa que também equiparava o uso ao tráfico. Cinco anos depois surgiu a Lei 6.368, que passou a distinguir o porte (artigo 16) e o tráfico (artigo 12): "Essa lei estabelecia, porém, expressões que permitiam enquadrar os participantes de uma roda de fumantes como traficantes apenas por compartilharem um cigarro de maconha. Também abria a possibilidade de o flagrante policial determinar esse enquadramento, dando brecha para que isso acontecesse a partir de relações econômicas. Ou seja, os pobres eram tratados como traficantes e os ricos como usuários, todos sujeitos a penas de privação de liberdade", diz o advogado.

Um importante avanço na legislação veio em 2006, com a criação do artigo 28 e o fim da aplicação da pena de prisão para o usuário, que passou a ser passível de sofrer somente sanções de caráter administrativo. "Tudo é resultado da luta e resistência desde a época da ditadura. A partir do processo de redemocratização nos anos 1980, houve um crescimento de movimentos que defendem a legalização da maconha ou até mesmo a legalização das drogas de uma forma geral", diz Rocco. Desde então, a adesão só cresceu. "Advogados, juízes, escritores, artistas, pensadores, políticos e estudantes vêm se movimentando nas últimas quatro décadas e criticando a política de drogas, denunciando sua injustiça, resistindo nos tribunais e provocando as estruturas políticas para a revisão das normas."

Procurada por *CartaCapital*, a Prati-Donaduzzi agradeceu "a oportunidade", mas disse não ser possível esclarecer os questionamentos da reportagem.

ISTOCKPHOTO

ESTHER SOLANO

Juramento hipocrático

▶ Os médicos que defendem a cloroquina esqueceram os princípios básicos da profissão

Eu juro, por Apolo médico, por Esculápio, Hígia e Panacea, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, a promessa que se segue:

Aplicarei os regimes para o bem do doente, segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém.

Há médicos que curam, há médicos que matam.

Há médicos que juraram salvar vidas, e salvam. Honram sua profissão. Representam a sua classe com dignidade. Há médicos que juraram salvar vidas, mas humilham a vida.

Todo monstro é terrível, mas o pior monstro é aquele que se esconde por baixo de um perfil de bondade, de carinho, de gentileza. O pior monstro é aquele em que confiamos as nossas vidas. Um monstro de bata branca é a mais hedionda definição da desumanidade. Você chega a ele vulnerável, em sofrimento, em dor, e a ele confia o seu futuro. Porque temos de confiar. Porque a vida sem laços de confiança com o outro é insuportável. Você confia, confia a vida do filho, do pai, do companheiro, e ele aniquila... Digam se há um pior monstro?

A ninguém darei por comprazer, nem remédio mortal nem um conselho que induza a perda.

Há médicos que lutam contra a Covid-19, que perderam sua vida na luta. Há médicos que, simplesmente, receitam cloroquina.

Quantos cidadãos eu entrevistei ao longo das minhas pesquisas que afirmaram: "Professora, por que eu não tomaria cloroquina? O médico receitou". Ou "óbvio que o tratamento precoce funciona, o médico me disse", "eu dei cloroquina à minha mãe, ela piorou, se soubesse nunca a teria levado naquele médico, mas como eu ia desconfiar?" Argumento de autoridade. O médico disse. Uma autoridade que deveria cuidar, mas destrói. Lágrimas, muitas lágrimas. E os mortos ultrapassam os 600 mil.

Em toda casa, aí entrarei para o bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário e de toda a sedução.

Há médicos que levam a profissão tatuada na alma, e por isso sabem que a medicina, como tudo, também é política, política de vida, de inclusão, de igualdade. A medicina deveria equiparar, deveria estar aí para todos, deveria ser para todos. Curar não deveria ter endereço, cor, sobrenome, gênero. Curar deveria ser universal. Curar sempre deveria ser público. Há médicos que votaram em Bolsonaro. Há médicos que ainda apoiam Bolsonaro. Para eles, a medicina também é política. Política de morte. Política de horror. Para eles, a medicina é negócio, é mercadoria, é lucro que se ganha, objeto que se vende.

Há conselhos de medicina cuja melhor contribuição para o País seria não existir. Temos Emmanuel Fortes, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, bolsonarista filiado ao PSL, defensor do tratamento precoce. Temos Mauro Luiz de Britto Ribeiro, presidente do Conselho Federal de Medicina, que se recusou a vetar a cloroquina para tratamento de Covid-19. Segundo entrevista dele ao programa *Pingos nos Is*: "O que atrapalha muito essa discussão é o ambiente que se criou de que existem culpados para as mortes, então as pessoas acusam o presidente da República, acusam os ministros da Saúde que passaram no ministério de genocidas, como grandes responsáveis. O presidente e os ministros não são responsáveis por morte nenhuma". É isso, há os médicos que salvam e há esse tipo de médicos. Repugnância.

Se eu cumprir este juramento com fidelidade, que me seja dado gozar felizmente da vida e da minha profissão, honrado para sempre entre os homens; se eu dele me afastar ou infringir, o contrário aconteça.

Quem me conhece sabe que não acredito na política de encarceramento, não acredito na política da hiperpunição, do castigo como princípio, mas, confesso, escutar as denúncias contra a Prevent Senior tem despertado os meus instintos mais carcerários. O suposto crime cometido me produz uma sensação física de náusea. A medicina transformada em ferramenta de morte. Vergonha, vergonha, vergonha.

Obrigada, com meu coração na mão, a todos os médicos, enfermeiros e profissionais de saúde que lutaram e lutam em meio a esta pandemia. Vocês salvam nossas vidas e meu agradecimento é infinito. Recebam meu abraço, meu carinho. Eternamente grata. Aos outros, àqueles que ainda apoiam Bolsonaro, que destruíram possibilidades, vidas, futuro, principalmente aos médicos, aos diretores, que têm mais poder, recebam meu absoluto desprezo. Recebam o desprezo de todo um país. •

redacao @cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

GUILHERME BOULOS

Cachorro morto?

▶ Bolsonaro é adversário perigoso e não deve ser subestimado como em 2018

Condução desastrosa da pandemia, com mais de 600 mil mortos. Desemprego alto, o Brasil de volta ao Mapa da Fome e milhares na fila do osso. Inflação descontrolada, com a gasolina a subir toda semana, o botijão de gás a mais de 100 reais e a explosão nos preços dos alimentos. Um país sem rumo nem perspectiva de melhora. Este cenário de horrores levou Bolsonaro aos piores índices de popularidade e longe da vitória em todos os cenários nas pesquisas eleitorais para 2022.

A derrota de Bolsonaro é hoje a maior tendência, principalmente após a retomada dos direitos políticos de Lula, grande favorito para a sucessão, com a interrupção dos arbítrios de Sergio Moro pelo Supremo. Mas prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Bolsonaro está ferido, mas não é cachorro morto. A esquerda e o campo democrático cometeram o erro de subestimá-lo uma vez e hoje ele está no Palácio do Planalto. Bolsonaro é um adversário perigoso e assim deve ser tratado.

Seu piso eleitoral dificilmente cairá abaixo de 20%, uma vez que conseguiu organizar uma base social e ideológica de grande coesão. Ele nunca desceu do palanque e o mesmo discurso extremista que afastou setores mais moderados uniu como nunca toda a sorte de armamentistas, intolerantes, racistas incomodados com o ganho de espaço social pelos negros, machistas, tipos que se queixam de não poderem mais fazer piadas sobre *gays*, enfim, deu voz ao caldo reacionário que sempre existiu na sociedade brasileira. Infelizmente, não são poucos com essas inclinações. Esse núcleo duro foi estimado por pesquisas como algo em torno de 12% a 15% do nosso eleitorado.

Bolsonaro, além disso, tem a caneta na mão, o que dá margem de manobra para crescer em outros setores sociais. Se, de fato, lançar o chamado Renda Brasil, espécie de Bolsa Família turbinado, é evidente que isso resultará em ganhos eleitorais entre o povo mais sofrido, justamente aqueles que padecem os efeitos da política econômica cruel de seu governo. Poderá recuperar parte do apoio perdido nas periferias urbanas e nos interiores mais pobres. É claro que isso depende de conseguir conter a devastadora inflação de alimentos e combustíveis que drena a renda popular. Se o aumento de preços seguir descontrolado, o Renda Brasil terá seus efeitos inevitavelmente mitigados. Sem contar o risco de apagão e racionamento de água pelo possível agravamento da crise hídrica no ano que vem, o que jogaria o governo na lona.

Estamos no campo das possibilidades e precisamos explorá-las. Neste sentido, outra carta na manga que Bolsonaro tem é vestir o figurino de moderação, que ensaiou na cartinha escrita por Temer após o 7 de Setembro. Vai contra sua natureza e é duvidoso até mesmo que consiga, mas, se fechar a boca e simular um ambiente de pacificação com as instituições, poderá neutralizar rejeições, minar de vez qualquer possibilidade de terceira via na direita liberal e obter a adesão de parte significativa do poder econômico em sua cruzada contra Lula. Reacender a onda antipetista é algo que certamente está no cálculo do *establishment* em 2022, seja para tentar a todo custo o surgimento de outra alternativa, seja para tapar de novo o nariz e apoiar Bolsonaro.

É evidente que o antipetismo não terá mais o mesmo efeito que teve em 2018, estimulado pela Lava Jato e pela prisão de Lula. Hoje, após três anos de catástrofe, o antibolsonarismo é o fenômeno mais forte na sociedade. Mas não se deve subestimar o papel do discurso dominante, repetido vezes a fio na mídia e nos canais de comunicação do submundo bolsonarista.

É preciso considerar ainda o cenário geopolítico do conflito hegemônico entre Estados Unidos e China. Os chineses têm empenhado esforços para ampliar sua presença na América Latina, com aquisições no setor elétrico e na área de infraestrutura. A disputa pelo modelo do 5G no mundo, hoje com primazia tecnológica chinesa, será o pano de fundo de grandes disputas internacionais. Se Bolsonaro der sinalizações e garantias para os norte-americanos, pode contar com o insuspeito apoio de Joe Biden, após ter sido fiel escudeiro de Trump.

Por fim, embora hoje muito improvável, não é totalmente descartado que Bolsonaro, diante de uma derrota iminente, busque um acordo "com o Supremo, com tudo", para não sair candidato em troca de imunidade para si e seus filhos. Neste caso, abriria espaço para uma candidatura da direita, ou mesmo da extrema-direita, que não carregasse a sua rejeição.

Hoje, Lula é o grande favorito para presidir o Brasil a partir de 2023, o que nos tiraria do pântano em que Bolsonaro jogou o País. Mas celebrar a vitória antes do jogo nunca foi uma boa tática. O jogo precisará ser jogado e – não nos iludamos – será uma batalha dura, que terá golpes baixos de todo tipo e ainda com muitas incertezas. Eles não vão largar o osso com tanta facilidade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ALDO FORNAZIERI

Desbolsonarizar o Brasil

▶ Não basta derrotar o ex-capitão em 2022. A sociedade precisa civilizar-se política, moral e culturalmente

O bolsonarismo não é um fascismo ou um nazismo estruturado, ideologicamente desenvolvido e coerente. Ao contrário, é uma mistura de ideias confusas, um fascismo tosco, ignorante, intelectualmente embrutecido, que beira a miséria cultural. Essa pobreza ideológica se espelha também na incompetência gerencial e governamental que se manifesta no desgoverno de Bolsonaro. O bolsonarismo é um fascismo mais de arroubos do que de ação, mais de fanfarronices do que de ousadia criminosa, mais de charlatanismo do que de concepções estruturadas acerca do Estado, da sociedade e do poder. Mas não é menos perigoso: milhares de mortes pela Covid-19 devem ser debitadas à ação criminosa do governo na pandemia.

O que espanta são duas coisas. Primeira: como essa formação política tão grotesca conseguiu pontificar por dois anos e meio, semeando o medo, impondo-se por intimidações, acantonando as oposições e mortificando a sociedade? A explicação sintética é uma só, a política brasileira é dominada por um caráter covarde, que se refugia no medo ao primeiro grito, ao primeiro estampido de festim. Eis a fragilidade da democracia. Muitos políticos agora surgem como valentões. Mas eles só surgiram quando a CPI do Senado e o STF, por meio do ministro Alexandre de Moraes, mostraram que o bolsonarismo é uma horda de fascistoides confusos, com vontade de dar um golpe, de praticar a violência, de matar e de se perpetuar no poder, mas sem capacidade e coragem de fazer qualquer coisa. Bolsonaro move-se menos por ideologia e mais por um projeto pessoal de poder, dele, da família e de amigos.

A segunda coisa que espanta consiste em desvendar como Bolsonaro, essa figura grotesca, conseguiu galvanizar setores significativos da política e da sociedade. A adesão de setores políticos é mais fácil de explicar. No Brasil, a política é marcada por uma eterna conciliação em torno da mesa do poder. Nela sentam-se os amigos, os adversários, os inimigos, e todos estão dispostos a fazer as encenações necessárias para ficar com um naco do Estado em detrimento da sociedade. Os argumentos são os de sempre: garantir a governabilidade, apreço pelo Brasil, unidade, conveniências táticas etc. A adesão de setores sociais pode ser explicada por duas motivações. Uma diz respeito ao fato de que os setores oportunistas do empresariado aderem a qualquer governo de plantão, desde que este lhes garanta os ganhos. Não se importam se é um ditador ou um democrata, um fascista ou um social-democrata. Não importa se há comida na mesa dos brasileiros pobres ou se passam fome. O que importa é a garantia do ganho. Nesse balaio entram os generais adesistas, o mercado financeiro, empresários da extirpe de Luciano Hang e assemelhados. A mentira é o seu método.

A segunda motivação diz respeito ao fato de que figuras como Bolsonaro são como um catalisador que desperta o que há de mais sombrio, cruel, impiedoso e desumano nas potências do mal da alma. São esses seres que não sentem compaixão diante do sofrimento, mas prazer com a dor e a morte dos outros. Algumas figuras perversas que se agregaram em torno de Bolsonaro, principalmente empresários, com destaque para os gestores da Prevent Senior, somam as duas motivações: o oportunismo do ganho e o caráter sombrio e cruel da personalidade.

Bolsonarismo não é só Bolsonaro, seus filhos e o gabinete do ódio. O bolsonarismo fascistoide expressa-se nesses empresários que financiaram as *fake news*, na conivência criminosa do Conselho Federal de Medicina com a política de morte, na omissão igualmente criminosa da ANS, nas atitudes da direção da Prevent Senior, que transformou os hospitais do plano em subcampos de uma mini-Auschewitz. Os nazistas, com o objetivo de testar e desenvolver medicamentos, fizeram experiências cruéis em doentes e prisioneiros nos subcampos de Dachau, Buchenwald, Natzweiler e outros.

Para desbolsonarizar o Brasil, não basta derrotar Bolsonaro nas eleições. A sociedade precisa civilizar-se política, moral e culturalmente. Significa criar barreiras morais, políticas e legais capazes de impedir que o fascismo, a ditadura e a antidemocracia se apresentem com desenvoltura. Os fascistas, os psicopatas políticos e os desumanos precisam se sentir reprimidos de se apresentar publicamente. Precisam sentir uma repressão moral, subjetiva e legal de fazerem proselitismo do crime. O proselitismo do crime não pode ser entendido como liberdade de expressão, mas como estímulo à sua destruição. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Qual é mesmo a prioridade?

POBREZA No Brasil, uma em cada quatro jovens de 12 a 19 anos deixa de ir à escola por não ter acesso ao absorvente

POR FABÍOLA MENDONÇA

"Como vou pedir absorvente para a minha mãe, se muitas vezes falta leite para meus irmãos mais novos? Meu pai não nos ajuda, minha mãe faz serviços em casas de família, mas tem dois anos que está apenas fazendo bicos. O que ela recebe mal dá para comprar comida e pagar o aluguel. Quando chega a minha menstruação, às vezes uso papel higiênico ou um paninho, mas tenho nojo de lavar. Tive alergia ao paninho, por esquentar muito e não absorver bem, então deixei de usar. Tem meses que acabo faltando à aula por conta disso. Quando a menstruação chega e eu estou na escola, sempre aperreio a gestora ou uma tia da merenda, pois são legais e não ficam falando para todo mundo. Morro de medo de as meninas descobrirem que só uso absorvente quando alguém me dá." O relato é de A. M. S., estudante de 15 anos de uma escola estadual localizada em Olinda, na Região Metropolitana do Recife, mas poderia ser de milhares de outras meninas que deixam de ir à escola por não terem condições de comprar absorventes durante o ciclo menstrual, entrando para a estatística da pobreza menstrual.

Na quinta-feira 7, Jair Bolsonaro vetou o projeto da deputada federal Marília Arraes, do PT de Pernambuco, que prevê a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de escolas públicas sem condições financeiras de comprar o produto de higiene, mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade social extrema, presidiárias e jovens em cumprimento de me-

Realidade. "Quando falta dinheiro para a comida, itens de higiene pessoal viram artigo de luxo", lamenta Marília Arraes

ISTOCKPHOTO, LULA MARQUES/PT NA CÂMARA

Bolsonaro diz priorizar a vacinação, mas o projeto vetado custa 85 milhões de reais, menos da metade do que ele torrou com cartão corporativo

dida socioeducativa. A decisão provocou a reação de grande parcela da sociedade e deve ser revertida pelo Congresso Nacional. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, adiantou que o veto "é candidatíssimo" a ser derrubado pelos parlamentares. A bancada feminina, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, está unificada em torno do assunto e deu início a uma campanha para manter o texto aprovado com folga pelas duas casas.

No exterior, a falta de sensibilidade de Bolsonaro também provocou reação. No domingo 10, a embaixada do Brasil em Paris foi alvo de protesto. Foram anexados à fachada do prédio vários absorventes e cartazes com frases contrárias ao governo Bolsonaro. A decisão do presidente também vai render-lhe mais uma denúncia internacional. A bancada do PSOL na Câmara enviou um documento à Nações Unidas denunciando o veto, considerado mais uma violação aos direitos humanos por parte do governo Bolsonaro. Desde 2014, a ONU considera o acesso à higiene menstrual um direito humano e defende que o tema seja tratado como uma questão de saúde pública. Segundo dados da organização, no Brasil, uma em cada quatro jovens de 12 a 19 anos deixa de ir à escola porque não tem absorvente, um porcentual muito acima da média mundial, onde a proporção é de uma em cada dez mulheres.

Improviso. Na falta de absorvente, mulheres improvisam com miolo de pão, papelão e jornal, alertam ONGs

"Estamos falando de um direito humano que vai além do acesso a absorventes. Estamos falando de dignidade. Muitas meninas não vão para a escola porque se sentem sozinhas, pensam que só acontece com elas. Algumas usam miolo de pão, papelão, jornal, folhas de árvore, porque não podem comprar um absorvente. E isso influencia não só na educação, mas na saúde, pode afetar a fertilidade, muitas pegam infecções", pontua Luciana Travassos, da ONG Nossas. De acordo com outra entidade, a Girl Up Brasil, 213 mil meninas frequentam escolas que não têm banheiros em condições de uso, com o agravante de que 65% delas são negras, o que se soma a outro problema estrutural, que é a desigualdade racial.

Problema histórico no Brasil, a falta de saneamento básico é um fator determinante para a pobreza menstrual, impedindo muitas mulheres de terem acesso à higiene. Segundo a Girl Up Brasil, 1,5 milhão de brasileiras nem sequer têm banheiros em casa, resultado de um Brasil marcado pela desigualdade social e acelerado processo de miserabilidade, com a escalada do desemprego e a volta da fome. "Quando você não tem dinheiro nem mesmo para comprar comida, itens de higiene como absorventes se transformam em artigos de luxo. Imagine essa realidade no Brasil da pandemia e 19 milhões de pessoas passando fome?", ressalta Marília Arraes.

Ao rejeitar o projeto, Bolsonaro alegou não ter recursos para custeá-lo e ameaça desviar verba da educação ou da saúde, caso o Congresso derrube o veto. O texto aprovado, no entanto, propõe que os recursos sejam do SUS e, no caso do atendimento às mulheres que se encontram no sistema prisional, do Fundo Penitenciário Nacional. O custo anual do projeto é de 85 milhões de reais e deve atender 5,9 milhões de mulheres. Um valor bem abaixo dos quase 205 milhões de reais que o governo Bolsonaro gastou com cartão corporativo nos nove primeiros meses de 2021, segundo dados do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, foi na mesma linha do chefe e disse que era preciso escolher entre comprar vacina contra Covid-19 e comprar absorventes. Diante da repercussão negativa da sua fala, na segunda-feira 11, a ministra disse, através de uma rede social, que o governo iria criar um programa para distribuição gratuita de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade. "O debate da pobreza menstrual vai além do Brasil, o mundo todo se volta para a questão. Leva algo que é privado para a esfera pública. É preciso quebrar o tabu e acabar com a opressão dessas mulheres. O ato biológico de menstruar vira mais um fator de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres e não podemos admitir que isso continue acontecendo", destaca Arraes, a acreditar na derrubada do veto por haver uma coesão grande no Congresso em torno do tema, independentemente de coloração partidária.

Paralelamente à discussão que se dá em nível nacional, muitos estados estão implantando projetos similares ao de Arraes e um dos mais abrangentes é o da Paraíba. Em setembro passado, o

governador João Azevêdo, do Cidadania, sancionou a lei que cria o Programa Estadual Dignidade Menstrual, que começa a atender ainda este ano mulheres e homens *trans* de baixa renda, com distribuição não apenas de absorventes, mas também de coletores menstruais e calcinhas absorventes reutilizáveis. Segundo a secretária estadual da Mulher e da Diversidade, Lídia Moura, o programa vai atender 700 mil pessoas em todos os municípios paraibanos, com um custo anual de 20 milhões de reais.

Além de estudantes da rede pública, farão parte do projeto mulheres e homens *trans* em situação de rua, que vivem em sistema prisional ou em comunidades tradicionais e povos originários. "Não é um programa caro e oferece autonomia e dignidade a quem não tem acesso à higiene menstrual. É uma questão de saúde pública, porque muitas meninas improvisam com materiais inadequados que trazem impacto para a saúde física e psicológica delas. A menstruação não pode ser vista como algo indigno", salienta Moura.

No Rio de Janeiro, foi aprovada uma lei que inclui absorventes na cesta básica. Em Pernambuco, no mesmo dia em que Bolsonaro vetou o projeto para distribuição gratuita de absorventes, o governador Paulo Câmara, do PSB, anunciou o Programa de Educação em Saúde Menstrual, proposta semelhante a que foi aprovada em julho pelo Ceará. Nos dois casos, os programas vão beneficiar apenas estudantes da rede estadual de ensino e devem ser implantados ainda este ano.

Muitos estados têm leis que preveem a distribuição gratuita de absorventes, mas poucos tiraram a medida do papel

O Maranhão tem uma lei aprovada desde maio, mas ainda não colocou em prática. Promete fazer isso até dezembro. Mas o Estado já distribui no sistema prisional um *kit* higiene específico para as mulheres, com absorventes. Na grande maioria dos estados, o *kit* higiene distribuído nos presídios é um só para homens e mulheres. Ou seja, não contém absorvente, considerado cosmético. Em agosto, a Bahia lançou o Projeto Dignidade Menstrual voltado, incialmente, para estudantes da rede pública estadual, com investimento de 4,5 milhões de reais. O projeto está em fase de licitação e deve atender 225 mil estudantes. Em um primeiro momento, o Estado vai distribuir absorventes, mas existe o desejo de substituir o produto por alternativas mais sustentáveis, como coletor e calcinhas reutilizáveis.

"A pobreza menstrual necessita de ações em várias frentes, por ser uma questão complexa e multifatorial que exige políticas públicas na área da educação, saúde e saneamento, mas estamos dando os primeiros passos. Precisamos desmitificar a menstruação, falando sobre o assunto sem receios e avançar na garantia do direito à dignidade menstrual", comenta a secretária de Política para as Mulheres da Bahia, Julieta Palmeira. A ideia do governo baiano é expandir o programa para atender mulheres em situação de privação de liberdade e, em parceria com o setor privado, doar absorventes às pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da Rede Mulher Solidária.

Em muitos outros estados, existe legislação voltada para a pobreza menstrual, mas que ainda não foi colocada em prática, caso do Distrito Federal. Em janeiro deste ano, o governador distrital Ibaneis Rocha, do MDB, sancionou a lei, mas ela nunca saiu do papel. Situação semelhante à de Minas Gerais, que desde setembro tem lei específica para a pobreza menstrual, ainda sem data prevista para entrar em vigor. Estados como Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Roraima, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás também estão discutindo medidas para enfrentar a pobreza menstrual. •

SECOM/GOVPB E JEAN VICTOR/PREFEITURA DE CAMAÇARI/BA

Exemplo. O governador da Paraíba criou um programa para mulheres e homens *trans*

FLÁVIO DINO

No rumo errado

▶ A submissão da Petrobras ao "mercado" resultou em tragédia para o povo brasileiro. O mesmo ocorrerá se venderem os Correios

Os Correios tornaram-se o alvo mais recente do ataque aos serviços públicos. Com a inflação descontrolada, o desemprego recorde e a baixa atividade econômica, o governo federal, na falta de uma agenda realmente eficaz, agarra-se na suposta tábua de salvação de sempre: privatizações. A pressa no processo revela o desespero do governo Bolsonaro para apresentar alguma realização econômica, por mais danosa que seja, e aponta para uma crise futura dos serviços postais.

A privatização dos Correios choca-se contra o artigo 21º, inciso X, da Constituição Federal. Quando a exploração por concessões é admitida, tal previsão é expressa no texto magno, como se constata nos incisos XI e XII do mesmo artigo. Ademais, os Correios não podem ser avaliados apenas pela ótica dos negócios. Os defensores da privatização olham unicamente para o mercado de entregas expressas (Sedex) e repetem o mantra de que vão estimular a concorrência. Mas se esquecem dos efeitos na execução de políticas públicas, em um país extenso e com muitas dificuldades de infraestrutura.

Para compreender o quadro, basta analisar o que ocorre com a atividade bancária no Brasil. Não fossem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, milhares de cidades simplesmente não teriam qualquer agência bancária. Isto é, as empresas privadas evidentemente priorizam seus negócios e lucros, e é papel do governo ter uma atuação que coloque em primeiro plano o interesse nacional e os direitos da população, daí porque privatizar nem sempre é a melhor opção e nem sempre é permitida pela Constituição.

Os serviços postais têm um papel fundamental de integração territorial do País. Para se ter a dimensão disso, basta dizer que 40% dos municípios brasileiros só têm os Correios para enviar e receber encomendas. A empresa faz ainda a gestão dos CEPs, um registro fundamental que serve de base para políticas públicas, empresas e serviços (telefonia, energia, saneamento básico etc.). O governo também utiliza a companhia como braço logístico para transporte de documentos sigilosos, urnas eletrônicas das eleições, insumos, remédios e vacinas. Também emite certificados digitais, algo essencial na economia de hoje.

Há casos sensíveis e preocupantes, como o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Os Correios fazem a coleta de todos os malotes com folhas de respostas das provas. Trata-se de em torno de 36 mil malotes para 5,5 milhões de provas em 1.689 municípios. É de se imaginar o risco de caos logístico, se houver privatização com a incompetência característica do atual governo.

A privatização dos Correios afetará ainda vários outros negócios privados. É o caso das editoras de livros, que já mostraram a inviabilidade do comércio eletrônico por meio de serviços postais com "preços de mercado". Se a venda dos Correios e o marco regulatório forem realizados no padrão Bolsonaro-Guedes, podemos esperar um colapso nas políticas públicas e em atividades das empresas privadas. Basta ver o caos que criaram no País com decisões erradas sobre combustíveis, destruindo a economia de milhões de lares.

Os pontos levantados acima passam longe, muito longe, das cabeças de quem está no atual governo. Bolsonaro e seus assessores estão presos ao projeto neoliberal do século passado, que foi apresentado como a cura de todos os males. Contudo, a privatização nem mesmo equilibrou as contas públicas (sempre a maior promessa dos seus defensores), porque a dívida pública explodiu em face das taxas de juro elevadas. É ridículo, desonesto e falso dizer que se vai vender uma empresa por 1 bilhão de reais para abater parte de uma dívida federal de 5 trilhões de reais.

Nos últimos anos, vários países abandonaram a defesa radical das privatizações. Segundo o Transnational wInstitute (TNI), 884 serviços foram reestatizados no mundo afora, entre 2000 e 2017. As reclamações mais frequentes são de preços altos dos serviços e falta de investimentos.

O Brasil tem uma agenda mais urgente e que não passa pelas privatizações: redução da desigualdade de riqueza e renda, combate à miséria, retomada do crescimento econômico, geração de empregos e mudanças climáticas. O caminho rumo ao futuro não pode ser o retorno fantasmagórico de algo fracassado. A submissão da Petrobras ao "mercado" resultou em tragédias no atual cenário. O mesmo ocorrerá, caso seja vitoriosa a tese de vender os Correios. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ao deus-dará

PODER A nomeação de André Mendonça ao Supremo provoca racha na base do governo, entre o Centrão e os evangélicos

POR RODRIGO MARTINS

A penitência de André Mendonça parece não ter fim. O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, na segunda-feira 11, rejeitou um pedido de parlamentares para obrigar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Davi Alcolumbre, a agendar a sabatina de Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro para assumir uma vaga na Corte há mais de três meses. Desde o fim da ditadura, nenhum outro candidato enfrentou uma espera tão longa para ter o nome apreciado pelo Parlamento. Normalmente, o processo é encarado como mera formalidade para chancelar a escolha que compete ao presidente da República. O "Centrão" mostra-se, porém, disposto a vencer Bolsonaro pelo cansaço, forçando o mandatário a apresentar uma alternativa mais palatável para a Suprema Corte.

Invocando o princípio constitucional da separação dos Poderes, Lewandowski não quis se intrometer em um assunto de "natureza *interna corporis*" do Legislativo. Ao lavar as mãos para o chá de cadeira imposto ao ex-titular do Ministério da Justiça e da Advocacia-Geral da União, o magistrado garantiu a "segurança necessária" para que Alcolumbre coloque o assunto em pauta quando bem entender. Ou seja, quando tiver certeza de que o nome de Mendonça será rejeitado por seus pares. A aliados, o presidente da CCJ confidenciou estar disposto a segurar a análise até 2023, quando um certo capitão – rejeitado por 59% do eleitorado, segundo a mais recente rodada do Datafolha – deverá ter desocupado o Palácio do Planalto.

Enquanto o Centrão articula na surdina outro nome para apresentar a Bolsonaro, a Bancada da Bíblia está alvoroçadíssima e teme ser traída. Bolsonaro prometeu nomear um ministro "terrivelmente evangélico" para o STF logo após assumir a Presidência da República. Na primeira oportunidade que teve, indicou Kassio Nunes Marques, católico reacionário que provou sua lealdade ao ex-capitão em numerosas ocasiões. A indicação de Mendonça para o lugar de Marco Aurélio Mello, aposentado compulsoriamente em meados de julho, era uma forma de quitar o compromisso assumido com a bancada fundamentalista, mas o nome nunca agradou ao Centrão, neoaliado do governo, e subiu de vez no telhado após Bolsonaro enfiar os pés pelas mãos na intentona geriátrica de 7 de setembro.

Mendonça fez de tudo para merecer a indicação presidencial. Pastor presbiteriano formado pela Faculdade Teológica Sul-Americana, fez carreira na Advocacia-Geral da União defendendo teses bolsonaristas e com um indisfarçável viés lavajatista. Na breve passagem pe-

2023. No que depender de Alcolumbre, o STF ficará sem ministro por mais um ano

Abandonado. O ministro "terrivelmente evangélico" é lavajatista e, por conta disso, visto com desconfiança por governistas

ALAN SANTOS/PR E ROQUE DE SÁ/AG. SENADO

lo Ministério da Justiça, notabilizou-se por perseguir críticos do governo com base na Lei de Segurança Nacional, legado autoritário da ditadura, e organizar um dossiê contra 500 agentes federais e estaduais de segurança classificados como "antifascistas" – o que deveria ser motivo de orgulho para todos eles, a menos que se admita que o fascismo é o ideal a ser perseguido pela sociedade brasileira. Entre os seus alvos, figurava o professor e sociólogo Tiago Costa Rodrigues, responsável pela instalação de dois *outdoors* em Palmas, a capital do Tocantins, nos quais a imagem de Bolsonaro vinha acompanhada da seguinte mensagem: "Cabra à toa, não vale um pequi roído". Mendonça viu na peça uma perigosa ameaça à segurança nacional e determinou que a Polícia Federal investigasse o "subversivo". Coube ao Superior Tribunal de Justiça determinar o arquivamento do delirante inquérito macarthista.

A despeito das patacoadas, André Mendonça era o "terrivelmente evangélico" dos sonhos dos fundamentalistas. Durante o julgamento do STF que equiparou a prática da homofobia ao crime de racismo, lá estava o então advogado-geral da União a defender que competia unicamente ao Congresso – há tempos omisso em relação aos direitos das minorias – legislar sobre o tema. Não por acaso, o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, reagiu com indignação à notícia veiculada nos jornais de que o

Centrão estaria, em parceria com ministros de Bolsonaro, articulando a indicação de Alexandre Cordeiro de Macedo, o atual presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, para o Supremo. Apesar de ser evangélico, ele não faria jus ao advérbio "terrivelmente", como desejado pelos talebans da Bancada da Bíblia. "Estão pensando que vão chegar pro presidente com um nome qualquer, mas o presidente vai perguntar pra gente, e vamos dizer 'não, não reconhecemos esse cara'", queixou-se Malafaia.

Malafaia porta-se como uma espécie de agência regulatória, a determinar qual evangélico ou não é o camarada para ocupar um assento no STF. "Não escolhemos André Mendonça. Não somos nós, ministros evangélicos, que vamos escolher ministro", esclareceu, antes de pontificar. "A única coisa que o presidente vai perguntar é se o camarada é terrivelmente evangélico ou não, porque ele não tem ideia. Não adianta esses caras armarem alguma coisa, dizendo que João ou Manoel, ou sei lá quem, é terrivelmente evangélico, que nós vamos dizer ao presidente sim ou não."

Enfim, Bolsonaro sai em defesa do antigo auxiliar. Manifestação genuína de apoio ou o discurso que precede o beijo de Judas?

Como se nota, o teor de radicalismo religioso, de filtro vermelho ou na versão *light*, é o que será determinante na escolha do ministro da Suprema Corte do Brasil, uma nação laica apenas no papel – ou "para inglês ver", como se diz na popular expressão. O enrosco é que a bancada evangélica no Parlamento resolveu tornar pública a rixa com o Centrão. Acusados de tramar pelas costas de Bolsonaro uma nova indicação ao STF, os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, das Comunicações, Fábio Faria, e da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, foram chamados às falas por Malafaia. Segundo o pastor, todos deveriam vir a público defender a indicação de Mendonça. O único que reagiu à provocação foi Faria. Telefonou ao líder religioso para desmentir o noticiário e esclarecer que não cogita nenhum outro nome para a Corte. Acredite quem tem fé.

Entre a cruz e a caldeirinha, Bolsonaro jura de pés juntos estar do lado de Mendonça e da bancada fundamentalista. Na sexta-feira 8, o presidente lamentou os obstáculos impostos por Alcolumbre à sabatina de Mendonça. "(Ele) teve tudo o que foi possível durante os dois anos comigo e de repente ele não quer o André Mendonça", disse. "Quem pode não querer é o plenário do Senado, não é ele. Ele pode votar contra, agora, o que ele está fazendo não se faz. A indicação é minha", emendou Bolsonaro.

Na quarta-feira 13, o ex-capitão voltou a encampar a defesa do ex-ministro. "Se Eldorado (*onde morou Bolsonaro*) deu um presidente, Miracatu terá um ministro do Supremo", disse o presidente, em referência à cidade onde Mendonça passou a infância, embora tenha nascido em Santos. O antigo auxiliar deve estar feliz com a deferência. Até pouco tempo, perambulava pelos gabinetes de Brasília em busca de votos de forma solitária, sem qualquer apoio das lideranças da base governista, desconfiadas de suas relações com a turma da Lava Jato. Agora, finalmente, vê o presidente em pessoa sair em sua defesa. Será uma genuína manifestação de apoio ou o discurso que precede o beijo de Judas? Veremos nos próximos capítulos. •

Purgatório. O ministro Ciro Nogueira, da Casa Civil, virou alvo da "fúria santa" do pastor Silas Malafaia e companhia

MAURO PIMENTEL/AFP E ALAN SANTOS/PR

PEDRO SERRANO

Mais pluralismo, mais direitos

▶ É urgente reformular o Conselho Nacional do Ministério Público, em favor das garantias constitucionais

A Constituição atribui ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a função de controlar a atuação administrativa e financeira do órgão e dos seus integrantes. Ao todo são 14 conselheiros nomeados pelo presidente da República, após escolha pela maioria absoluta do Senado. A presidência cabe ao procurador-geral da República e é constituído por quatro indicados do MP federal, três dos MPs estaduais, um juiz indicado pelo STF e outro pelo STJ, dois advogados indicados pela OAB e, por fim, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pelas Casas Legislativas.

Ocorre que, especialmente após a performance institucional em resposta à vulgarmente conhecida como Operação Lava Jato, o modelo de composição do Conselho mostrou-se, no mínimo, falho. Já de longa data vinha-se criticando o corporativismo do órgão, chegando ao extremo da desídia. Ao omitir-se – e, assim, patrocinar – em investigações e processos criminais inconstitucionais e de exceção no contexto de disputas de poder e de busca de promoção pessoal, o CNMP afastou-se de suas missões institucionais.

O Conselho abriu caminho para que procuradores figurassem como *sui generis* advogados privados de acusação por meio de reiteradas fraudes à Constituição e de forte discurso moralista, punitivista e populista. Muito além de representarem violação a um determinado formalismo procedimental, fulminou-se a própria relação que se estabelece entre o Estado e os indivíduos em termos civilizatórios. Foi subvertida a nossa própria democracia constitucional e, inclusive, processos eleitorais, impedindo, em especial, a candidatura do ex-presidente Lula, bem como suprimindo o pleno exercício da cidadania.

O integrante do Ministério Público, ainda que assuma a condição de parte no processo penal, é um procurador público e não um advogado privado de acusação. Ainda que ambos sejam partes, isso não implica dizer que tenham os mesmos deveres perante a ordem jurídica. Na condição de sujeito da relação processual essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe-lhe, sem qualquer desvio e com independência funcional, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, princípios severamente atacados pela Operação Lava Jato. Entretanto, o CNMP quedou-se inerte.

É nesse contexto que deve ser elogiada a proposição legislativa do deputado federal Paulo Teixeira, que visa seu aprimoramento institucional. Além de atacar o forte corporativismo por meio de um maior pluralismo, bem como de garantia de maior participação social, a Proposta de Emenda Constitucional vale-se de maiores freios e contrapesos entre os poderes da República para, no âmbito do órgão, balancear conflitos de interesse e garantir a prelazia das missões institucionais em face dos anseios classistas.

Na iminência da aprovação legislativa, o Conselho corre contra o tempo para, via esforço estatístico, demonstrar o indemonstrável. É preciso a sua reformulação em nome da democracia constitucional. Com a reforma, a Câmara dos Deputados e o Senado terão mais um representante em regime de alternância. Ademais, o corregedor nacional não precisará ser escolhido exclusivamente dentre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, mas entre qualquer um que participe do colegiado. Por fim, passa-se a admitir que ministros do STF e do STJ componham o Conselho.

Inexiste, no modelo republicano de Estado e de democracia constitucional, exercício de poder sem respectivo mecanismo de responsabilização. Ocorre que o *accountability* pressupõe a existência de relação de exterioridade às matérias sob controle. Frise-se, aqui, que ao contrário dos órgãos jurisdicionais do Estado, em que há maior realce da independência funcional, o integrante do Ministério Público subordina-se, em maior medida, à estrutura do órgão que o compõe. Não há que se falar, por todos esses fundamentos, na existência de um órgão de controle que, capturado, deixa de contribuir para o que há de mais essencial no nosso modelo de Estado. O exercício do poder é instrumental e na exata extensão da desincumbência do dever público. Esta é a essência de toda e qualquer função pública.

Ainda que a PEC possa ser aprimorada em alguns aspectos, é elogiosa a iniciativa legislativa que, ao aferir os acertos e desacertos dos últimos anos, propõe uma comprometida reforma de um órgão sobre o qual nossa Constituição realizou uma grande aposta. Nesses termos, a garantia do pluralismo no Conselho é um passo necessário para a proteção da nossa democracia constitucional. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Mudança de geração

ENTREVISTA Para Fabio Barbosa, as empresas precisam se adaptar aos anseios dos jovens se quiserem sobreviver

A WILLIAM SALASAR

Esta entrevista estava no fim, na quinta-feira 6, quando veio a notícia do fracasso do leilão de blocos de petróleo nas imediações de Fernando de Noronha. "Isso mostra que as empresas, em suas decisões, incorporam não só o risco ambiental, mas o reputacional, e se afastam preventivamente", avalia Fabio Barbosa, sócio da Gávea Investimentos, integrante do Conselho da United Nations Foundation e há mais de 20 anos referência em ESG, sigla em inglês para meio ambiente, preocupação social e governança. O ex-presidente do extinto ABN Amro Real avalia, a seguir, as razões da explosão de investimentos ESG e alerta quem resiste ao novo paradigma: "É uma mudança grande e irreversível".

CartaCapital: A que atribui essa avalanche do ESG dos últimos dois anos? Foi o impacto da pandemia, o aumento da desigualdade no mundo, eventos climáticos extremos?

Fabio Barbosa: Houve eventos mais notórios ocorridos na pré-pandemia, como as cartas de Larry Fink, presidente da gestora de recursos BlackRock, a primeira no fim de 2018, a segunda no fim de 2019, que abordam a agenda ESG de forma mais contundente. Em setembro de 2019, a associação norte-americana chamada Business Roundtable, presidida pelo presidente do banco Morgan Stanley, também teve como foco o ESG. Em terceiro lugar, a reunião do Fórum Mundial em Davos, em janeiro de 2020, teve o ESG no centro das discussões. Mas, como as datas ficaram próximas, ficou a impressão de que a pandemia acelerou a difusão da ideia. É certo que acelerou, mas vinha num crescente antes.

CC: E por que esse crescente?

FB: Tanto a questão do meio ambiente quanto a da desigualdade social tornaram-se mais visíveis, mais tangíveis, mundo afora. Também houve as fraudes e os problemas de empresas de grande porte, para lembrar a questão da governança. Agora, entendo que há muito tempo o fator principal é geracional: se a minha geração não deixou um Brasil melhor para os nossos filhos, ela deixou

Carne "podre". Cada vez menos consumidores aceitam o desmatamento

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 42
Varejo *online*. A AliExpress aposta na expansão do mercado brasileiro

SILVIA COSTANTI/VALOR/FOLHAPRESS E ANTONIO SCORZA/AFP

História. Desde os tempos do ABN, Barbosa é comprometido com o tema

Os valores ESG são uma transformação "grande, irreversível"

filhos melhores para o nosso Brasil. Isso vale para o Brasil e o mundo. Os filhos melhores têm uma consciência ambiental, social e cidadã que a minha geração não teve – como geração, não como indivíduos. E esse pessoal, de 20 anos, 40 anos, está chegando agora ao mercado, seja como investidores, consumidores ou profissionais, e incorporam questões ambientais no seu padrão de consumo, no seu padrão de investimento. É uma mudança grande e irreversível. Como eu digo: a cada dia sai do mercado um indivíduo, um consumidor que achava tudo isso uma bobagem e entra um consumidor, um investidor que acha tudo isso relevante. Não consigo fazer nenhuma projeção sobre economia, mas sobre demografia, sim. A cada dia será mais marcante a presença desses jovens que querem saber se o alimento tem muito sódio ou se a carne vem de área desmatada. E hoje mesmo, enquanto fazemos esta entrevista, a União Europeia anuncia que, a partir do ano que vem, vai querer certificação de que determinados produtos importados do Brasil não resultam de desmatamento. Não sei se isso é protecionismo ou não, o que eu sei é que isso conversa muito bem com o anseio dos jovens, portanto, está legitimado pelos jovens. Alguns vão querer dizer que se trata somente de protecionismo. Pode ser protecionismo, mas também tem um anseio dos jovens com relação a que tipo de consequência a produção de alimentos deixa na natureza.

CC: Do lado das empresas, como passar de um modelo estabelecido há séculos para este novo paradigma?

Energia. As fontes renováveis viraram uma ótima opção de investimento

FB: Primeiro, se é verdade que os padrões de consumo e de investimento estão mudando, a empresa tem de estar conectada a esse tema. Uma empresa que busca o lucro, busca o resultado, deve estar atenta para o fato de que o consumidor da sua carne não aceita mais consumir um produto de área desmatada. Não é que a empresa vai ser *boazinha* e não vai mais desmatar. Pode até ser, contudo, o mais importante é que o consumidor exige. Já aconteceu de a importação de carne do Brasil ser suspensa por falta de rastreamento da origem da carne. Se a empresa para de desmatar não é porque mudou seu modelo de negócios, e sim porque o consumidor não quer. O importante é entender que isso tem de sair da área de Relações Institucionais e ir para a área estratégica. O desenho do produto tem de estar ligado a essas preocupações que seu consumidor terá. E, obviamente, o investidor também procura ver se aquela empresa está conectada com os novos padrões de emergência de consumo. Dois exemplos. Um, o carvão: a sociedade não aceita mais, o investidor não quer investir. É bom fazer financiamento na transição, pois não estou falando para encerrar a produção de uma hora para outra, tem de levar em conta a transição. Outro exemplo é o açúcar nos refrigerantes, ou sódio, origem da carne, plásticos. Não se trata de a empresa abrir mão de resultados. Acho que é um mundo do "e", e não um mundo do "ou". A companhia deve continuar a buscar eficiência, resultados, mas não pode ignorar uma mudança no padrão de consumo dessa juventude norte-americana, europeia, asiática – da China, inclusive.

CC: E quanto à preocupação em diferenciar iniciativas, práticas e empreendimentos efetivos daqueles apenas rotulados de ESG? Como prevenir o que se tem chamado de *green washing*?

FB: Se ainda não temos, em breve teremos agências como a Standard & Poor's, para saber qual empresa está, qual empresa não está aderente ao ESG. É um problema a ser trabalhado. Há várias entidades engajadas, como a Anbima, que faz um belo trabalho no sentido de orientar o investidor. No caso do con-

sumidor, vejo mais atuação e discussão nas redes sociais. É nelas que começa desde a história do plástico, até como são tratadas minorias. Ainda que, sem dúvida, haja espaço para o *green washing*, acredito sinceramente que, neste mundo onde não há mais espaço para *on* e *off*, é tudo *on*, quando a empresa se compromete publicamente a trabalhar nessa direção, tem de ser efetiva. Não pode mentir por muito tempo. São três as razões para companhias aderirem ao ESG, três Cês: Convicção, Conveniência e Constrangimento. Convicção, porque acredita; conveniência, porque é bom falar disso, e constrangimento, porque não dá mais para não falar que temos alguma coisa aqui, que precisamos fazer algo por aí. Todas vão na boa direção. A questão é tirar o viés de que ou você ganha dinheiro ou faz as coisas do jeito certo. Veja o caso da General Electric. A empresa montou uma divisão gigantesca de energia limpa. Abriu mão do resultado? Não. Parou de produzir usinas a carvão, passou a produzir usinas de energia eólica. Tem muita gente fazendo negócios com

> "Prefiro que a própria sociedade se autorregule"

carnes vegetais, atendendo ao público vegano. Não significa abrir mão de resultados, e sim de se adaptar a um novo padrão de consumo.

CC: E o papel do regulador na agenda ESG?

FB: O regulador parece estar correndo atrás, o que não acho errado, pois o governo tem de refletir os anseios da sociedade, mas eu prefiro que a própria sociedade se autorregule. O mercado, os bancos veem a necessidade de mais transparência. O McDonald's faz propaganda dizendo que não compra carne de áreas desmatadas. Não tem nenhuma regulação. Prefiro que vá por aí. Não obstante, é preciso estabelecer algum padrão, em algum ponto, até para evitar a desinformação do consumidor. De toda forma, é um caso mais para órgãos como os Procons, do que de legislação específica. Outro ponto é que os três níveis do Estado – municipal, estadual e federal – coloquem o ESG nos seus próprios planos de governo, pois também participam dessa mudança.

CC: O senhor encabeçou dois dos mais significativos manifestos nascidos no meio empresarial neste ano, o que pedia ciência e responsabilidade no enfrentamento da pandemia, em março, e aquele que defendia as eleições, em agosto. A participação política faz parte da agenda ESG?

FB: Isso não faz parte da agenda ESG, e sim de um contexto de maior envolvimento da sociedade, de maior consciência de cidadania. As manifestações foram em defesa da democracia, da vacinação, enfim, movimentos da sociedade civil, totalmente legítimos. E que crescem no mundo inteiro. Não só os empresários, as sociedades se movimentam em relação a assuntos de seu interesse. Vejo grande movimentação do mundo empresarial com relação às eleições de 2022, uma preocupação que vem desde janeiro de 2021. Vejo uma mobilização que não havia nas eleições de 2018. Fico muito satisfeito em ver a sociedade chamando para si algumas responsabilidades, se mobilizando e mostrando a cara, defendendo valores em que acredita, dentro das regras do jogo.

CC: O que o senhor diria a quem está aferrado ao modelo tradicional?

FB: Diria: preste atenção a um padrão de consumo que está em mudança, veja se os seus negócios são coerentes e atendem à expectativa do consumidor, porque isso vai determinar, também, o apetite do investidor. Há investidores que não investem em companhias que entendem não ter um futuro muito longo se continuarem a operar, por exemplo, com energia suja, produtos que tenham uma toxicidade ou problemas ambientais. Simplesmente, porque esse modelo não vai ter vida longa. •

VALERIANO DI DOMENICO/WEF E WENDERSON ARAÚJO/SENAR/CNA

Guru. Fink, da Black Rock, moldou o mercado

Black Friday à chinesa

VAREJO O *site* de vendas AliExpress, do Grupo Alibaba, aposta na inclusão para se expandir no Brasil

POR CLEIDE SÁNCHEZ RODRÍGUEZ

No Brasil há 12 anos, o AliExpress, *site* de vendas internacionais (*cross-border*) do Grupo Alibaba, tem dado passos firmes para disputar o ainda modesto varejo *online* brasileiro. Os próximos miram as promoções da Black Friday, que neste ano vai acontecer em 26 de novembro, e do 11.11, evento similar à Black Friday criado pelo grupo chinês e realizado anualmente no dia 11 de novembro. As novas investidas neste fim de ano, época em que o comércio virtual dispara, incluem uma vigorosa campanha de *marketing*, com promessas de descontos generosos e entregas rápidas. "Antes da pandemia, as vendas *online* correspondiam a 5% do varejo total no Brasil, em termos de valor transacionado, participação que dobrou desde então", frisa Yan Di, *country manager* do AliExpress, com base em dados do Webshopper. Na China, que tem população sete vezes maior que a brasileira, as vendas *online* superaram os 50% do varejo total. Por isso, Di aposta em "um espaço enorme para o crescimento, com a migração das compras realizadas nos meios físicos para as plataformas *online*".

Presente em 220 países e com mais de 200 milhões de usuários, o AliExpress é a maior plataforma de *cross-border* do mundo e do Brasil, onde detém 32,6% de *market share*. "Nós apostamos na inclusão para crescer no mercado brasileiro, e para que o consumidor veja, efetivamente, os benefícios das compras virtuais, a empresa investe em melhoras em todas as etapas do processo, como logística, pós-venda e preço", observa Yan Di. "A gente sabe que o fator decisivo nas compras *online* são os preços e no nosso *site* eles chegam a ser, em média, 39% mais baratos comparados àqueles de outros *marketplaces* do Brasil. Muita gente compra no AliExpress para revender nas demais plataformas", revela. O executivo destaca que uma rede de 8,7 milhões de vendedores está conectada ao *site*, a maioria do segmento industrial, que oferece preços de fábrica com os quais fica difícil competir. Ponto crucial nas vendas *online*, a empresa se esforça para reduzir o prazo de entrega das mercadorias. Com cinco voos fretados semanalmente da China para o Brasil – o sexto será inaugurado antes do evento 11.11 –, um produto adquirido via plataforma chega em sete dias no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, sem custo adicional. Depois, a se considerar o tempo de liberação da encomenda na alfândega, mais a distribuição no território nacional, que pode variar a depender da localidade, o prazo total é de 12 a 15 dias, em média. Todo o processo pode ser monitorado pelo consumidor.

Yan Di põe as fichas no *Double Eleven*, em novembro

Em agosto, o AliExpress abriu mais uma frente para ampliar sua atuação no País, ao permitir que os *sellers* brasileiros vendam seus produtos em sua plataforma. Por causa dessa decisão, explica Yan Di, "estamos nos tornando um *marketpace* que é um *mix* de comércio local com *cross-border*, o futuro do *e-commerce* no mundo". A estratégia combina uma agressiva política de comissões baixas - entre 5% e 8% do faturamento, enquanto o mercado chega a cobrar o dobro dos lojistas – acesso a sua tecnologia e base de usuários e um serviço integrado de logística. O executivo ressalta as ferramentas inovadoras introduzidas pelo Alibaba e que são oferecidas na plataforma, como a integração do *marketplace* às mídias sociais. Os serviços de pós-venda são feitos por profissionais, em português, e a política de devolução de mercadorias prevê que pode ser feita diretamente no Brasil. "Nós também fomos o primeiro *marketplace cross-border* a abraçar o PIX, e com parcelamento das compras em até seis vezes", diz o executivo, que cita a predileção dos brasileiros pelas compras parceladas.

O envio de produtos no território nacional é coordenado pela Cainiao, empresa de logística do Gru-

O comércio *online* no Brasil tem muito a crescer

po Alibaba. Os técnicos da companhia serão responsáveis por adicionar tecnologias avançadas e pela coordenação dos serviços prestados por diversos parceiros locais. Além da logística, frete grátis e comissões menores, o serviço de vendas locais do AliExpress possibilita aos lojistas brasileiros em sua plataforma realizarem saques, sem custos, diariamente. "O lojista só precisa montar a sua loja virtual, fazer uma boa divulgação e vender", diz. Há ainda uma estrutura de apoio aos *sellers*, que compreende o uso de ferramentas de *marketing* criadas pelo Alibaba para melhorar a conversão e a performance de suas vendas, o acesso a canais como a Universidade AliExpress, que oferecem, em português, cursos técnicos de *marketing* digital e um serviço de suporte via *call center* disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, para tirar dúvidas dos novos vendedores que ingressam na plataforma. Todas essas iniciativas buscam estimular os lojistas a empreender, o que, segundo Di, se enquadra na visão do Grupo Alibaba, que tem como meta atingir 2 bilhões de consumidores em todo o mundo até 2036 e 10 milhões de empresas de médio e pequeno porte, por meio de suas soluções, entre elas o AliExpress.

Como parte da experiência do usuário, o *site* investe no Brasil, com maior ênfase desde 2020, nos grandes eventos de *e-commerce*, entre eles o 11.11 – ou *Double Eleven* como é conhecido em outros países –, festival de compras que também oferece entretenimento. "Na China, os jovens falam que o 11.11 é o dia de assistir a *shows*, se divertir e aproveitar para fazer compras com os melhores preços", conta o executivo, a ressaltar que consumir, hoje em dia, não se restringe a produtos tangíveis, mas àqueles que proporcionam alguma satisfação. "Isso faz parte da experiência que queremos replicar no Brasil, por isso investimos para que a edição deste ano seja a maior já realizada." A programação inclui *shows online*, sorteios e campanhas de descontos. No ano passado, foi um sucesso de público, com um total de 74 bilhões de dólares em vendas nas plataformas do grupo. •

Os preços da plataforma são, em média, 39% menores do que aqueles da concorrência, diz o executivo Yan Di

ISTOCKPHOTO E REDES SOCIAIS

Do paraíso ao purgatório

É DIFÍCIL TER PREVISIBILIDADE NO BRASIL, E A OSCILAÇÃO É COMO UM ELETROCARDIOGRAMA

PEDRO BARTELLE,
da Vulcabras

▸ Países avançam na criação de regras fiscais internacionais

Exatos 136 países concordaram, na sexta-feira 8, com uma ampla revisão das regras fiscais internacionais e indicaram a criação do imposto mínimo global de 15% sobre empresas com faturamento anual acima de 867 milhões de dólares (cerca de 4,7 bilhões de reais) e outras políticas. O objetivo é reprimir os paraísos fiscais – como as Ilhas Virgens Britânicas, onde o nosso ministro da Economia, Paulo Guedes, guarda 9,5 milhões de dólares. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que promoveu as negociações, estima que o novo tributo arrecade cerca de 150 bilhões dólares a mais por ano. "O acordo de hoje tornará nossos arranjos fiscais internacionais mais justos e funcionarão melhor", disse Mathias Cormann, secretário-geral da organização, em comunicado. "Devemos agora trabalhar com rapidez e diligência para garantir a implementação efetiva dessa grande reforma." Também estabelece que as gigantes do setor de tecnologia, entre elas Amazon e Facebook, paguem impostos nos países nos quais seus bens e serviços são comprados, mesmo sem presença física. O pacto havia sido anunciado de forma preliminar em julho. Agora recebeu o endosso de Estônia, Hungria e Irlanda.

EMBRAER, FELIPE WERNECK/IBAMA, JARBAS OLIVEIRA/VULCABRAS, ANDREW WHEELER/OECD E ABECS

BRADESCO COMPRA A DIGIO

O Bradesco anunciou a compra de 49,99% do Banco Digio, por 625 milhões de reais, e vai assumir 100% da *fintech* fruto da *joint venture* com o Banco do Brasil. Totalmente digital, o Digio tem 2 milhões de cartões de crédito e 2,5 bilhões de reais em carteira de crédito. O Bradesco tem encorpado sua atuação digital: controla o banco digital Next, com 7 milhões de clientes, e a carteira digital Bitz, com 1,1 milhão de contas ativas. "O Digio faz parte da nossa estratégia de digitalização. Agora, teremos mais flexibilidade e vamos acelerar o máximo possível", disse Marcelo Noronha, vice-presidente do Bradesco.

A Meituan engasga

A Administração Estatal de Regulação de Mercado, o Cade da China, multou a maior entregadora de refeições do país, a Meituan, por forçar acordos de exclusividade de clientes. A multa foi de 3,44 bilhões de yuans (533,6 milhões de dólares). O caso soma-se a uma série de ações do governo do presidente Xi Jinping para coibir práticas consideradas anticoncorrenciais por parte de algumas das maiores empresas de tecnologia chinesas, como o Alibaba, multado em 18,2 bilhões de yuans (2,82 bilhões de dólares). Muito parecido ao caso Epic Games *versus* App julgado a favor da primeira, semanas atrás.

Buffet e a Embraer

A NeteJets, companhia aérea controlada pela Berkshire Hathaway, do lendário investidor de Omaha, fechou contrato com a Embraer para a compra de até cem aeronaves Phenom 300E, por mais de 1,2 bilhão de dólares. A empresa começará a receber a nova encomenda no segundo trimestre de 2023, para operação nos Estados Unidos e Europa. Em nota, a fabricante brasileira lembrou que o primeiro acordo de compra da NetJets, assinado em 2010, contemplou 50 pedidos firmes para os jatos executivos Phenom 300, com opções de até 75 aeronaves adicionais.

Sem complacência

A gestora de recursos Da Vinci Partners, que tem 57 bilhões de reais sob gestão e abriu o capital na Nasdaq de Nova York, vai acelerar a integração da observância às melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG *na sigla em inglês*) nos seus fundos. "É fundamental para lidar com casos de corrupção como os da JBS ou de acidentes ambientais como os da Vale. Vamos puxar a barra para cima", argumenta Roberto Leuzinger, sócio da gestora, ao *site* especializado Reset News. "O desafio é trazer todas as áreas de atuação para o mesmo nível de maturidade e compreensão sobre o tema."

NÚMEROS

7,7

bilhões de reais foi o saque líquido da caderneta de poupança em setembro, pior resultado para o mês desde 1995

4

milhões é o número de investidores individuais na B3 em setembro

280

bilhões de reais foi o aumento a dívida pública com a inflação e a alta dos juros, calcula o economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria

A heroína e o algoritmo

TheObserver As acusações de Frances Haugen contra o Facebook reabrem a discussão sobre o controle das redes sociais

POR DAN MILMO

A jornada de ex-funcionária desiludida a heroína moderna levou menos de cinco meses para Frances Haugen. Com 37 anos, ela se desconectou da rede empresarial do Facebook pela última vez em maio e, no início de outubro, passou a ser publicamente elogiada como uma "heroína norte-americana do século XXI" no Capitólio, em Washington. Essa jornada foi pavimentada com dezenas de milhares de documentos copiados do sistema interno do Facebook por Haugen, que formaram a espinha dorsal de uma série de revelações prejudiciais publicadas, primeiramente, no *Wall Street Journal*. O material mostrou que o Facebook sabia que seus produtos prejudicavam a saúde mental de meninas adolescentes, resistiu a mudanças que tornariam o conteúdo de sua plataforma principal menos polarizador e sabia que sua plataforma era usada para incitar a violência étnica na Etiópia.

A reação pública que se seguiu inclinou o Facebook para sua maior crise desde o escândalo da Cambridge Analytica, em 2018, e culminou em um depoimento condenatório por Haugen no Senado dos Estados Unidos na terça-feira 5. Suas palavras iniciais foram pronunciadas contra um pano de fundo terrível para o Facebook: horas antes, todos os seus serviços – incluídos a plataforma de rede social, o aplicativo de compartilhamento de fotos e vídeos Instagram e o serviço de mensagens WhatsApp – ficaram fora do ar durante seis horas, devido a um erro de manutenção que afetou os 2,8 bilhões de usuários diários da empresa. Depois, os serviços do Facebook sofreram novos deslizes na sexta-feira 8.

"Estou aqui hoje porque acredito que os produtos do Facebook prejudicam crianças, provocam divisões e enfraquecem a nossa democracia", disse Haugen a uma subcomissão do Senado. "A liderança da companhia sabe como tornar o Facebook e o Instagram mais seguros, mas não aplica as mudanças necessárias porque coloca seus lucros astronômicos à frente dos usuários. É necessária uma ação do Congresso. Eles não vão resolver esta crise sem a sua ajuda." Em 2020, o Facebook declarou lucros líquidos de mais de 29 bilhões de dólares.

> "Estou aqui porque acredito que os produtos da empresa enfraquecem a democracia", declarou a executiva no Senado dos EUA

Em, aproximadamente, quatro horas de depoimento, Haugen fez um relato detalhado de seu período de quase dois anos no Facebook, em uma equipe que tentava evitar interferência nas eleições em suas plataformas. Ela mencionou diversas vezes que a companhia prioriza crescimento e lucro à segurança e advertiu que os algoritmos do Facebook e do Instagram, que modelam o conteúdo visto pelo usuário, causam danos. Em uma declaração, ela disse aos senadores que o Facebook sabia que usuários do Instagram são levados a conteúdo relacionado à anorexia. E que um algoritmo "leva crianças de temas muito inocentes como receitas saudáveis... a conteúdo que promove a anorexia em um período de tempo muito curto".

Haugen não é a primeira denunciante que levanta preocupações sobre a gigante tecnológica. Em 2018, Christopher Wylie, um analista de dados canadense, revelou a *The Observer* que seu ex-empregador, a Cambridge Analytica, havia recolhido no Facebook milhões de perfis de eleitores dos EUA. Um ano depois, a rede social foi multada em 5 bilhões de dólares pela Comissão Federal de Comércio por "enganar" os usuários sobre sua capacidade de manter privativas as informações pessoais. Na época das revelações de Wylie, o Facebook fez contrição, publicou anúncios de página in-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50
The Observer. Jacinda Arden não é mais unanimidade na Nova Zelândia

teira em jornais com pedidos de desculpas e declarou que iria limitar os dados que seu *app* captura. Ao *Observer*, Wylie disse que reviveu sua experiência como denunciante ao ver Haugen, mas também achou frustrante ver que nada mudou. "Acho que voltamos a 2018, falando que tudo isso é novo, mas não é", disse Wylie, acrescentando, em um tributo a Haugen: "É preciso ter coragem para enfrentar o Facebook".

Wylie, hoje diretor global de tecnologias emergentes na rede de lojas H&M, diz que deu o alarme para avisar as autoridades sobre as desigualdades da rede social. "O motivo pelo qual fiz isso foi informar os órgãos reguladores e os legisladores sobre o que estava acontecendo... que isso tem de ser levado a sério e que há questões de segurança nessas plataformas."

Pressão. Haugen depôs ao Senado dos EUA, onde Zuckerberg não conta com muita simpatia

JIM WATSON/AFP E BRENDAN SMIALOWSKI/AFP

Certamente, não houve muito afeto por Mark Zuckerberg, fundador e executivo-chefe do Facebook, entre referências dos senadores a uma postagem no Instagram que o mostra a navegar com sua mulher, Priscilla, no fim de semana antes da audiência. Em um diálogo, Haugen disse: "A responsabilidade é dele".

Um executivo do Vale do Silício disse ao *Observer* que essa falta de consi-

Bolha. Parte do faturamento do Facebook vem de aprisionar os usuários em estereótipos

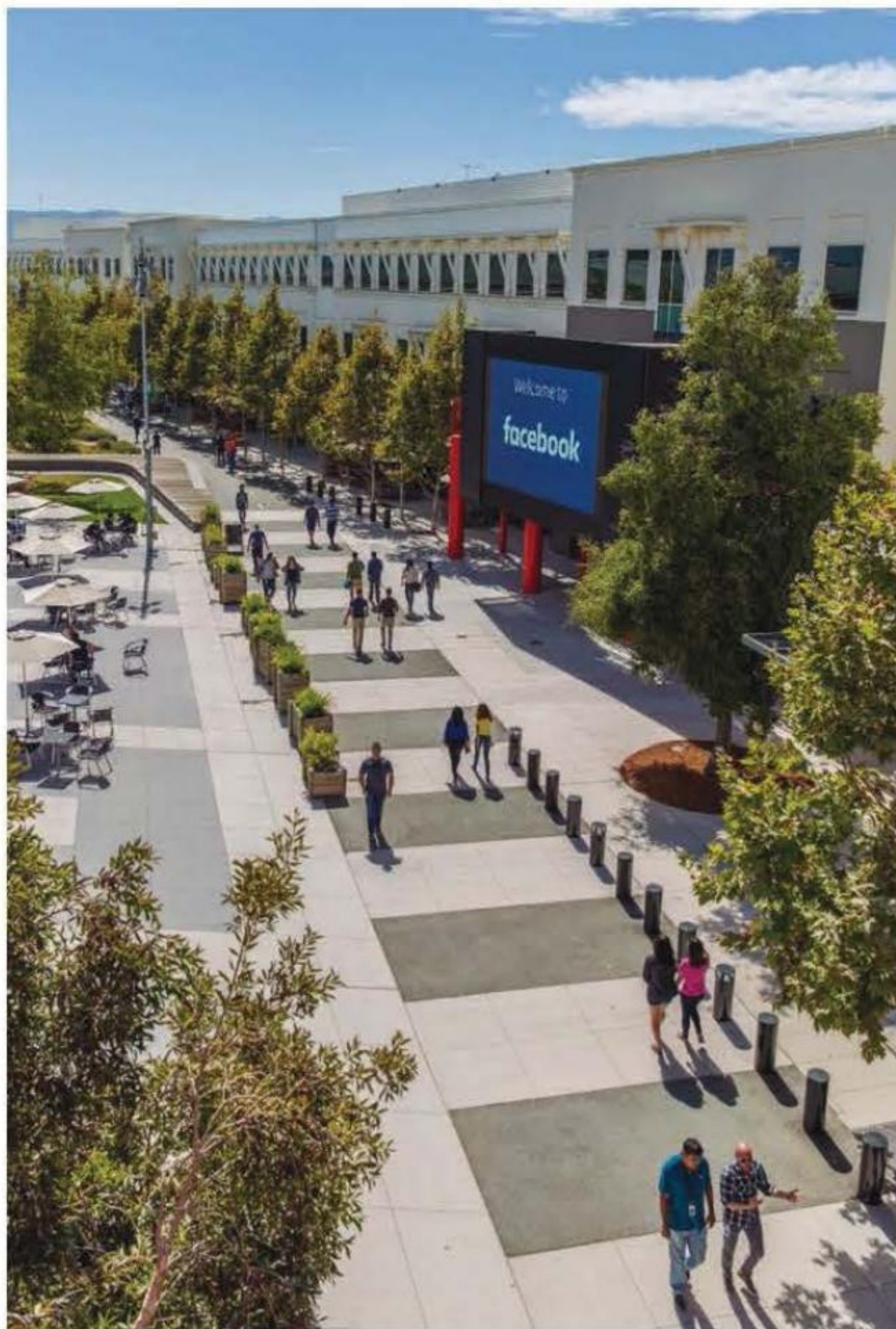
deração vai além da Subcomissão para Proteção do Consumidor. O Facebook e Zuckerberg nunca foram muito populares em Washington, e são ainda menos hoje. "O Facebook nunca teve o tipo de amigos que o Google tem. Agora, depois disso, eles vão ficar ainda mais sozinhos."

Só nos EUA há diversas medidas políticas, regulatórias e legais em curso. Os senadores pressionam por reformas na Seção 230 da Lei de Decência nas Comunicações, que isenta as companhias de redes sociais de responsabilidade pelo que é publicado em suas plataformas. A comissão de comércio move um processo para dividir o Facebook. E os advogados de Haugen moveram ao menos oito ações com base nos documentos vazados por ela.

Charles Arthur, autor de um livro sobre os perigos das redes sociais, *Social Warming* (Aquecimento Social, *em tradução literal*), defendeu dividir as redes sociais em entidades geográficas distintas. Se isso acontecer, afirma ele, Facebook, Twitter etc. seriam mais capazes de moderar suas plataformas.

"Os problemas aumentam geometricamente, se você aumentar o tamanho da rede aritmeticamente", disse Arthur, ex-jornalista de *The Guardian*.

"Se você tem uma rede de cem pessoas, tem um certo número de interações possíveis. Mas, se você tem 200 pessoas, tem quatro vezes o número de interações que podem ser problemáticas. Depois, com 400 o número é 16 vezes maior. Os problemas crescem mais depressa do que a rede, mas as empresas não aumentam do mesmo modo o número de moderadores."

A resposta, segundo Arthur, são diversas divisões. "Assim, a solução é limitarmos o tamanho das redes. Se você diz que os donos de mídias, como os Murdoch, não podem possuir um certo número de jornais, você diz às redes sociais que não podem ser maiores que um certo tamanho", disse, acrescentando que limitar o tamanho geograficamente, por país, é a solução mais fácil de se implementar e legislar. O Facebook afirma que só companhias com recursos consideráveis, como a dele, podem enfrentar a tarefa de moderar uma vasta quantidade de conteúdo.

Para Wylie, uma resposta é regulamentar as empresas de rede social e seus algoritmos como as indústrias farmacêutica, aeroespacial e automotiva.

"Um dos erros do discurso público em torno de todos os problemas das *big tech* e dos algoritmos é que deixamos de compreender que são produtos de engenharia. Não aplicamos às companhias tecnológicas os princípios regulatórios existentes para outros campos da engenharia, não exigimos teste de segurança de todos os algoritmos", disse ele, advertindo que os produtos de rede social e mudanças de algoritmos são lançados ao público sem verificação dos reguladores.

O Facebook arrependeu-se depois da Cambridge Analytica, mas tem sido incisivo diante das revelações de Haugen. Em um *blog* depois do depoimento da ex-funcionária, Zuckerberg disse que a afirmação de que a companhia coloca os lucros acima da segurança "simplesmente não é verdade". "No centro dessas acusações está a ideia de que priorizamos o lucro sobre a segurança e o bem-estar.

Os países ainda não encontraram um modelo para regular as mídias sociais

Isso, simplesmente, não é verdade", disse. E acrescentou: "A afirmação de que, deliberadamente, empurramos conteúdo que deixa os usuários irritados para ter lucro é profundamente ilógica. Nós ganhamos dinheiro com anúncios, e os anunciantes constantemente nos dizem que não querem seus anúncios ao lado de conteúdo nocivo ou raivoso".

Em referência a uma das revelações de Haugen mais comentadas, a de que o Facebook deixou de agir em relação a pesquisas internas que mostraram que o Instagram tinha um impacto negativo na saúde mental de garotas adolescentes, ele afirmou que as afirmações "não fazem o menor sentido". Um documento especialmente danoso mostrou que, para adolescentes que tinham "momentos difíceis", uma em cada três achava que o Instagram piorava os problemas ligados ao corpo. "Se quiséssemos ignorar a pesquisa, por que criaríamos um programa de pesquisa líder da indústria para compreender essas questões importantes, para começar?", perguntou Zuckerberg. Shoshana Zuboff, professora de Harvard e autora de *The Age of Surveillance Capitalism* (*A Era do Capitalismo da Vigilância*), disse que a ex-funcionária deu ao mundo uma visão única. "Frances Haugen nos forneceu uma visão de raios X das operações mecânicas do capitalismo de vigilância em uma companhia. E é uma companhia muito importante."

Para Zuboff, o Facebook, juntamente com o Google e muitas outras, é uma pura destilação de sua tese: que as companhias *big tech* secretamente garimpam a experiência pessoal, a transformam em dados e geram previsões de comportamento que vendem a empresas clientes. O Facebook ganha com publicidade 48 bilhões de dólares de sua receita anual de 86 bilhões. "Esses sistemas contam com a vigilância para invadir nossa experiência antes 'privativa' com operações destinadas a contornar a consciência pessoal. Em outras palavras, a experiência humana é redefinida como matéria-prima grátis para a extração maciça de dados comportamentais. Os dados mais íntimos são valorizados por seu valor preditivo. O que os indivíduos ou tipos são mais propensos a clicar em um anúncio e comprar seus produtos, quem pagará suas contas, ficará doente ou dirigirá em segurança. Eles vendem futuros humanos, previsões do que faremos a seguir e mais tarde." Para Zuboff, Wylie, políticos e reguladores, Haugen é uma heroína – e uma segunda chance. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Impotência. "Nada mudou", lamenta Wylie, que denunciou más práticas do Facebook em 2018

SEB DALY/WEB SUMMIT E ISTOCKPHOTO

Popular, *pero...*

TheObserver A primeira-ministra Jacinda Ardern sofre os efeitos políticos da persistência da pandemia na Nova Zelândia

POR TESS MCCLUR, DE CHRISTCHURCH

As cidades sob *lockdown* na Nova Zelândia acordaram nos últimos dias em um novo mundo sem algumas restrições: piqueniques em parques aprovados pelo governo, a perspectiva da reabertura das escolas, a possibilidade de se reunir com parentes e amigos. Entre as visões de cobertores manchados de grama e cervejas na praia há, porém, uma forte dose de ansiedade pela Covid-19. Os casos continuam a circular na comunidade e o antigo compromisso do país com a eliminação tem sido descartado.

A Nova Zelândia pisa em terreno desconhecido em sua abordagem ao vírus, e com ela sua primeira-ministra, Jacinda Ardern. Depois de conduzir o país pela pandemia geralmente ilesa até agora, ela foi fortemente recompensada com popularidade política e confiança. Agora, a primeira-ministra enfrenta a difícil tarefa de conduzi-lo por uma nova era de combate à Covid-19 – e poderá ser o mais difícil desafio político que enfrentou. "Haverá continuidade de restrições, mais casos, mais mortes, algo que a Nova Zelândia ainda não viu", disse Clint Smith, profissional de comunicações políticas e ex-estrategista de comunicações de Ardern. "É agora que a coisa quase se torna 'real' para os neozelandeses. A estratégia de eliminação fez com que não encarássemos os casos, as mortes e as restrições em nossa vida cotidiana do mesmo modo que as populações de outros países no último ano e meio. Manter as nossas cabeças erguidas e focadas nas soluções será um enorme desafio."

Uma das grandes virtudes da estratégia de Covid zero da Nova Zelândia foi sua clareza e simplicidade. Em cartazes e entrevistas coletivas, podia ser resumida em poucas palavras: fique em casa, elimine o vírus, salve vidas. Cancelar isso em etapas significa que a Nova Zelândia sai do preto e branco e entra nos inúmeros cinza da gestão da pandemia, um reino de decisões periféricas e ineficazes.

O país precisa transitar de uma opção única e frontal – *lockdowns* duros e fronteiras fechadas em troca de uma vida sem Covid-19 – para milhares de opções individuais, cada qual com seu custo amargo. Exatamente, quantas mortes são demais? Os benefícios de abrir as escolas superam os riscos de infecção entre crianças não vacinadas? Os cafés, piqueniques e *shopping centers* são uma troca válida por um maior número de mortes entre os indígenas?

> O governo prometia eliminar o vírus. Agora, terá de lidar com a realidade

São decisões que os governos tomam constantemente, disse a analista política Lara Greaves, mas a Covid-19 os obriga a encará-las de maneira especialmente brutal e pública. "Muitas decisões em políticas públicas e governança tratam de equilibrar coisas como finanças e economia com o custo da vida humana, ou o custo de um bom ano de uma vida humana", disse Greaves.

Muitas vezes essas opções colaterais são feias, e o governo de Ardern nunca foi obrigado a fazer tantas. Fraturar uma única grande decisão em milhares de menores também torna mais difícil comunicar a estratégia, e mais fácil contestá-la. A eliminação foi tão popular com os eleitores que todos os grandes partidos a apoiaram.

Mas, nas últimas duas semanas, as legendas Nacional, Aja e Verde se afastaram do governo trabalhista, denunciando a nova abordagem ou oferecendo seus próprios planos. Ardern e seus ministros continuam equivocados sobre se a eliminação realmente terminou, uma indecisão que, segundo Smith, poderá impedi-los de comunicar à Nova Zelândia uma visão clara do caminho a seguir.

Em certo sentido, Ardern poderá agora se tornar vítima de seu próprio sucesso, disse Ben Thomas, consultor de comunicações do Partido Nacional e ex-integrante do governo. A campanha oficial de eliminação foi tão atraente e seus resultados tão fortes que ela conquistou enorme apoio, mais de 80% nas pesquisas durante a maior parte da pandemia. "Uma parcela do problema da primeira-ministra é que ela fez um trabalho tão bom ao unir os neozelandeses em torno dessa causa, ao convencê-los correta-

Ardern paga o preço das promessas não cumpridas

R KITCHIN/STUFF L-R

mente de que a eliminação era uma meta alcançável, e instilar um medo real do vírus. Essa é uma coisa muito difícil de se desfazer", disse Thomas.

O desafio agora é encontrar um objetivo comum durante uma estratégia de combate. O candidato mais provável a esta nova visão é a vacinação, mas é mais difícil captar a urgência dessa mensagem e ao mesmo tempo afirmar que o país está em vias de eliminar o vírus. A campanha de imunização na Nova Zelândia começou devagar. Em abril, Ardern disse que o calendário de entregas era mais lento que o de outros países, porque sua população "não estava morrendo enquanto esperava".

Desde que grandes remessas de doses começaram a chegar, a vacinação foi grande, e em certo momento a Nova Zelândia aplicava mais doses diárias por mil habitantes do que qualquer outro país. No primeiro fim de semana de outubro, 67% da população total e 79% da população elegível (a partir de 12 anos) haviam tomado ao menos uma dose. O governo pretende vacinar todos aqueles que quiserem com ao menos uma dose até o fim do ano, mas, mesmo que tenha êxito, ainda poderá levar meses para o fim do purgatório da Covid-19, em que grandes parcelas da população continuam não vacinadas.

Se os neozelandeses se mostram infelizes com a nova abordagem, ainda não está claro o quanto isso prejudicará a liderança do Partido Trabalhista nas pesquisas. Na eleição de 2020, os trabalhistas ganharam assentos suficientes no Parlamento para governar sozinhos, resultado raro no sistema político da Nova Zelândia, tipicamente baseado em coalizões, e um endosso sonoro à resposta à Covid-19. "A vitória arrasadora de Ardern no ano passado foi totalmente consequência da resposta à pandemia", disse Thomas. "Em primeiro lugar, por causa dos notáveis resultados em saúde, muito poucas mortes por Covid. Os resultados sociais, amplamente não afetados por *lockdowns* durante a maior parte do ano, ao contrário de vários outros países semelhantes. Mas a terceira coisa foi a recuperação econômica realmente forte... que fez eleitores mais velhos ou os tradicionalmente conservadores optarem pelo governo." Se esses ganhos começarem a se diluir, o mesmo poderá ocorrer com o apoio político. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Campo minado

TheObserver Um pedaço de terra na fronteira da Síria com o Iraque concentra os conflitos atuais no Oriente Médio

POR MARTIN CHULOV, DE DEIR EZ-ZOR, SÍRIA*

Vista de uma montanha conhecida como Baghouz, a região mais disputada do Oriente Médio parece um oásis: é um borrão verde em um deserto que se estende das margens do Rio Eufrates a uma área extensa de novas casas que abrigam indomáveis moradores. Pouca coisa se move no dia quente. O rio que sustentou o Iraque e o leste da Síria ao longo de eras ganha vida à noite, assim como a cidade de Al-Bukamal, onde contrabandistas, milicianos, grupos mercenários e exércitos de três países assumiram posições proeminentes desde que o Estado Islâmico foi derrotado aqui, três anos atrás.

O tumulto desde então deixou grande parte da província de Deir ez-Zor arrasada e irreconciliável. Muitos moradores continuam desaparecidos ou deslocados, e a guerra contra o grupo terrorista ainda fervilha. Nas principais estradas, tratores e caminhões-tanque em frangalhos dão lugar a comboios de caminhões de batalha norte-americanos e russos. Helicópteros de ataque franceses cruzam o céu, e forças especiais da coalizão ainda mantêm as bases. Em Al-Bukamal, a mistura de atores e disputa por influência é mais poderosa: milícias xiitas do Iraque, Irã e Líbano, entre elas o Hezbollah, assim como mercenários russos, integrantes de tribos sunitas e o Exército sírio, enquanto forças curdas observam do outro lado do rio. Esta cidade na fronteira se tornou o bolsão mais estratégico da região. Quem garantir passagem por aqui tem influência significativa nos acontecimentos de ambos os lados do Eufrates. "Por isso estamos aqui, observando o espetáculo", disse um oficial curdo na montanha acima de Baghouz. "Toda essa terra à nossa frente será disputada nos próximos anos."

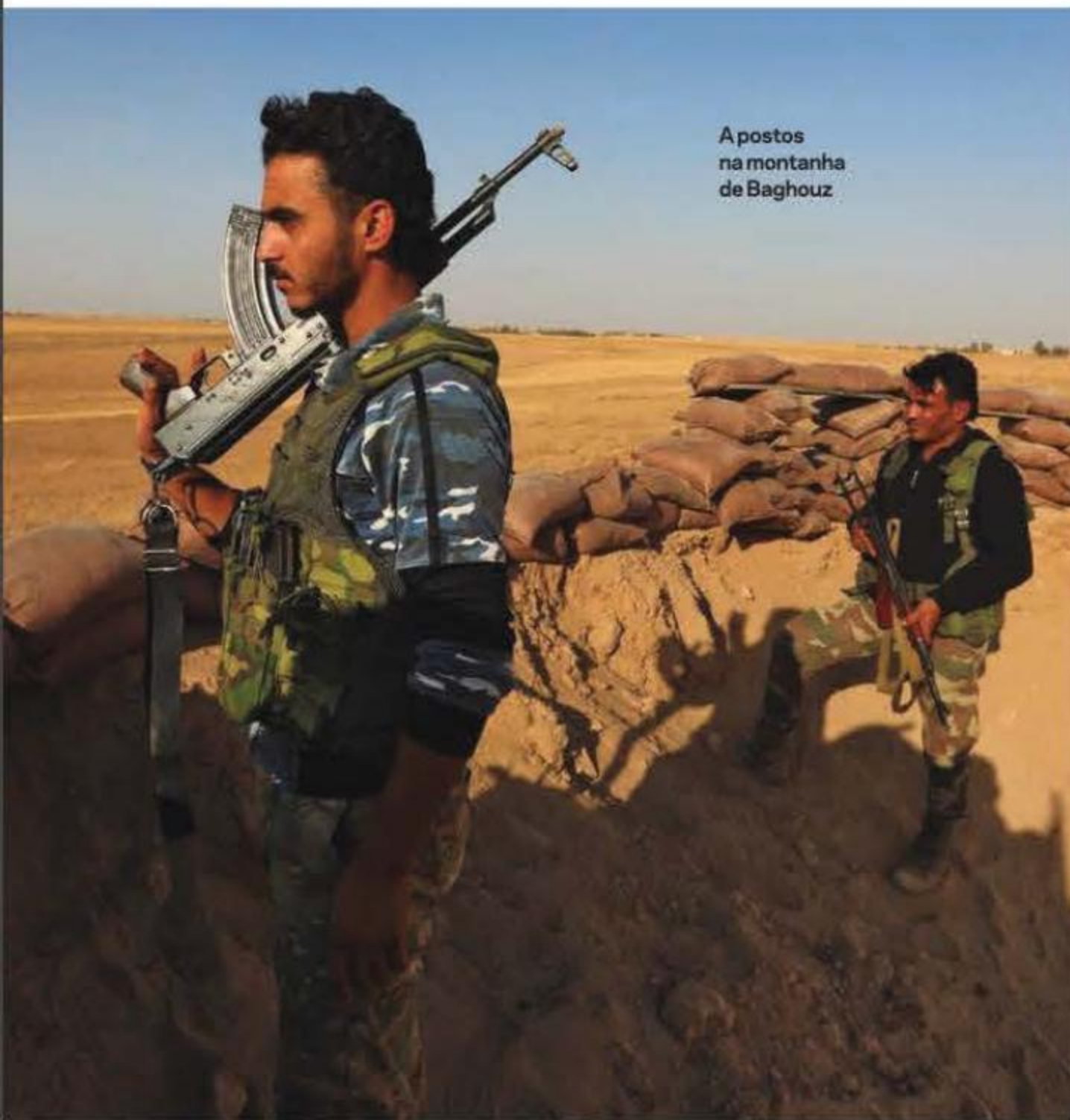
No fim de agosto, os curdos foram acordados à noite por explosões fortes a média distância. "Pudemos ouvir os jatos, mas não demoraram muito", disse outro oficial. "Depois soubemos que eram israelenses. Seus ataques são diferentes dos norte-americanos."

Nos últimos três anos, ataques aéreos têm atingido regularmente Al-Bukamal e arredores, assim como a cidade de Al-Qaim, depois da fronteira iraquiana. Os alvos são locais ligados a grupos de milícias apoiados pelo Irã, que usam a cidade para movimentar armas e dinheiro do Iraque para a Síria. Al-Bukamal tornou-se a principal via de um projeto iraniano de 30 anos destinado a garantir um arco de influência do Iraque até o Mediterrâneo, passando pela Síria.

Estabelecer esse acesso, que também cimentaria uma cabeça de ponte na Síria para a milícia libanesa Hezbollah, foi um objetivo estratégico do general iraniano Qassem Suleimani e seu aliado Abu Mahdi al-Muhandis, assassinados por um ataque aéreo dos EUA em Bagdá no início de 2020.

Os planos do Irã de criar o corredor foram primeiramente relatados por *The Observer* em outubro de 2016, e os esforços se intensificaram desde então nesses cinco anos, especialmente depois da morte de Suleimani. "Os ataques aéreos são bem regulares", disse o oficial curdo. "São muito rápidos e geralmente causam grande dano. Seja quem for, sabe o que quer atingir."

Moradores de Al-Bukamal dizem que a cidade mudou muito, desde que o Estado Islâmico foi expulso. "Quando os xiitas chegaram, havia muito medo", disse o trabalhador Khaled Sohail. "Os iranianos têm muito dinheiro e influenciaram as tribos, mas eles não são os piores. É a Hashd al Shabi, as forças populares

DISPUTA MILENAR
As margens do rio Eufrates sempre foram objeto de cobiça

A postos na montanha de Baghouz

de mobilização, criada em 2014 para combater o EI, que assusta todo mundo. Eles são xiitas e muito sectários." Três outros moradores de Al-Bukamal confirmaram a opinião de autoridades europeias de que um oficial iraniano, que adotou o nome de guerra de Ajj Asker, é uma figura importante. A milícia que ele comanda, a Brigada 47 do Kata'ib Hezbollah, grupo mercenário iraquiano leal ao Irã, detém o controle de grande parte da cidade, mas alienou os moradores e os líderes tribais.

A maioria dos recrutas locais da Brigada 47 vem das tribos Mashahada e Jughaifi. "Foram eles que venderam a cidade para o Irã", disse um morador de Al-Bukamal. "E venderam barato. Eles atuam no contrabando. Isso não vai acabar bem." "Eles estão trazendo seus hábitos para a região", disse outro morador. "Há gente rezando como os xiitas. O que está acontecendo lá está mudando não só a região, mas a cidade em si. Há escolas aprendendo história persa e de líderes religiosos xiitas que têm influência sobre as comunidades. Eles são mais poderosos que o exército de Bashar, que aguarda enquanto o Irã e seus aliados fazem seus planos."

Do Irã às forças da Otan, todos disputam a região antes controlada pelo Estado Islâmico

Do outro lado do Eufrates, em Baghouz, onde o EI teve sua última posição no início de 2019, oficiais curdos das Forças Democráticas Sírias (FDS), apoiadas pelos EUA, patrulham as margens, de olho nos soldados sírios na outra metade de uma ponte destruída que costumava ligar as cidades. "O EI a derrubou para impedir que outros os atacassem", disse Agin Afrin, um oficial curdo. "Depois eles tentaram construir a sua própria ponte." Afrin aponta para um monte de pedras no meio da água que corre lentamente. "Quando a chuva vier, o resto será levado. Nós vemos o regime todos os dias. Eles não podem fazer nada do lado deles, ou do nosso."

Baghouz agora é uma testemunha silenciosa da luta por influência que se desenrola ali perto. Os agricultores voltaram e as plantações de girassóis tremulam na brisa noturna, compartilhando a várzea com renques de pés de romã. Os curdos oferecem os frutos enquanto se arrastam entre os caniços compridos. "Todo mundo lutou por esta terra", disse Afrin. "Sempre me pergunto por que aqui. Como esta parte do Oriente Médio se tornou tão importante na história? E como estará daqui a dois anos?"

Enquanto o sol se põe sobre o Eufrates, homens e mulheres que tinham voltado para Baghouz se aproximam timidamente para falar. "Eles nos atacaram do outro lado da ponte", disse um homem sobre as forças xiitas e o Exército sírio no fim de 2018. "Ficamos aterrorizados com eles, e então veio o EI. Esta terra é amaldiçoada." Outro oficial curdo acrescentou: "Eles acham que a terra é deles, e outros têm outra opinião, inclusive nós. Não vejo um fim para esta luta". •

**Colaborou Barzan Salam.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

BAKR ALKASEM/AFP

Sai o barzinho, entra o vídeo

INDÚSTRIA FONOGRÁFICA Grande palco da pandemia, o YouTube firma-se como a principal porta de entrada para o sucesso

POR SÉRGIO MARTINS

Três anos atrás, os atributos vocais da adolescente carioca Maria Eduarda eram conhecidos apenas entre seus familiares e agregados. Até que, ao ouvi-la, um amigo da sua irmã insistiu para que criasse um canal nas redes sociais para divulgar o repertório de releituras de sucessos do *pop* nacional e internacional.

A jovem abriu um espaço no Facebook e, depois, no Instagram, onde atraiu a atenção de cantoras como Ivete Sangalo e IZA, e de celebridades como o comediante Paulo Gustavo, morto este ano de Covid-19. Na sequência, Maria bandeou-se também para o YouTube, onde passou a postar as versões integrais das músicas que entoava no Instagram e a atrair um público mais qualificado.

O burburinho chegou até a Sony Music e, no início deste ano, a cantora passou a integrar o *cast* da gravadora. Rebatizada como Mariah Nala, nome artístico que reforça sua afrodescendência, ela lançou, no fim do mês passado, o *single Sem Tempo* e tornou-se uma das principais apostas da companhia.

A curta trajetória de Mariah é um exemplo da radical mudança nos métodos de descoberta das gravadoras. Tempos atrás, o garimpo de talentos era feito de duas maneiras: a primeira era enviar olheiros para os rincões do País. Foi ao viajar para o extremo Norte que, nos anos 1970, o produtor baiano Roberto Sant'anna deparou-se com a futura estrela paraense Fafá de Belém. A outra, mais difundida, era fazer um périplo pelos barzinhos e pequenas casas de espetáculo, onde os talentos eram encontrados em estado bruto. Foram esses os casos de Maria Gadú e Ana Cañas, ambas formadas pela escola da noite.

Hoje, no entanto, os candidatos a *superstar* estão à distância de um clique. As buscas são feitas por meio de pesquisas em redes sociais e plataformas de *streaming* que abrigam as novidades, que, pinçadas numa primeira olhada, são depois analisadas pelos homens da indústria.

"Todas as sextas-feiras promovo audições para descobrir novos nomes", diz Sérgio Affonso, presidente da Warner Music, cujo faro para o sucesso pode ser comprovado pelas descobertas de Anitta, Ludmilla (então MC Beyoncé) e IZA, todas reveladas no YouTube.

"O YouTube é mais que um bar, é uma vitrine internacional, visto que o mundo inteiro pode te assistir", diz o cantor Vitão, um dos muitos talentos surgidos na versão cibernética dos botecos. O termo "internacional" está longe de ser um exagero. A globalização e a tecnologia

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 58
Cinema. Das 3,5 mil salas existentes no País, 500 ainda seguem fechadas

Close. IZA (*à esq.*), Mariah Nala (*acima*) e Mariana Nolasco (*abaixo*) foram descobertas na plataforma de *streaming* e tiveram de passar por treinos para cantar fora das telas

Mariah, de 15 anos, não só nunca se apresentou ao vivo como jamais pisou em um *show*

têm feito, de fato, com que os jovens sejam encontrados onde quer que estejam.

O caso mais notório é o de Justin Bieber. Em 2007, depois de um executivo da indústria ter, acidentalmente, carregado um vídeo do menino interpretando um sucesso da *soul music*, Bieber, que vivia em uma pequena cidade do Canadá, ganhou o mundo.

Vitão e Jão, duas vozes emergentes do *pop*, tinham, desde 2016, canais próprios que eram alimentados por regravações. Ao serem descobertos pela produtora Head Media, foram instigados a trabalhar em um repertório autoral. Um aspecto comum entre o barzinho e o YouTube é que, não raro, os artistas, em busca de visibilidade, recorrem a *covers*.

A gaúcha Luísa Sonza, outra que saltou das plataformas para a fama, chegou a ficar conhecida como "a rainha dos *covers*". Desde 2014, ela cantava *hits* de outros artistas e fazia letras-resposta para *hits* populares. Se o forrozeiro Wesley Safadão falava de uma garota em determinada canção, Luísa cantava como se fosse a garota citada.

Uma grande diferença entre o barzinho e o YouTube é o seu alcance. Segundo uma pesquisa recente da Kantar Ibope Media, a plataforma detém 59% da preferência do público que consome conteúdo *online*, ficando à frente dos aplicativos de *streaming* (37%), dos *podcasts* (31%) e do rádio *online*, que reproduz a programação do *dial* (18%).

LANA PINHO, REDES SOCIAIS E YOUTUBE

O YouTube é, além disso, um local onde se reúnem alguns fregueses generosos. A plataforma oferece remuneração para os artistas cujos canais ultrapassem a marca dos 10 mil inscritos e possui, além disso, um número expressivo de incentivos para que eles levem a carreira para além do mundo virtual. A plataforma oferece desde recursos como venda de anúncios, *merchandising* e *superchat* – que é quando o usuário paga para ter a pergunta lida – até um impulso promovido pela curadoria da plataforma.

O Fondry, por exemplo, é um incentivo financeiro. Criado em 2015, contemplou cerca de 150 nomes, entre eles Dua Lipa – atração do Rock in Rio 2022 – e Arlo Parks, revelação do *soul*. A cantora Mariana Sena e o grupo Tuyo também estão entre os contemplados. "Somos o maior palco do mundo: reunimos um universo inteiro de barzinhos, onde grandes nomes da música brasileira começaram e foram descobertos", diz Sandra Jimenez, diretora da plataforma.

De acordo com o Ibope, o YouTube detém 59% da preferência do público *online*

A despeito de todas as facilidades, o boteco virtual não dissipou por completo os velhos hábitos dos executivos mais experientes. "O olho no olho ainda conta muito na hora de eu contratar um artista", diz Sérgio Affonso. E ele tem razão. Uma cantora como IZA, que tinha como hábito interpretar *covers* de *soul* e *blues* no YouTube, pode até causar boa impressão. Mas é necessário talento e muita personalidade para se firmar como artista – o que ela tem de sobra.

O primeiro desafio, nesses casos, é fazer com que o artista descubra a própria voz. Vitão e Jão adotaram, respectivamente, o *soul/funk* e o *pop* melancólico. Luísa Sonza partiu para a música dançante. Mariah Nala, por sua vez, reuniu-se com os produtores Pablo Bispo e Ruxell para construir um repertório autoral.

"Foi difícil porque, desde que comecei a cantar, minha preocupação era soar parecido com o artista de quem eu estava fazendo o *cover*. Mas meu professor de canto me permitiu encontrar o tom ideal e o Pablo e Ruxell me ajudaram com as letras", diz Mariah. Esse amadurecimento é, muitas vezes, feito na presença do público.

A cantora e violonista Mariana Nolasco burilou o estilo no próprio canal no YouTube. "A brincadeira de cantar, tocar e gravar tinha virado trabalho a partir do momento em que comecei a compor as minhas canções: diminuí a frequência dos vídeos para me concentrar mais no processo de composição, de gravação dos discos e videoclipes", conta ela, demarcando a passagem dos *covers* para algo autoral.

Uruguaio radicado no Brasil e produtor de *hits* do *pop* – entre eles *Baile de Favela*, de Ludmilla –, Cabrera chama atenção para o fato de que o sucesso no barzinho virtual não credencia o astro. "Ele tem de criar uma conexão com o mundo real. Não se pode duvidar da capacidade de discernimento do público", diz.

A pandemia impediu, contudo, que muitos desses nomes pudessem passar pelo teste do palco. "Eu estava preparando uma turnê quando tivemos de parar tudo. Tinha ensaiado com os músicos, feito fono...", enumera Mariana, que até hoje pouco sentiu o gostinho de tocar ao vivo para uma plateia. "Eu ficava apavorada antes de subir no palco nas primeiras vezes. O sentimento era de medo, frio na barriga e vontade de sair correndo, mas eu sempre adorei desafios. Percebi que sempre depois da primeira música toda tensão ia embora."

O caso de Mariah Nala é ainda mais improvável. Como é muito nova, ela não apenas jamais se apresentou ao vivo, como nunca assistiu a uma performance ao vivo. "Mal posso esperar para estrear nessas duas maneiras", diz, com empolgação juvenil. •

Empurrão. Segundo Sandra Jimenez, a plataforma remunera os artistas cujos canais têm mais de 10 mil inscritos

REDES SOCIAIS

Crítica da mídia

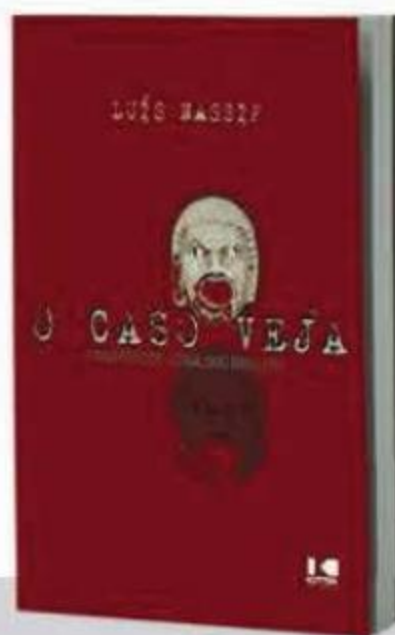
RESENHA EM *O CASO VEJA*, LUÍS NASSIF RELEMBRA UM PERÍODO OBSCURO DA IMPRENSA E PRODUZ UM MANUAL DE BOM JORNALISMO

POR SERGIO LIRIO

Maturação. Iniciado como série em seu *blog*, *O Caso Veja* ganha novas reflexões que só o passar do tempo permite

Nos Estados Unidos e na Europa, os meios de comunicação não escapam do escrutínio dos próprios pares. A cobertura atenta lastreia-se em uma constatação óbvia: a mídia é parte da estrutura do poder, o quarto, dizem, não uma entidade canônica livre de vícios, composta por santos e santas iluminados pela verdade incontestável. Erros, tramoias, negociatas e desvios éticos merecem, portanto, a atenção do próprio jornalismo, como qualquer instituição. Não fosse a vigilância, os conglomerados, mais do que conseguem nos dias atuais, teriam submetido a democracia aos seus caprichos.

No Brasil do oligopólio-quase monopólio midiático, a virtude foi, no entanto, transformada em vício. No lugar da crítica embasada, as quatro ou cinco famílias que dominam o espectro midiático sustentam um pacto: entre elas, prospera a bajulação mútua e a remissão dos pecados. Aos desafetos reserva-se a calúnia e os assassinatos de reputação. A falta de profissionalismo do autoproclamado "jornalismo profissional" atinge, neste momento, os píncaros da cafajestagem – e é dado aos pistoleiros a serviço dos donos a licença para matar, a qualquer custo. Luís Nassif tem sido testemunha e vítima dessa máquina de difamação. Só por essa razão, estaria plenamente habilitado a produzir uma análise das escolhas que empurraram os meios de comunicação, de tantos desserviços ao País, ao período mais vergonhoso de sua história. A qualidade da obra está, porém, na capacidade de distanciamento do jornalista. *O Caso Veja* reflete o amadurecimento das reflexões de Nassif, conforme os primeiros textos que produziu a partir da primeira década deste século e no limiar da mídia *online*, da qual também foi um pioneiro. Não se trata de uma escolha aleatória: a revista *Veja* simboliza a cruzada midiática contra o Brasil, ou ao menos contra um Brasil mais democrático e justo. Seu comandante à época, Victor Civita, herdeiro do Grupo Abril, pretendia personificar a versão cabocla de Rupert Murdoch, magnata da mídia fundador da *Fox News* que enriqueceu à custa de escândalos, manipulações e ameaças.

Passadas quase duas décadas da "aventura", Civita está morto e a Abril desapareceu do mapa, mas o País sonhado, em certa medida, prospera, mergulhado no lodo das *fake news*, da ignorância altiva e da descrença generalizada nos valores básicos do Estado de Direito. *O Caso Veja* é, ao mesmo tempo, um registro histórico e um primoroso manual de jornalismo. O livro peca, no entanto, por certas lacunas. O autor não é um lobo solitário na denúncia dos abusos da mídia, como deixa a entender em inúmeros trechos. *CartaCapital* ao longo de seus 27 anos, dedicou inúmeras reportagens às tentativas dos "barões da imprensa" de influenciar o jogo eleitoral ou impor seus interesses econômicos imediatos, normalmente dissociados das necessidades do País, quando não opostos. O editorial do jornal *O Globo* citado em uma das páginas do livro, "Victor Civita não é Rupert Murdoch", não brotou da criatividade dos escribas a serviço da família Marinho. Foi uma resposta a uma capa desta revista que enfatizava a comparação, a partir do escândalo da associação criminosa da Abril com o doleiro Carlinhos Cachoeira. •

O CASO VEJA

Luís Nassif. Editora Kotter (344 págs., 74,70 reais).

VINICIUS FÁVERO E EDITORA KOTTER

No escurinho, pós-pandemia

CINEMAS. Das 3,5 mil salas do País, 500 seguem "temporariamente fechadas" e o circuito independente é o que mais sofre

POR ANA PAULA SOUSA

Até a semana passada, existiam no País 2,9 mil salas de cinema em funcionamento e outras 500 "temporariamente fechadas". Os dados, fornecidos pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), dão uma pequena pista do cenário pós-pandêmico no setor de exibição. Impedidos de funcionar, aqui e no mundo, a partir de março de 2020, e diretamente atingidos pela revolução do *streaming*, os cinemas ainda tentam reencontrar o seu lugar na cadeia de valor do audiovisual.

Enquanto alguns *blockbusters* vêm, de novo, atraindo o público e até se aproximando dos patamares pré-pandêmicos – ainda em raríssimos casos, diga-se –, o cinema independente segue com grandes dificuldades para se recuperar. Essa realidade se estende às salas. Aquelas localizadas em *shoppings* de luxo, em um extremo, e em *shoppings* populares, de outro, são as que têm apresentado os melhores resultados. É nesse contexto improvável que, na terça-feira 19, um cinema de rua será reinaugurado em São Paulo.

O velho Cinearte, aberto em 1963 no Conjunto Nacional, na avenida Paulista, perdeu o patrocínio em 2019 e fechou as portas no início do ano passado – antes de a pandemia explodir. Ele volta agora à vida sob nova gestão e novos apoios – da Sabesp, do Globoplay e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). Passa a chamar-se Cine Marquise.

"Ao mesmo tempo que a pandemia nos coloca um desafio enorme, foi ela que possibilitou a aquisição. Em outro momento, acho que alguma rede maior teria adquirido a sala", diz Marcelo Lima, diretor da Tonks, empresa de consultoria voltada ao setor. Lima teve seu último cinema há 20 anos. Antes, quem possuía salas era seu pai, que começou trabalhando como faxineiro no Cine Cairo, no Vale do Anhangabaú, no Centro de São Paulo, e acabou criando o próprio circuito.

Como bom conhecedor do mercado que é, Lima sabe que está dando início a uma operação de risco. Mas, obviamente, não estaria nela se não visse também uma possibilidade de sucesso. "Queremos oferecer ao público a experiência do cinema independente atrelada à alta tecnologia", diz, procurando demarcar seu diferencial em relação a outras salas de rua.

> O público dos *blockbusters* tem retornado de forma mais rápida que o dos filmes de arte

"A tela é importada, o projetor é de alto padrão e as poltronas competem com as das salas *vips*, geralmente voltadas aos *blockbusters*", prossegue. Além de pipoca, o espaço oferecerá café *gourmet* e cerveja artesanal. Lima pretende, ao mesmo tempo, oferecer um certo clima nostálgico, com o piso de madeira restaurado e a amplidão do espaço.

Mas serão essas iscas suficientes para atrair de novo para as salas o público dos filmes que prescindem de efeitos especiais e da aura de evento? "É normal que a volta, no caso desse público, aconteça de forma mais lenta", avalia Adhemar Oliveira, sócio da rede Itaú de Cinemas. "A gente vê, por exemplo, que, conforme os cinemas do Rio começam a exigir o comprovante de vacinação, o público do cinema de arte vai voltando. É um públi-

Sala de rua. A abertura do Cine Marquise, em São Paulo (*em obras, à esq.*), é vista como um alento para quem trabalha com títulos como o dinamarquês *Druk - A Última Rodada* (*acima*)

VITRINE FILMES/SYNAPSE E YAGO MOREIRA

co mais sensível aos riscos da pandemia."

Oliveira lembra ainda que, ao longo do último ano e meio, toda a estrutura que alimenta o desejo do espectador por um filme foi, repentinamente, desmontada. "A mídia especializada, importante para este segmento, também se desorganizou, uma vez que, durante algum tempo, praticamente só houve estreias no *streaming*", diz. "Outro fator que não pode ser desconsiderado é a migração dos festivais para o *online*. O burburinho dos festivais era fundamental para despertar o interesse do público."

No mês passado, em decorrência da saída do patrocínio, as salas do circuito Itaú foram fechadas em Salvador, Curitiba e Porto Alegre. Oliveira ainda comanda, porém, cerca de 60 salas no País. "Apesar das dificuldades, tudo, para mim, aponta para a continuidade do cinema como uma parte importante do xadrez do audiovisual", diz Oliveira.

Quem trabalha com a distribuição dos filmes – o elo que, na cadeia do negócio, fica entre a produção e a exibição – não discorda. A Vitrine, empresa que, na última década, firmou-se como uma marca ligada a cinema de autor, em geral, e ao cinema brasileiro, em particular, atravessou a turbulência da pandemia graças ao *streaming*.

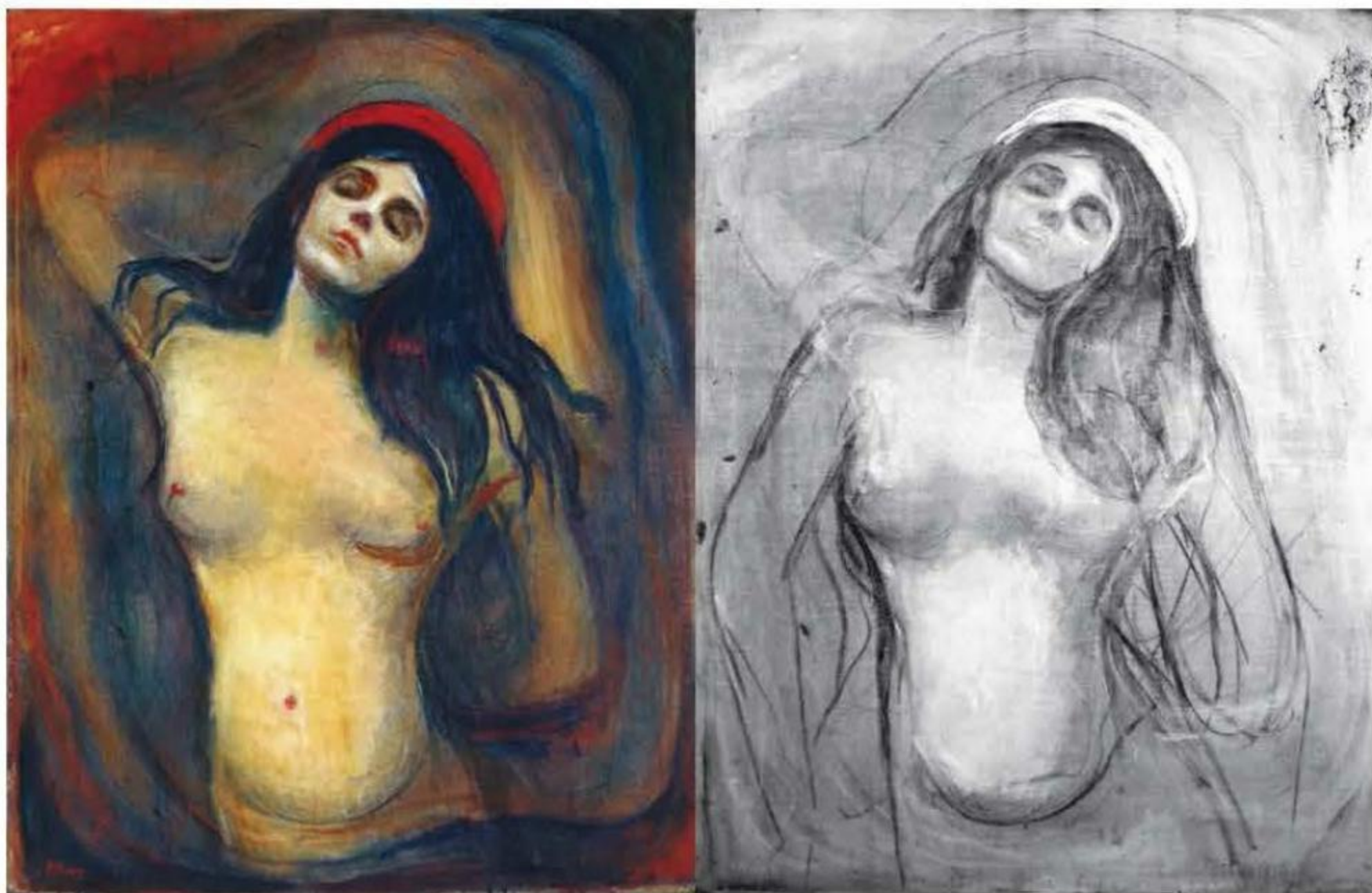
Felipe Lopes, diretor da empresa, afirma, porém, que, mesmo durante o período de salas fechadas, o cinema, que mal respirava, foi vital para que a roda girasse. Ele cita como exemplo a trajetória de *Druk – Mais Uma Rodada*, de Thomas Vinterberg.

A produção dinamarquesa, ganhadora do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, estreou em março de 2020, apenas no Rio de Janeiro, o único lugar do País onde as salas eram mantidas abertas. Depois disso, o filme seguiu mais seis meses em cartaz, algo inimaginável para um negócio marcado pela alta rotatividade.

Ao mesmo tempo que estreava aqui e ali, no ritmo do abre e fecha pandêmico, o filme ia fazendo uma ótima carreira no *streaming*. Segundo Lopes, *Druk* foi alugado ou comprado por cerca de 100 mil pessoas antes de chegar a um serviço de *streaming* por assinatura – hoje o título está disponível para os assinantes do TeleCine. Nas salas de cinema, vendeu 6 mil ingressos.

O diretor da Vitrine pondera que, apesar da grande diferença no número de espectadores, o cinema segue sendo, na maioria dos casos, essencial para um retorno financeiro expressivo. Mas ele observa que a dificuldade, neste momento, é não apenas chamar o público de volta, mas encontrar salas disponíveis.

"Antes da pandemia, conseguíamos estrear alguns filmes nos multiplex. Agora, com o congestionamento de *blockbusters*, ficou impossível", diz. Cabe lembrar que *007 Sem Tempo para Morrer*, por exemplo, foi adiado três vezes. "Além disso, há algumas salas de arte, como a São Luiz, no Recife, que ainda não reabriram, e outras, como a Dragão do Mar, em Fortaleza, ou a Estação, no Rio, que não voltaram plenamente."

Nesse contexto, a inauguração de uma sala vira notícia e se torna motivo de celebração para aqueles que possuem filmes nas mãos, mas sofrem para lançá-los. •

O esboço secreto de Edvard Munch

TheObserver A equipe do Museu Nacional da Noruega encontra, por baixo da pintura, um desenho preparatório da *Madonna*

POR DALYA ALBERGE

Aura. A ambiguidade da representação feminina levou o quadro a ser tachado, nos anos 1890, como repugnante

A pintura de uma mulher nua a curvar sensualmente as costas, com um braço atrás da cabeça e o outro atrás das costas, é uma das formas femininas mais evocativas da história da arte. Pois a construção dessa imagem ganha agora uma nova referência.

Foi recentemente encontrado, por baixo do quadro *Madonna*, de Edvard Munch (1863-1944), no Museu Nacional da Noruega, um desenho preparatório da obra. A descoberta revela que o mestre norueguês lutou para decidir como deveria posicionar os braços da modelo. Inicialmente, eles eram mostrados de forma apenas pendente, até que o pintor teve a inspiração.

O esboço sob a pintura também mostra que essa obra-prima foi, provavelmente, a primeira das cinco versões pintadas do trabalho criado por Munch nos anos 1890.

Vibeke Waallann Hansen, a curadora do museu, disse ao *Observer* que a descoberta foi realmente estimulante. "Podemos ver como Munch trabalhou", diz. "O desenho de baixo mostra que a primeira posição que ele experimentou era uma maneira mais tradicional de apresentar uma mulher, mais na linha dos retratos. A pose final foi mais criativa."

Segundo a curadora, a equipe do museu trabalhava há alguns anos com a hipótese de haver desenhos preparatórios sob a

obra, porque, quando se olha a pintura de perto, é possível ver algumas linhas. "Era, no entanto, difícil dizer se o que estava por baixo eram desenhos ou tinta. Foi emocionante chegar a essa prova", diz.

Os esboços sobreviventes mostram que Munch experimentou diversas poses antes de chegar à composição final e, além disso, permitem que, pela primeira vez, o desenho possa ser visto na própria pintura, dando novas ideias sobre os caminhos de sua criação.

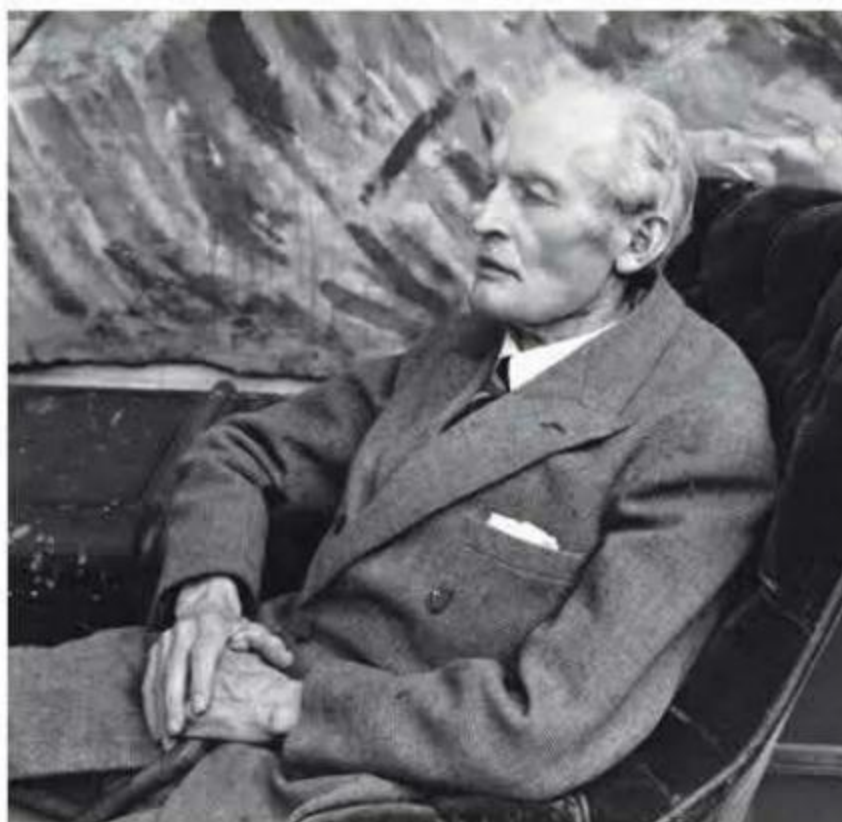
"Isso, certamente, amplia o nosso conhecimento de como Munch trabalhou nessa composição em particular", diz Reinhold Heller, um importante estudioso do artista. "Ele fez diversos esboços para ela. Ver que continuou trabalhando na composição e que incorporou esse processo de trabalho à pintura – fazendo com que ela evolua diante dos olhos do espectador – é muito intrigante."

O desenho preparatório foi descoberto pelo conservador Thierry Ford e pelo fotógrafo Borre Hostland, que usaram, para isso, a reflectografia de infravermelho, uma técnica óptica que mostra as camadas por baixo da superfície de uma pintura.

Ao longo do tempo, os historiadores da arte descreveram a *Madonna* como uma mulher sensual e onírica, a um só tempo poderosa e submissa, resumindo a ambivalência entre o medo e o desejo. Munch quis mostrar uma mulher que concebe uma nova vida. Certa vez, escreveu a propósito da obra: "A mulher em um estado de abandono adquire a beleza dolorosa de uma Madonna. A mulher é tudo ao mesmo tempo: santa, prostituta e devota infeliz".

A curadora Waallann Hansen prossegue: "O título *Madonna*, comumente associado à mãe de Jesus, contrasta com a figura e com o título alternativo, *Mulher Fazendo Amor*. A figura tem uma auréola, mas é vermelha, em vez de dourada, como seria numa imagem religiosa. O título é muito importante para criar essa ambiguidade entre o erotismo e a associação religiosa. *Mulher Fazendo Amor* é mais explícito".

Os pesquisadores acreditam que essa tenha sido a primeira das cinco versões da obra-prima criada pelo artista norueguês

Hansen lembrou ainda que, na Noruega dos anos 1890, o tema apresentado por Munch tinha algo de sensacionalista e chegou a ser tachado de repugnante. "Mas Munch também conquistou o apoio da elite cultural progressista", observa a curadora. (*O dramaturgo*) Henrik Ibsen visitou a exposição e, segundo o próprio Munch, lhe disse: 'Você vai experimentar o mesmo que eu. Quanto mais inimigos tiver, mais amigos terá'".

Mestre. Munch, autor de *O Grito*, é hoje muito popular

A curadora chama atenção para o mistério da *Madonna*, uma pintura que, à primeira vista, é fácil de entender, mas que, "quanto mais você olha para ela, mais tem suas complexidades reveladas".

Ela refere-se ao fundo de linhas sinuosas, no qual a figura parece estar flutuando: "Ela está de pé? Ou deitada? O que é esse fundo? É água ou luz? Ou uma espécie de atmosfera? Munch pensou, primeiro, em fazer os braços dela atrás das costas, o que daria mais a ideia de que estivesse de pé. Com a posição que finalmente escolheu, ele introduziu mais ambiguidade".

Comentando a popularidade da *Madonna*, Waallann Hansen diz: "Muitos quadros de Munch são fáceis de entender. *O Grito* é sobre ansiedade; a *Madonna* é sobre a mulher, o amor e o erotismo. Mas, quanto mais você olha para a pintura, mais você capta essa ambiguidade. Ela veio para o Museu da Noruega em 1909 como doação, juntamente com muitas das pinturas mais importantes de Munch, e tornou-se um ícone. Trata-se ainda de uma obra atemporal, por causa do plano de fundo. Você não consegue dizer se é de 1890 ou 1990".

As outras versões pintadas de *Madonna* estão na Kunsthalle, de Hamburgo, na Alemanha, no Museu Munch, em Oslo, e em duas coleções privadas nos Estados Unidos.

A primeira versão da pintura passou por um processo de pesquisa e conservação antes de ser exibida na Sala Munch, no novo edifício do Museu da Noruega, que será o maior museu de arte dos países nórdicos, a ser inaugurado em junho do próximo ano. A coleção abriga várias das pinturas mais famosas de Edvard Munch, aí incluída a versão original de *O Grito*. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Na origem da opressão

LIVRO Em obra póstuma, István Mészáros trata do anacronismo do Estado e aponta, na teoria, para a necessidade de seu fim

POR FABIO MASCARO QUERIDO*

A obra de István Mészáros (1930-2017) impressiona, antes de tudo, por sua extensão. São dezenas de livros publicados em diversos idiomas. Mas impressiona também por sua ambição. Escorado em Marx e na tradição marxista que encontra em Lukács a sua grande expressão, Mészáros colocou-se como tarefa, desde meados dos anos 1960, nada menos que a reconstrução sistemática e atualizada dos pilares da crítica "marxiana" do capital à luz do fracasso das experiências socialistas na União Soviética e no Leste Europeu – debacle por ele percebida já em 1956, com a invasão soviética da Hungria, ocasião em que tomou o caminho do exílio.

Mais que o capitalismo, como argumentaria em sua obra mais conhecida, *Para Além do Capital*, era preciso superar a ordem "sociometabólica" do capital na sua totalidade. Era necessário transcender, portanto, não apenas a apropriação privada do produto do trabalho, mas o próprio modo como é exercida a atividade laboral. Sem falar, é claro, no outro dos grandes fundamentos do sistema do capital: o Estado.

Não por acaso, desde 2005, o filósofo húngaro vinha acalentando a elaboração de uma "crítica radical do Estado", projeto expandido em 2015, mas abortado em razão de seu falecimento, em 2017. Apenas o primeiro dos três volumes previstos foi parcialmente concluído. E é esse trabalho que tem sua primeira edição mundial publicada agora pela Boitempo, a editora de Mészáros no Brasil.

Organizado pelo sociólogo norte-americano John Bellamy Foster, amigo e interlocutor intelectual do autor, *Para Além do Leviatã* (título do projeto original) desenvolve a reflexão crítica sobre a política e o Estado esboçada por Mészáros em trabalhos anteriores. No livro, Mészáros restitui o que entende ser o fundamento da originalidade da crítica de Marx ao Estado. Se as grandes teorias do Estado, de Platão a Hegel, passando por Maquiavel e Hobbes, sempre fizeram da instituição estatal o agente capaz de corrigir os problemas decorrentes dos antagonismos sociais, Marx, ao contrário, entreviu na imposição do império das leis um alicerce indispensável à "expropriação constante dos processos globais de tomada de decisão da humanidade".

PARA ALÉM DO LEVIATÃ: CRÍTICA DO ESTADO.
István Mészáros. Boitempo Editorial (512 págs., 66,40 reais).

Para Marx, argumenta Mészáros, não há Estado, por mais formalmente igualitário e democrático que seja, que não absorva e normalize a "desigualdade substantiva". Por isso mesmo, em seu entender, é o Estado enquanto tal – e não simplesmente o Estado "burguês" – o verdadeiro alvo da crítica "marxiana".

Em *Para Além do Leviatã: Crítica do Estado*, assim como em outros dos seus trabalhos, Mészáros reflete a partir do pensamento dos outros. Neste caso, as reflexões sobre o Estado lhe servem como anteparo para a compreensão da "materialidade" que o torna possível e necessário. Com isso, Mészáros estabelece um fulcro comum ao Estado em sociedades antagônicas, destacando, no mesmo passo, a novidade representada pela posição antiestatal de Marx.

Assim colocada, tal perspectiva ganha em clarificação teórica o que perde em especificação histórica e política. Isso porque, ao projetar conceitualmente o Estado como expressão da alienação política, Mészáros dilui a singularidade do Estado capitalista moderno no âmbito de uma longa temporalidade (trans) históri-

O processo liderado por Hugo Chávez é visto pelo autor como o início da construção de um "sistema comunal"

CANCILLERIA VENEZUELA/PRENSA PRESIDENCIAL E BOITEMPO EDITORIAL

ca. Em consequência, a definição do lugar de uma política socialista contra o capital e o Leviatã – o equivalente a uma luta concreta contra as classes dominantes no presente – aparece quase sempre subordinada a uma arquitetura histórico-conceitual universal que a engloba.

É como se, determinada a permanecer em uma esfera usurpadora da essência humana, à política não restasse senão o papel de obstáculo ao "necessário" desenvolvimento objetivo da história, ora atravancado pelo sistema do capital.

Preocupado que sempre foi com o problema da transição socialista, Mészáros enfrenta essa questão ao avaliar a experiência da "revolução bolivariana", na Venezuela, a partir da problemática da superação do Estado. O processo político originalmente liderado por Hugo Chávez é visto pelo autor como o início da construção de um "sistema comunal" que, levado adiante, apontaria para a erradicação progressiva do Estado. Há aqui, no entanto, uma tensão entre, de um lado, os princípios teóricos defendidos pelo autor, e, de outro, a realidade, que se apresenta muito mais complexa e nuançada.

O que os desafios concretos demonstram é que não há como escapar da política. Ao menos em um primeiro momento, é pela política (socialista) que se torna possível a organização da luta contra a burguesia e contra o Estado que lhe confere guarida. Ou seja, é só pela política que se caminha na direção da democracia e da igualdade "substantivas" e para aquilo que Mészáros chama de "fenecimento do Estado como órgão separado e acima da sociedade".

> Existe uma tensão entre a teoria do filósofo húngaro e a realidade, sempre mais nuançada

É apenas através da construção de uma hegemonia política e cultural alternativa, e não por determinação conceitual, que o Estado pode ser revelado, na prática, como "anacronismo histórico opressivo", como diz Mészáros. E para essa luta, discordâncias à parte, não há dúvida de que as reflexões do filósofo húngaro, como se observa neste livro tão fascinante quanto inquietante, são, simplesmente, indispensáveis. •

**Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.*

AFONSINHO

Um momento muito esquisito

▶ A volta das torcidas aos estádios é acompanhada de resultados estapafúrdios e de um sinal de alerta para a Seleção Brasileira

Como se acompanhassem a volta dos torcedores aos estádios, sempre com informações desencontradas, os jogos seguem o mesmo diapasão e vão apresentando os resultados mais estapafúrdios. A irregularidade e a falta de lógica talvez sejam os maiores atrativos para as torcidas e sabemos que o futebol imita a vida. No entanto, o que temos visto ocorrer neste momento é um real descontrole.

Aqui e na Europa, as datas da Federação Internacional de Futebol (Fifa) começam a delinear os classificados para a próxima Copa do Mundo, que acontecerá no Catar, em 2022. A Alemanha garantiu sua participação e o novo técnico, Hansi Flick, vem sendo bastante elogiado.

Pelo continente americano, o Brasil lidera com folga a corrida e, na prática, também já está lá. Bastou, contudo, um primeiro tempo apagado contra a Venezuela, na semana passada, no Estádio Olímpico de Caracas, para que as sirenes de alarme soassem quase todas ao mesmo tempo. Os comentaristas mostraram-se assustados com as possibilidades da nossa Seleção na próxima Copa.

Em relação ao jogo, a Seleção, ao final do primeiro tempo, poderia ter saído vencendo, mesmo sem ter apresentado um bom futebol – mas ficou no zero a zero. Com isso, apesar do resultado final, de 3 a 0, a crônica desportiva acendeu o sinal vermelho.

O que mais chamou minha atenção, sem reparo dos narradores da transmissão, foi a quantidade de escorregões e quedas dos jogadores das duas equipes, o que acabou por ocasionar gols até ridículos. Foi de fato impressionante. Fico me perguntando se isso se deveu à qualidade do gramado ou do material esportivo empregado. Estranho.

Esse contexto geral fez com que, de repente, todo mundo se desse conta do momento que atravessamos. Passou-se então a esmiuçar, de cima a baixo, a situação do nosso futebol. E ficaram todos desacorçoados. Não são novidades as queixas dos torcedores em relação à baixa qualidade deste momento do futebol brasileiro, a começar pelos valores individuais. Há, além disso, um calendário repleto de jogos, que não deixa tempo disponível para treinos técnicos e, muito menos, coletivos. E sabemos que, em trabalhos conjuntos, quanto mais se pratica, melhor a qualidade.

Essa questão, a diminuição no ritmo da sequência de jogos poderia suprir. Mas ela não é o único empecilho. Há também o problema da base, da formação inicial. Isso, sem falar na questão dos "retornados", que aumenta a cada dia, paralelamente à exportação cada vez maior de jovens ainda em início de carreira.

O caso dos retornados merecer ser bem pensado, uma vez que é ótimo que jogadores destacados em suas carreiras possam estendê-las um pouco mais e colaborar para o equilíbrio de elencos mais jovens. É, porém, necessário observar os limites naturais de cada um. O caso de Fred, no jogo do Fluminense, que chacoalhou o adversário, faz pensar sobre o cuidado que se deve ter para aproveitar a experiência dos renomados craques sem extrapolar as margens do razoável.

O fato é que atravessamos um momento, no mínimo, esquisito, uma vez que a Seleção vinha com os falados 100% de aproveitamento – perdidos no jogo seguinte, diante da Colômbia, durante outra partida fraca terminada em 0 a 0. Acredito que Tite, o nosso técnico, esteja, diante da larga vantagem, aproveitando para testar novas opções de jogadores e jogadas, uma vez que tem aquilo que, no futebol, costumamos chamar de "o time na mão".

Tite podia fazer parecido com Luiz Felipe Scolari, que escalou Denílson para prender a bola no fim do jogo na Copa Coreia-Japão, em 2002, dando origem àquelas imagens memoráveis da fileira de adversários perseguindo o brasileiro. Desta vez, porém, a função foi oposta: abrir a defesa adversária. Os dois treinadores gaúchos são, aliás, bastante semelhantes em suas orientações.

Finalmente, pouco se pode dizer da partida contra a Colômbia, no Estádio Metropolitano Roberto Meléndez, em Barranquilla. Foi um jogo arrastado. Apesar de a principal desculpa para o fraco desempenho ser o calor e a umidade intensos, deve-se lembrar que os jogadores, calejados, sabem ser necessário dosar suas forças, uma vez que são submetidos a calendários abusivos. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

RIAD YOUNES

O combate ao câncer de mama

▶ Um estudo demonstra que a mortalidade pela doença é menor em países com sistemas públicos de saúde bem desenvolvidos

No mês da conscientização do câncer de mama, o Outubro Rosa, um estudo extenso foi publicado na prestigiosa revista científica *The Lancet Oncology*, liderado pela doutora Catherine Duggan, pesquisadora em ciências de saúde pública do centro Fred Hutchinson de Pesquisa em Câncer, em Seattle, nos Estados Unidos.

O que chamou a atenção dos cientistas no estudo foi a constatação de que em alguns países houve a redução constante da mortalidade por câncer de mama – da ordem de 4% ao ano, desde 1990 –, enquanto em muitos outros a redução não foi observada. Para tentar desvendar a disparidade, a doutora Duggan e seu time analisaram detalhadamente dados oficiais de 148 países.

O estudo populacional tentou correlacionar a mortalidade por câncer de mama em cada país com características do sistema de saúde disponível para os cidadãos. O amplo painel de dados fornecido pela Organização Mundial da Saúde para cada país inclui o gasto em saúde, o índice de cobertura universal dos serviços de saúde para a população (conhecido como índice UHC), a presença de programas de detecção precoce e a adoção oficial de diretrizes para o rastreamento e diagnóstico. O painel avalia ainda os sistemas de referência para o tratamento das mulheres com tumores malignos, o número de centros públicos e privados de câncer por 100 mil pessoas, além da disponibilidade de serviços de patologia para interpretação de biópsias.

Os cientistas não ficaram surpresos ao encontrar diferenças significativas no gasto geral em saúde quando comparados os países ricos com aqueles de renda mais modesta ou francamente pobres. O que chamou mais atenção foi outro detalhe.

A equipe da doutora Duggan empregou modelos estatísticos capazes de analisar todos os parâmetros acima referidos em conjunto e destacar uma ou mais características com impacto importante na mortalidade por câncer de mama. E o que eles observaram foi que, independentemente do valor do orçamento anual para a saúde, dois parâmetros impactaram de forma clara a redução do número de óbitos por câncer de seio na população. São eles o índice UHC de cobertura universal de saúde (do qual o SUS, no Brasil, é um exemplo) e o número de centros de câncer públicos no país. Quão maiores forem esses dois parâmetros, maior é a redução de mortalidade por câncer de mama.

É curioso notar o baixo impacto do número de centros de câncer privados, do gasto total com saúde e da presença de diretrizes, programas e orientações oficiais para a detecção precoce na redução da mortalidade na população. Os pesquisadores deixaram claro que o sucesso de programas de redução de óbitos por tumores malignos da mama não deve depender de iniciativas de instituições privadas isoladamente. Eles devem, sim, basear-se em sistemas de saúde pública bem desenvolvidos e equipados, com acesso amplo a todas as camadas da população, para um eficiente diagnóstico do câncer em fase precoce, quando ainda é altamente curável.

A expansão de sistemas privados de atenção à saúde, além de instituições privadas dedicadas ao tratamento de câncer, traz benefícios a uma parte da população coberta por convênios particulares, mas a limitação do acesso pela maioria absoluta da população – caso do Brasil – restringe a capacidade de a sociedade oferecer dados epidemiológicos consistentes e chances realistas de diagnóstico precoce e tratamento rápido e eficiente.

Não há dúvida de que, apesar dos recentes avanços notáveis na quimioterapia, imunoterapia, radioterapia e cirurgia oncológica, a prevenção e o diagnóstico precoce continuam sendo a base realística para evitarmos óbitos desnecessários por câncer de mama.

Em um editorial dedicado a esse estudo, a doutora Emily Heer, da Universidade de Calgary, no Canadá, enfatiza a importância dos sistemas públicos de saúde não somente para reduzir a mortalidade, mas também para fornecer às autoridades de cada nação dados fidedignos a respeito da incidência e da evolução de cada tipo de câncer na população.

Esse papel não será assumido por instituições privadas, principalmente em países com economias mais modestas e acessos limitados a orçamentos e tecnologias. Como a doutora Heer deixou claro no título do editorial, "se você não consegue medir o problema, ele não existe". Em outras palavras, se o governo fecha os olhos para um problema, seja ele o câncer de mama, seja outra doença, isso não o fará desaparecer. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

A TERCEIRA VIA DA TERCEIRA VIA
NEM CLOROQUINA NEM IVERMECTINA, CROISSANTS!